



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

# DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

ANO LXXI Nº 24 QUINTA-FEIRA, 27 DE OUTUBRO DE 2016



BRASÍLIA - DF



COMPOSIÇÃO DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL

**Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)**  
Presidente

**Deputado Waldir Maranhão (PP-MA)**  
1º Vice-Presidente

**Senador Romero Jucá (PMDB-RR)**  
2º Vice-Presidente

**Deputado Beto Mansur (PRB-SP)**  
1º Secretário

**Senador Zeze Perrella (PDT-MG)**  
2º Secretário

**Deputada Mara Gabrilli (PSDB-SP)**  
3ª Secretária

**Senadora Ângela Portela (PT-RR)**  
4ª Secretária

COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

**Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)**  
Presidente

**Senador Jorge Viana (PT-AC)**  
1º Vice-Presidente

**Senador Romero Jucá (PMDB-RR)**  
2º Vice-Presidente

**Senador Vicentinho Alves (PR-TO)**  
1º Secretário

**Senador Zeze Perrella (PTB-MG)**  
2º Secretário

**Senador Gladson Cameli (PP-AC)**  
3º Secretário

**Senadora Angela Portela (PT-RR)**  
4ª Secretária

SUPLENTE DE SECRETÁRIO  
1º - Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)  
2º - Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)  
3º - Senador Elmano Férrer (PTB-PI)  
4º - Vago

COMPOSIÇÃO DA MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

**Deputado Rodrigo Maia (DEM-RJ)**  
Presidente

**Deputado Waldir Maranhão (PP-MA)**  
1º Vice-Presidente

**Deputado Giacobbo (PR-PR)**  
2º Vice-Presidente

**Deputado Beto Mansur (PRB-SP)**  
1º Secretário

**Deputado Felipe Bornier (PROS-RJ)**  
2º Secretário

**Deputada Mara Gabrilli (PSDB-SP)**  
3ª Secretária

**Alex Canziani (PTB-PR)**  
4º Secretário

SUPLENTE DE SECRETÁRIO  
1º - Deputado Mandetta (DEM-MS)  
2º - Deputado Gilberto Nascimento (PSC-SP)  
3º - Deputada Luiza Erundina (PSOL-SP)  
4º - Deputado Ricardo Izar (PP-SP)



Publicado sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal (Art. 48, RISF)

**Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho**  
Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

**Rogério de Castro Pastori**  
Diretor da Secretaria de Atas e Diários

**Roberta Lys de Moura Rocha**  
Coordenadora de Elaboração de Diários

**Deraldo Ruas Guimarães**  
Coordenador de Registros e Textos Legislativos de Plenários

**Ilana Trombka**  
Diretora-Geral do Senado Federal

**Florian Augusto Coutinho Madruga**  
Diretor da Secretaria de Editoração e Publicações

**Hélio Lopes de Azevedo**  
Coordenador Industrial

**Quésia de Farias Cunha**  
Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar



# CONGRESSO NACIONAL

## SUMÁRIO

PARTE I

*Não houve sessão*

PARTE II

**1 – MATÉRIAS E DOCUMENTOS DIVERSOS**

**1.1 – EXPEDIENTE**

**1.1.1 – Comunicações**

Da Liderança do PMDB no Senado Federal, de indicação de membros para integrarem a Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 741/2016 ( <b>Ofício nº 172/2016</b> ). <i>Serão feitas as substituições solicitadas.</i> .....	5
Da Liderança do Bloco Parlamentar PP/PTB/PSC na Câmara dos Deputados, de substituição de membros na Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 746/2016 ( <b>Ofício nº 348/2016</b> ). <i>Serão feitas as substituições solicitadas</i> .....	6
Das Lideranças do PR e do Bloco Parlamentar PMDB/PEN na Câmara dos Deputados, de substituição de membro na Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 746/2016 ( <b>Ofício nº 391/2016</b> ). <i>Será feita a substituição solicitada</i> .....	7
Das Lideranças do Bloco Parlamentar PMDB/PEN e do PR na Câmara dos Deputados, de indicação de membro para integrar a Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 746/2016 ( <b>Ofício nº 904/2016</b> ). <i>Será feita a substituição solicitada</i> .....	8
Da Liderança do Bloco Parlamentar PMDB/PEN na Câmara dos Deputados, de substituição de membro na Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 746/2016 ( <b>Ofício nº 914/2016</b> ). <i>Será feita a substituição solicitada</i> .....	9
Da Liderança do Bloco Parlamentar PP/PTB/PSC na Câmara dos Deputados, de substituição de membros na Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 747/2016 ( <b>Ofício nº 336/2016</b> ). <i>Serão feitas as substituições solicitadas</i> .....	10
Da Liderança do Bloco Parlamentar PP/PTB/PSC na Câmara dos Deputados, de substituição de membro na Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 748/2016 ( <b>Ofício nº 339/2016</b> ). <i>Será feita a substituição solicitada</i> .....	11
Da Liderança do Bloco Parlamentar PP/PTB/PSC na Câmara dos Deputados, de substituição de membro na Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 748/2016 ( <b>Ofício nº 343/2016</b> ). <i>Será feita a substituição solicitada</i> .....	12
Da Liderança do PT na Câmara dos Deputados, de substituição de membros na Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 748/2016 ( <b>Ofício nº 448/2016</b> ). <i>Serão feitas as substituições solicitadas</i> .....	13
Da Liderança do Bloco Parlamentar PP/PTB/PSC na Câmara dos Deputados, de substituição de membro na Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 749/2016 ( <b>Ofício nº 342/2016</b> ). <i>Será feita a substituição solicitada</i> .....	14
Da Liderança do PT na Câmara dos Deputados, de substituição de membros na Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 749/2016 ( <b>Ofício nº 449/2016</b> ). <i>Serão feitas as substituições solicitadas</i> .....	15
Da Liderança do PT na Câmara dos Deputados, de substituição de membro na Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 749/2016 ( <b>Ofício nº 458/2016</b> ). <i>Será feita a substituição solicitada</i> .....	16
<b>1.1.2 – Emendas</b>	
Nºs 1 a 37, apresentadas à Medida Provisória nº 748/2016 .....	17
Nºs 1 a 11, apresentadas à Medida Provisória nº 749/2016 .....	101



**1.1.3 – Término de prazo**

Término do prazo, em 24 do corrente, sem edição de decreto legislativo que discipline as relações jurídicas decorrentes da adoção da Medida Provisória nº 722/2016.....	124
---	-----

**1.1.4 – Veto**

Veto Parcial nº 45/2016, aposto ao Projeto de Lei de Conversão nº 27/2016 ( <b>proveniente da Medida Provisória nº 734/2016</b> ) ( <b>Mensagem nº 587/2016, do Presidente da República</b> ) .....	125
---	-----

## PARTE III

**2 – ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL**

Nº 55/2016.....	129
-----------------	-----

**3 – SUPLEMENTO À PRESENTE EDIÇÃO**

Emendas Individuais, Coletivas e à Receita apresentas ao Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 18/2016

<b>4 – COMISSÕES MISTAS</b> .....	130
-----------------------------------	-----

<b>5 – CONSELHOS E ÓRGÃOS</b> .....	145
-------------------------------------	-----





**MATÉRIAS E DOCUMENTOS DIVERSOS****EXPEDIENTE****Comunicações**

SENADO FEDERAL  
Gabinete do Líder do PMDB e da Maioria

Façam-se as substituições  
solicitadas  
em 25/10/2016

OF. GLPMDB nº 172 / 2016

Brasília, 19 de outubro de 2016.

A Sua Excelência o Senhor  
Senador **RENAN CALHEIROS**  
Presidente do Congresso Nacional  
70.165-900 - Brasília - DF

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Ao cumprimentar cordialmente Vossa Excelência, comunico, nos termos regimentais, a indicação do partido PMDB para complementação da composição da Comissão Mista criada com a finalidade de analisar e emitir parecer sobre a **Medida Provisória nº 741, de 2016**, que altera a Lei no 10.260, de 12 de julho de 2001, que dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao estudante do Ensino Superior.

- Senador Valdir Raupp – como **titular**; em vaga existente;
- Senadora Marta Suplicy – como **suplente** em vaga existente; e
- Senador Romero Jucá – como **suplente** em vaga existente.

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência votos de apreço e consideração.

Senador **Eunício Oliveira**  
Líder do PMDB e da Maioria



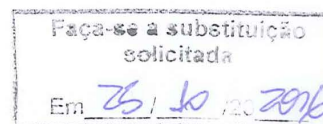


**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
Liderança do Partido Progressista  
Esplanada dos Ministérios, Câmara dos Deputados  
Edifício Principal – Piso Superior – Ala B – Sala 11  
Brasília/DF - CEP: 70.160-900



Ofício nº 348 /2016/LidPP

Brasília, 24 de outubro de 2016.



A Sua Excelência o Senhor  
**Senador RENAN CALHEIROS**  
Presidente do Congresso Nacional  
70.160-900 – Brasília - DF

Assunto: **Substituição de Parlamentar na Comissão Mista de Medida Provisória**  
**Nº 746/16**

Senhor Presidente,

Indico a Vossa Excelência o Deputado **WILSON FILHO (PTB/PB)**, para integrar como **TITULAR**, e o Deputado **ALEX CANZIANI (PTB/PR)**, como **SUPLENTE**, a Comissão Mista da Medida Provisória nº 746/16, que Institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral, altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e a Lei nº 11.494 de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, e dá outras providências.

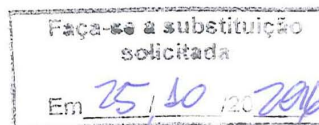
Atenciosamente,

Deputado **AGUINALDO RIBEIRO**  
Líder do **BLOCO PP/PTB/PSC**





Câmara dos Deputados  
Gabinete da Liderança do PR



Of. nº 391/2016 – LidPR

Brasília, 19 de outubro de 2016.

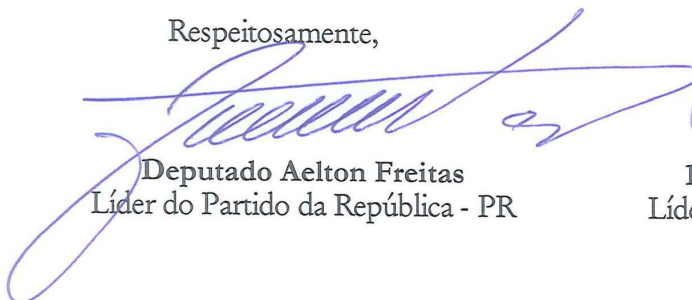
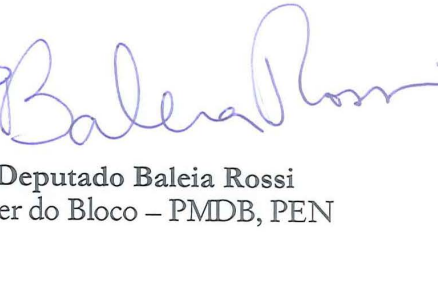
A Sua Excelência o Senhor  
**Senador Renan Calheiros**  
Presidente da Mesa do Congresso Nacional  
Secretaria Legislativa do Congresso Nacional  
Senado Federal

**Assunto: Substituição de membro titular da Comissão Mista 746/2016.**

Senhor Presidente,

Solicitamos especial atenção de Vossa Excelência no sentido de indicar a **Deputada Soraya Santos (PMDB/RJ)** para membro titular em minha substituição, **Deputado Aelton Freitas (PR/MG)**, na Comissão Mista 746 de 2016 que institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral, altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e a Lei nº 11.494 de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, e dá outras providências, na vaga do PR.

Respeitosamente,

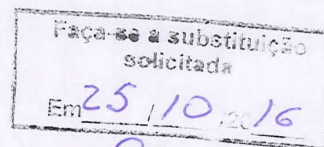
 

**Deputado Aelton Freitas**  
Líder do Partido da República - PR

**Deputado Baleia Rossi**  
Líder do Bloco – PMDB, PEN







CÂMARA DOS DEPUTADOS  
Liderança do PMDB

OF/GAB/I/Nº 904

Brasília, de outubro de 2016.

A Sua Excelência o Senhor  
Senador **RENAN CALHEIROS**  
Presidente da Mesa do Congresso Nacional

Senhor Presidente,

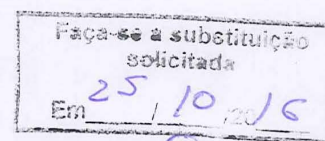
Comunicamos a Vossa Excelência que o Deputado **AELTON FREITAS - PR** - passa a integrar, na qualidade de **SUPLENTE**, a Comissão Mista destinada a apreciar e dar parecer à **Medida Provisória nº 746/2016**, que "Institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral, altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e a Lei nº 11.494 de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, e dá outras providências.", em vaga existente.

Por oportuno, renovamos a Vossa Excelência protestos de estima e consideração.

Deputado **BALEIA ROSSI**  
Líder do Bloco **PMDB/PEN**

Deputado **AELTON FREITAS**  
Líder do **PR**





CÂMARA DOS DEPUTADOS  
Liderança do PMDB

OF/GAB/I/Nº 914

Brasília, 25 de outubro de 2016.

A Sua Excelência o Senhor  
Senador **RENAN CALHEIROS**  
Presidente da Mesa do Congresso Nacional

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que a Deputada **JOSI NUNES – PMDB** passa a integrar, na qualidade de **SUPLENTE**, a Comissão Mista destinada a apreciar e dar parecer à **Medida Provisória nº 746/2016**, que “Institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral, altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e a Lei nº 11.494 de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, e dá outras providências.”, em substituição ao Deputado **LEONARDO QUINTÃO - PMDB**.

Por oportuno, renovo a Vossa Excelência protestos de estima e consideração.

Deputado **BALEIA ROSSI**  
Líder do Bloco **PMDB/PEN**





CÂMARA DOS DEPUTADOS  
Liderança do Partido Progressista  
Esplanada dos Ministérios, Câmara dos Deputados  
Edifício Principal – Piso Superior – Ala B – Sala 11  
Brasília/DF - CEP: 70.160-900



Ofício nº 336 /2016/LidPP

Brasília, 17 de outubro de 2016.

A Sua Excelência o Senhor  
**Senador RENAN CALHEIROS**  
Presidente do Congresso Nacional  
70.160-900 – Brasília - DF

façam-se as substituições  
solicitadas.  
Em 26 / 10 /20 16

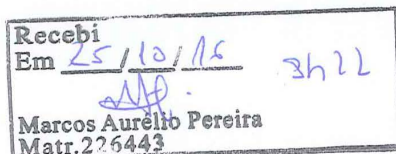
Assunto: **Substituição de Parlamentares na Comissão Mista de Medida Provisória**  
**Nº 747/16**

Senhor Presidente,

Indico a Vossa Excelência o Deputado **MAIA FILHO (PP-PI)** em minha **Substituição**, e o Deputado **SÉRGIO MORAES (PTB-RS)** em **Substituição** ao Deputado **JOVAIR ARANTES (PTB-GO)** para integrarem como **Titulares**, a Comissão Mista da Medida Provisória nº 747/16 que altera a Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, para dispor sobre o processo de renovação do prazo das concessões e permissões dos serviços de radiodifusão.

Atenciosamente,

  
Deputado AGUINALDO RIBEIRO  
LÍDER DO BLOCO PP/PTB/PSC





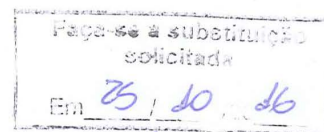


**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
Liderança do Partido Progressista  
Esplanada dos Ministérios, Câmara dos Deputados  
Edifício Principal – Piso Superior – Ala B – Sala 11  
Brasília/DF - CEP: 70.160-900



Ofício nº 339 /2016/LidPP

Brasília, 18 de outubro de 2016.



A Sua Excelência o Senhor  
**Senador RENAN CALHEIROS**  
Presidente do Congresso Nacional  
70.160-900 – Brasília - DF

**Assunto: Indicação de Parlamentar na Comissão Mista da Medida Provisória**  
**Nº 748/16**

Senhor Presidente,

Indico a Vossa Excelência o Deputado **JULIO LOPES (PP/RJ)** para integrar como **TITULAR**, ocupando minha vaga, a Comissão Mista da Medida Provisória 748/2016, que Altera a Lei nº 12.587, de 3 janeiro de 2012, que institui as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana.

Atenciosamente,

  
**Deputado AGUINALDO RIBEIRO**  
**LÍDER DO BLOCO PP/PTB/PSC**





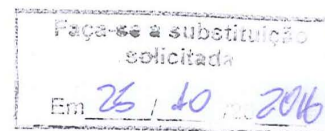


**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
Liderança do Partido Progressista  
Esplanada dos Ministérios, Câmara dos Deputados  
Edifício Principal – Piso Superior – Ala B – Sala 11  
Brasília/DF - CEP: 70.160-900



Ofício nº 343 /2016/LidPP

Brasília, 19 de outubro de 2016.



A Sua Excelência o Senhor  
**Senador RENAN CALHEIROS**  
Presidente do Congresso Nacional  
70.160-900 – Brasília - DF

Assunto: **Substituição de Parlamentar na Comissão Mista de Medida Provisória**  
**Nº 748/16**

Senhor Presidente,

Indico a Vossa Excelência o Deputado **LUIZ CARLOS BUSATO (PTB/RS)** em substituição ao Deputado **JOVAIR ARANTES (PTB/GO)**, para integrar como **TITULAR** a Comissão Mista da Medida Provisória nº 748/16, que Altera a Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, que institui as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana.

Atenciosamente,

Deputado **AGUINALDO RIBEIRO**  
Líder do BLOCO PP/PTB/PSC





**Câmara dos Deputados  
Partido dos Trabalhadores  
Gabinete da Liderança**



Façam-se as substituições  
solicitadas  
em 20 / 10 / 20 16

**OF nº 448/GAB-LidPT**


Brasília - DF, 18 de outubro de 2016.

A Sua Excelência o Senhor  
**RENAN CALHEIROS**  
Presidente do Congresso Nacional

Senhor Presidente,

Tenho a honra de dirigir-me a Vossa Excelência para indicar como membros titulares o deputados **ANGELIM - PT/ AC** e **PAULÃO - PT/AL**, em substituição ao deputado **AFONSO FLORENCE - PT/BA** e **SÁGUAS MORAES - PT/MT** e como membros suplentes as deputadas **BENEDITA DA SILVA - PT/RJ** e **LUIZA ERUNDINA - PSOL/SP**, em substituição a deputada **ERIKA KOKAY - PT/DF** e ao deputado **HENRIQUE FONTANA - PT/RS**, na Medida Provisória nº **748**, que altera a Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, que institui as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana.

Atenciosamente,

  
**Dep. Afonso Florence - PT/BA**  
Líder da Bancada

Façam-se as substituições  
solicitadas  
em \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_ / 20 \_\_\_\_\_



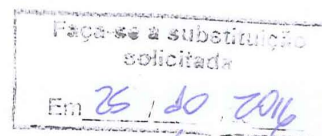


**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
Liderança do Partido Progressista  
Esplanada dos Ministérios, Câmara dos Deputados  
Edifício Principal – Piso Superior – Ala B – Sala 11  
Brasília/DF - CEP: 70.160-900



Ofício nº 342 /2016/LidPP

Brasília, 19 de outubro de 2016.



A Sua Excelência o Senhor  
**Senador RENAN CALHEIROS**  
Presidente do Congresso Nacional  
70.160-900 – Brasília - DF

Assunto: **Substituição de Parlamentar na Comissão Mista de Medida Provisória**  
**Nº 749/16**

Senhor Presidente,

Indico a Vossa Excelência o Deputado **NELSON MARQUEZELLI (PTB/SP)** em substituição ao Deputado **JOVAIR ARANTES (PTB/GO)**, para integrar como **TITULAR** a Comissão Mista da Medida Provisória nº 749/16, que “Dispõe sobre a prestação de auxílio financeiro, pela União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, relativo ao exercício de 2016, com o objetivo de fomentar as exportações do País”.

Atenciosamente,

  
Deputado **AGUINALDO RIBEIRO**  
Líder do **BLOCO PP/PTB/PSC**







**Câmara dos Deputados  
Partido dos Trabalhadores  
Gabinete da Liderança**



Façam-se as substituições  
solicitadas  
em 20 / 10 / 20 16

**OF nº 449/GAB-LidPT**


Brasília - DF, 18 de outubro de 2016.

A Sua Excelência o Senhor  
**RENAN CALHEIROS**  
Presidente do Congresso Nacional

Senhor Presidente,

Tenho a honra de dirigir-me a Vossa Excelência para indicar como membros titulares os deputados **CAETANO - PT/BA** e **GIVALDO VIEIRA - PT/ES**, em substituição aos deputados **AFONSO FLORENCE - PT/BA** e **SÁGUAS MORAES - PT/MT**, e como membros suplentes os deputados **GABRIEL GUIMARÃES - PT/MG** e **CHICO ALENCAR - PSOL/ RJ**, em substituição a deputada **ERIKA KOKAY - PT/DF** e ao deputado **HENRIQUE FONTANA - PT/RS**, na Medida Provisória nº **749**, que dispõe sobre a prestação de auxílio financeiro, pela União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, relativo ao exercício de 2016, com o objetivo de fomentar as exportações do País.

Atenciosamente,

  
**Dep. Afonso Florence – PT/BA**  
Líder da Bancada

Façam-se as substituições  
solicitadas  
em \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_ / 20 \_\_\_\_\_





**Câmara dos Deputados**  
**Partido dos Trabalhadores**  
**Gabinete da Liderança**

faça-se a substituição  
solicitada.

Em 25 / 10 / 2016



**OF nº 458/GAB-LidPT**

Brasília - DF, 25 de outubro de 2016.

A Sua Excelência o Senhor  
**RENAN CALHEIROS**  
Presidente do Congresso Nacional

Senhor Presidente,

Tenho a honra de dirigir-me a Vossa Excelência para indicar como membro titular o deputado **GABRIEL GUIMARÃES - PT/MG**, em substituição ao deputado **GIVALDO VIEIRA - PT/ES**, que passa a condição de suplente, na Medida Provisória nº 749, que dispõe sobre a prestação de auxílio financeiro, pela União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, relativo ao exercício de 2016, com o objetivo de fomentar as exportações do País.

Atenciosamente,

**Dep. Afonso Florence - PT/BA**  
Líder da Bancada



**Emendas****CONGRESSO NACIONAL****EMENDAS**

Apresentadas perante a Comissão Mista destinada a apreciar a **Medida Provisória Nº 748**, de 2016, que *"Altera a Lei nº 12.587, de 3 janeiro de 2012, que institui as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana."*

<b>PARLAMENTARES</b>	<b>EMENDAS Nº S</b>
Deputado TENENTE LÚCIO	001;
Deputado PAUDERNEY AVELINO	002;
Deputado FELIPE BORNIER	003; 004; 005;
Deputado MÁRIO HERINGER	006; 007; 008;
Deputado GIUSEPPE VECCI	009;
Senador PASTOR VALADARES	010; 011; 012; 013;
Deputada JÔ MORAES	014;
Deputado JOSÉ CARLOS ALELUIA	015;
Deputado MAURO LOPES	016; 017; 018; 019;
Deputado JOÃO PAULO PAPA	020; 021; 022;
Deputado HUGO LEAL	023;
Deputada PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE	024; 025;
Deputado AUREO	026;
Senador WILDER MORAIS	027; 028; 036;
Deputado CHICO LOPES	029;
Deputado WEVERTON ROCHA	030;
Deputado OSMAR SERRAGLIO	031;
Deputado JULIO LOPES	032;
Senador CIDINHO SANTOS	033;
Senador CRISTOVAM BUARQUE	034;
Deputado PEDRO UCZAI	035;
Deputado ORLANDO SILVA	037;

**TOTAL DE EMENDAS: 37**





CÂMARA DOS DEPUTADOS

**MPV 748**  
**00001****COMISSÃO MISTA DESTINADA A PROFERIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 748,  
DE 2016****MEDIDA PROVISÓRIA Nº 748, DE 11 DE OUTUBRO DE 2016**

Altera a Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, que institui  
as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana.

**EMENDA MODIFICATIVA N.º**

Dê-se ao art. 1º da Medida Provisória a seguinte redação:

*"Art. 1º A Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, passa a vigorar  
com as seguintes alterações:*

*Art. 24. ....*

*"§ 3º O Plano de Mobilidade Urbana deverá ser integrado ao plano  
diretor municipal, existente ou em elaboração, conforme os prazos fixados  
a seguir, contados da data de vigência desta Lei:*

*I – para municípios com população inferior a cinquenta mil  
habitantes, oito anos;*

*II – para municípios com população igual ou superior a cinquenta  
mil habitantes, mas inferior a cem mil habitantes, doze anos;*

*III – para municípios com população igual ou superior a cem mil  
habitantes, mas inferior a duzentos mil habitantes, dezesseis anos;*

*IV – para municípios com população igual ou superior a duzentos  
mil habitantes, vinte anos.*

*§ 4º A população municipal a que se refere o § 3º deste artigo é  
aquela apurada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE  
e informada ao Tribunal de Contas da União - TCU no ano anterior ao de  
entrada em vigor desta Lei.*

*§ 5º O Município que não tenha elaborado o Plano de Mobilidade  
Urbana até a data de promulgação desta Lei deverá fazê-lo em  
conformidade com um dos prazos fixados no § 3º deste artigo, a depender  
de sua população, apurada nos termos do § 4º deste artigo.*

*§ 6º Encerrado o prazo a que se refere o § 5º deste artigo, o  
Município fica impedido de receber recursos orçamentários federais  
destinados à mobilidade urbana até que atenda à exigência estabelecida*





*nesta Lei.” (NR)*

### **JUSTIFICAÇÃO**

Considerando a situação econômica atual do país, as dívidas dos estados e municípios e a eventual aprovação da PEC 241 (teto), os impactos financeiros nos municípios serão inevitáveis, conduzindo a enormes dificuldades para a execução da lei. Isso é fato relevante e deve ser considerado para efeito de dilatação do prazo estabelecido aos entes municipais para a elaboração dos planos de mobilidade.

Nossa emenda, ao oferecer mais prazo aos municípios, tratou de separá-los conforme a população, partindo do pressuposto de que municípios mais populosos, nos quais a organização do transporte público e as demandas por deslocamento são mais complexas, requerem mais tempo para fazer um diagnóstico da situação local e, então, efetuar o planejamento da mobilidade urbana.

Sala da Comissão, em        de        de 2016.

Deputado TENENTE LÚCIO



**CÂMARA DOS DEPUTADOS****MPV 748  
00002****COMISSÃO MISTA DESTINADA A APRECIAR A MEDIDA  
PROVISÓRIA Nº 748, DE 11 DE OUTUBRO DE 2016****MEDIDA PROVISÓRIA Nº 748, DE 11 DE OUTUBRO DE 2016**

Altera a Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, que institui as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana.

**EMENDA ADITIVA N.º**

Inclua-se o art. 12-C na Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, alterada pela Medida Provisória nº 748, de 11 de outubro de 2016:

“Art. 12-C. Na regulamentação dos serviços de transporte individual complementares aos serviços de táxi, inclusive daqueles baseados em tecnologia de comunicação em rede, os Municípios e o Distrito Federal deverão observar os princípios e as diretrizes desta Lei, tendo em vista a eficiência, a eficácia e a efetividade na prestação dos serviços e a redução dos custos para o usuário. ”

Acrescente-se ao Art. 2º da Lei nº 12.468, de 26 de agosto de 2011, o parágrafo único:

“Art. 2º .....

Parágrafo único. O disposto no caput deste artigo não se aplica aos serviços de transporte individual complementares aos serviços de táxi, que poderão ser regulamentados pelos Municípios e Distrito Federal, observados os princípios e diretrizes da Lei nº 12.587, de 3 de janeiro 2012, que institui a Política Nacional de Mobilidade Urbana.  
”

**JUSTIFICAÇÃO**

A presente emenda visa garantir que os princípios e diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana sejam observados pelos Municípios e Distrito Federal na regulamentação de serviços de transporte individual complementares aos serviços de táxi, dentre os quais o aplicativo Uber é o exemplo mais proeminente.

Vivemos um período de rápida evolução das tecnologias de informação e comunicação, com impacto positivo nas mais diversas áreas, e a mobilidade urbana não é uma exceção. Serviços recentes como o Uber provam que é possível ofertar transporte individual com qualidade e segurança a preços competitivos. Uma pesquisa do Instituto Datafolha, realizada em São Paulo, Belo Horizonte, Rio de Janeiro e Brasília em novembro de 2015, apontou que 95% dos entrevistados apoiam a continuidade das operações da empresa.<sup>1</sup>

No entanto, apesar dos benefícios trazidos por essas plataformas, profissionais dos serviços de táxi pressionam os poderes públicos locais pela sua proibição ou para que haja restrições injustificáveis à sua atuação, por enxergar nesses aplicativos uma ameaça à sua reserva de mercado. A esse respeito, um estudo do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) publicado em dezembro de 2015, concluiu que a entrada do aplicativo Uber no mercado brasileiro não concorreu de forma significativa com o mercado de táxis, mas ao contrário, o complementou ao atender uma demanda reprimida de pessoas que não faziam uso do serviço tradicional.<sup>2</sup>

Sob um outro prisma, a Consultoria Legislativa do Senado Federal publicou, neste mês de outubro de 2016, o Texto para Discussão nº 212, no qual o autor conclui, com base em dados obtidos na cidade de Nova Iorque – onde o Uber e outros aplicativos operam há mais tempo –, que esses serviços provocaram uma redução nos preços e uma melhoria na qualidade dos serviços de táxi daquela cidade. Afirma o autor que "do ponto de vista do consumidor, o aumento da concorrência é, portanto, salutar, pois estimula a oferta de melhores serviços e a redução de tarifas."<sup>3</sup>

De qualquer maneira, sabe-se que segue o conflito em algumas cidades brasileiras entre os taxistas e os profissionais e usuários do Uber. Nesse contexto, é urgente que a legislação se adapte para assegurar a ordem social e dar segurança jurídica às atividades dessas empresas, trabalhadores e usuários. A União, através deste Congresso Nacional, ao estabelecer claramente os objetivos a serem perseguidos na regulamentação desses serviços, estará cumprindo sua atribuição de fomentar o desenvolvimento tecnológico e científico, prevista no Art. 16, inciso IV, da Política Nacional de Mobilidade Urbana. Assim, contribuirá para que os ganhos tecnológicos recentes continuem a se converter em melhoria da mobilidade urbana e da qualidade de vida nas cidades brasileiras.

Na mesma senda, a modificação na Lei nº 12.468, de 26 de agosto de 2011, que regulamenta a profissão de taxista, é imprescindível para evitar que haja ambiguidade na sua interpretação. É fato que os serviços de transporte



individual fornecidos por agentes privados como a empresa Uber, referidos na emenda como *complementares aos serviços de táxi*, não se confundem com estes e não invadem a esfera privativa de atuação dos taxistas, qual seja, a do transporte público individual. Não obstante, tal realidade não se encontra claramente positivada no atual texto da norma, o que enseja seu aprimoramento.

Ressalte-se que a regulamentação não restritiva desses serviços alinha-se ao princípio da eficiência, eficácia e efetividade na prestação dos serviços de transporte e circulação urbanos, e à diretriz da modicidade da tarifa para o usuário, já expressos no texto vigente da Política Nacional de Mobilidade Urbana. Um exemplo recente de sucesso na regulamentação do serviço ocorreu em Brasília em agosto deste ano, quando o Governo do Distrito Federal sancionou a Lei Distrital nº 5691/2016, com amplo apoio da população local.

1. Fonte: Folha de São Paulo. Página visitada em 14/10/2016:  
<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2016/02/1739747-78-aprovam-regulamentacao-do-uber-segundo-pesquisa.shtml>
2. Fonte: Valor Econômico. Página visitada em 14/10/2016:  
<http://www.valor.com.br/empresas/4356906/cade-conclui-que-uber-nao-concorre-com-aplicativos-de-taxi>
3. Fonte: Consultoria Legislativa do Senado Federal. Página visitada em 17/10/2016:  
<https://www12.senado.leg.br/publicacoes/estudos-legislativos/tipos-de-estudos/textos-para-discussao/td212>

Sala da Comissão, em        de        de 2016.

Deputado PAUDERNEY AVELINO  
DEM/AM





CAMARA DOS DEPUTADOS

**MPV 748  
00003****EMENDA MODIFICATIVA Nº  
(à MPV 748/2016)**

Acrescenta-se, ao projeto de lei de conversão da Medida Provisória nº 748/2016, a seguinte redação:

“Art.22º.....  
.....

VIII – elaborar plano de contingência para solucionar ou mitigar problemas incidentais, em serviços de transporte público, que possam afetar a mobilidade urbana.” (NR)

**JUSTIFICATIVA**

A presente emenda garante a inclusão do planejamento essencial de mobilidade a todos os municípios, tendo em vista o grande crescimento demográfico acima da expectativa condizendo com a realidade do cotidiano. Posto esta fundamentação que se faz de imensa necessidade a repercussão do tema atual como princípio regulador, visando assim a implementação da redação.

O moderno planejamento estratégico, estatal ou privado, comporta, sem exceção, medidas que cuidam dos riscos associados a eventos ou fatos imprevistos, capazes de prejudicar ou paralisar atividades ou serviços.

Os principais meios de locomoção dos brasileiros para ir ao trabalho ou à escola são andar de ônibus ou a pé, segundo levantamento realizado, com



2  
milhares de pessoas em diversos municípios brasileiros. O documento sobre mobilidade urbana, entre 2011 e 2016, demonstra que mais de 47% dos brasileiros adota o ônibus como seu principal meio de locomoção para se deslocar para suas tarefas diárias, como trabalho e estudo.

Os brasileiros que utilizam transporte público de vez em quando, raramente ou nunca atribuem a baixa utilização principalmente a problemas de capilaridade (dificuldade de acesso em sua região) e frequência (26%) e à lentidão e atrasos frequentes (24%). Um em cada dez brasileiros alega que o preço do transporte público é um limitador, e outros 8% alegam que o transporte público é desconfortável – é sujo, cheira mal e está sempre lotado, entre outros.

A atenção com a população é de extrema necessidade, e com este encaminhamento, acrescentando ao Plano Nacional de Mobilidade, não poderia ser diferente a nossa enorme atenção com o cidadão.

No âmbito do transporte público coletivo é ainda mais crucial ter em mãos um roteiro de providências a seguir - e saber colocá-las em curso, vale dizer -, em face de algum problema inesperado, pois o que está em jogo é o bem estar de milhões de cidadãos, dependentes do serviço.

Muito embora a Lei nº 12.587, de 2012 – a chamada Lei de Mobilidade Urbana -, tenha representado um avanço significativo no sentido de consolidar o caráter prioritário do transporte público, faltou-lhe considerar este aspecto que julgamos essencial no trato de qualquer atividade de grande impacto social: o gerenciamento de risco. Nenhum administrador público pode se sentir seguro na condução ou regulação dos serviços de natureza essencial se, surpreendido por eventos que coloquem a prestação desses serviços em risco, não souber como agir de maneira eficaz e expedita para resolver os problemas.



3

O que se quer, portanto, é que a norma passe a abrigar comando que exija dos órgãos gestores do sistema de mobilidade urbana, em cada município ou região metropolitana, que elaborem plano de contingência, capaz de responder aos impactos negativos decorrentes de eventos súbitos e desastrosos, sejam eles provocados pela natureza ou por pessoas.

Isso posto, solicita-se o apoio a esta iniciativa.

Sala das Sessões, em                      de                      de 2016.

Deputado **FELIPE BORNIER**  
PROS/RJ







CAMARA DOS DEPUTADOS

**MPV 748  
00004****EMENDA MODIFICATIVA Nº  
(à MPV 748/2016)**

Acrescenta-se, ao projeto de lei de conversão da Medida Provisória nº 748/2016, a seguinte redação:

“Art.23.....  
.....

X – Institui por meio eletrônico digital, na internet e aplicativos de aparelhos smartphones, em tempo real, as informações necessárias para os passageiros do transporte público coletivo, visando:

- a) Horários previstos e atuais dos ônibus, metrô e trens.
- b) Localização exata por meio de mapas digitais dos ônibus, metrô e trens.
- c) Prestar informação quanto ao melhor meio de deslocamento entre os pontos desejados.
- d) Prestar informações necessárias das Estações, como: disponibilidade de banheiros, alimentação, guichês, caixas eletrônicos e demais necessidades pontuais. (NR)



## JUSTIFICATIVA

A presente emenda garante a inclusão do sistema eletrônico de informação por meio digital, dos horários e locais em que o transporte público se encontra, essencial em todos os municípios. Posto isso compreendo que o direito do usuário de transporte público de ser informado em tempo real da disponibilidade do transporte público para utilização imediata e demais necessidades para o conforto devem ser amparados.

Com o crescimento populacional e as diversas formas de agregar valor à população, estamos motivando o uso do transporte público, pois com a comodidade de saber o horário exato que o ônibus, metrô ou trem vai passar na estação, o usuário se programa melhor para não perder o horário.

Os principais meios de locomoção dos brasileiros para ir ao trabalho ou à escola são andar de ônibus ou a pé, segundo levantamento realizado, com milhares de pessoas em diversos municípios brasileiros. O documento sobre mobilidade urbana, entre 2011 e 2016, demonstra que mais de 47% dos brasileiros adota o ônibus como seu principal meio de locomoção para se deslocar para suas tarefas diárias, como trabalho e estudo.

Os brasileiros que utilizam transporte público de vez em quando, raramente ou nunca atribuem a baixa utilização principalmente a problemas de capilaridade (dificuldade de acesso em sua região) e frequência (26%) e à lentidão e atrasos frequentes (24%). Um em cada dez brasileiros alega que o preço do transporte público é um limitador, e outros 8% alegam que o transporte público é desconfortável – é sujo, cheira mal e está sempre lotado, entre outros.

A atenção com a população é de extrema necessidade, e com este encaminhamento, acrescentando ao Plano Nacional de Mobilidade, não poderia ser diferente a nossa enorme atenção com o cidadão.



3

Ademais, em pesquisas realizadas, relaciona que o tempo gasto para a espera do deslocamento que induz a população a utilização do transporte particular, pois é mais cômodo.

Pensamos também pela sustentabilidade, pois quando utilizamos o transporte em grupos, conseguimos diminuir a atenção com os engarrafamentos e a poluição da camada de ozônio.

A intenção pela nobre ação, é simples e ocorrerá um enorme impacto coletivo positivo entre todos que utilização e os passarão a utilizar esses meios de transporte coletivo para se deslocarem nas cidades e municípios.

Face à enorme relevância do tema, conto com o apoio dos nobres pares para aprovar esta emenda a medida provisória.

Sala das Sessões, em                      de                      de 2016.

Deputado **FELIPE BORNIER**  
PROS/RJ





CAMARA DOS DEPUTADOS

**MPV 748  
00005**

## EMENDA MODIFICATIVA Nº (à MPV 748/2016)

Acrescenta-se, ao projeto de lei de conversão da Medida Provisória nº 748/2016, a seguinte redação:

“Art.03º.....

.....

§ 3º - São infraestruturas de mobilidade urbana:

.....

IV – Pontos para embarque e desembarque de passageiros e de cargas, dotados de cobertura adequada quando destinados a passageiros.

.....” (NR)

“Art.14º.....

.....

III – ser informado nos pontos, devidamente cobertos, de embarque e desembarque de passageiros, de forma gratuita e acessível, sobre itinerários, horários, tarifas dos serviços e modos de interação com outros modais.” (NR)



## JUSTIFICATIVA

A presente emenda garante a inclusão de cobertura nas paradas de ônibus, essencial em todos os municípios. Posto isso compreendo que o direito do usuário de transporte público de ser protegido pelas ações climáticas e demais necessidades para seu conforto devem ser amparados.

Essa fundamentação que se faz de imensa necessidade pela repercussão do tema atual como deve ser regulado como princípio gerador da finalidade para a implementação da redação atual.

A definição como direito do usuário do transporte, ser informado, nos pontos de embarque e desembarque de passageiros, de forma gratuita e acessível, sobre itinerários, horários, tarifas dos serviços e modos de interação com outros modais. Entretanto, o texto da Lei em vigor não exige que os pontos de parada de ônibus tenham cobertura adequada, de modo a proteger os usuários do transporte coletivo das condições climáticas adversas.

Os principais meios de locomoção dos brasileiros para ir ao trabalho ou à escola são andar de ônibus ou a pé, segundo levantamento realizado, com milhares de pessoas em diversos municípios brasileiros. O documento sobre mobilidade urbana, entre 2011 e 2016, demonstra que mais de 47% dos brasileiros adota o ônibus como seu principal meio de locomoção para se deslocar para suas tarefas diárias, como trabalho e estudo.

Os brasileiros que utilizam transporte público de vez em quando, raramente ou nunca atribuem a baixa utilização principalmente a problemas de capilaridade (dificuldade de acesso em sua região) e frequência (26%) e à lentidão e atrasos frequentes (24%). Um em cada dez brasileiros alega que o preço do transporte público é um limitador, e outros 8% alegam que o transporte público é desconfortável – é sujo, cheira mal e está sempre lotado, entre outros.

A atenção com a população é de extrema necessidade, e com este encaminhamento, acrescentando ao Plano Nacional de Mobilidade, não poderia ser diferente a nossa enorme atenção com o cidadão.

Diante disso, o que se vê no País é a instalação de pontos de ônibus apenas com a placa sinalizadora de parada, sem qualquer tipo de infraestrutura



que possa garantir um mínimo de conforto aos passageiros dos veículos de transporte urbano.

Portanto, o que queremos com esta emenda é exigir que as paradas de ônibus não sejam simplesmente demarcadas ao longo das vias, mas que sejam dotadas de, pelo menos, uma cobertura capaz de proteger os usuários do sol e da chuva.

Para tanto, estamos propondo alterações nos dispositivos da Lei da Mobilidade Urbana (Lei nº 12.587/12), que trata dessa questão, de forma que os pontos de parada dos veículos coletivos sejam implantados com cobertura adequada.

Importante salientar, que o art. 24 da mesma Lei determina que as cidades com mais de 20.000 habitantes elaborem o plano municipal de mobilidade urbana, onde devem estar previstas as infraestruturas necessárias para o funcionamento do sistema, inclusive os pontos de embarque e desembarque do transporte coletivo, que passarão a ser obrigatoriamente cobertos.

Pela relevância da matéria, esperamos o apoio dos nobres Parlamentares para a aprovação desta emenda.

Sala das Sessões, em                      de                      de 2016.

Deputado **FELIPE BORNIER**  
PROS/RJ





CONGRESSO NACIONAL

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

**MPV 748****00006** ETIQUETADATA  
18/10/2016**MEDIDA PROVISÓRIA Nº 748, de 2016**AUTOR  
MÁRIO HERINGER

Nº PRONTUÁRIO

TIPO  
1 ( ) SUPRESSIVA 2 ( ) SUBSTITUTIVA 3 (X) MODIFICATIVA 4 ( ) ADITIVA 5 ( ) SUBSTITUTIVO GLOBAL

PÁGINA

ARTIGO  
1º

PARÁGRAFO

INCISO

ALÍNEA

Dê-se ao art. 1º da Medida Provisória nº 748, de 2016, a seguinte redação:

“Art. 1º. ....

“Art. 18. ....

**V – zelar pelo cumprimento dos direitos de que trata o art. 14 desta Lei.**

**VI – assegurar oferta de veículos adaptados ao transporte de cadeirantes e outros usuários com necessidades especiais e mobilidade reduzida, cujo itinerário contemple hospitais, unidades de pronto atendimento e centros de tratamento e reabilitação de pessoas com deficiência, quando houver” (NR).**

“Art. 24. ....

§ 3º O Plano de Mobilidade Urbana deverá ser integrado ao plano diretor municipal, existente ou em elaboração, no prazo máximo de sete anos, contado da data de vigência desta Lei.

§ 4º Os Municípios que não tenham elaborado o Plano de Mobilidade Urbana até a data de promulgação desta Lei terão o prazo máximo de sete anos, contado da data de sua entrada em vigor, para elaborá-lo.

§ 5º Encerrado o prazo a que se refere o § 4º, os Municípios ficam impedidos de receber recursos orçamentários federais destinados à mobilidade urbana até que atendam à





exigência estabelecida nesta Lei.” (NR)”

### **JUSTIFICATIVA**

O inciso III do art. 14 da Lei nº 12.587, de 2012, determina que é direito do usuário do Sistema Nacional de Mobilidade Urbana “ser informado nos pontos de embarque e desembarque de passageiros, de forma gratuita e acessível, sobre itinerários, horários, tarifas dos serviços e modos de interação com outros modais”. Todavia, qualquer usuário de transporte público urbano no Brasil, sobretudo de ônibus municipal, sabe que esse é um direito que só existe no papel. Raros são os municípios em que algumas dessas informações são prestadas aos usuários na forma da Lei. Esse e outros direitos assegurados pelo art. 14 da citada Lei transformam-se em letra morta, a nosso ver, pela ausência de identificação do agente responsável por assegurar seu cumprimento. Identificar esse agente é, pois, o que pretendemos fazer, no caso dos municípios, com a presente emenda.

Outro objetivo de nossa emenda é atribuir aos municípios a obrigação de garantir a oferta de transporte adaptado em itinerários que contemplem hospitais, unidades de pronto atendimento e centros de tratamento e reabilitação de pessoas com deficiência, de modo a assegurar a mobilidade desse público especial aos serviços de saúde de que costumam necessitar cotidianamente.

Brasília, 18 de outubro de 2016.





CONGRESSO NACIONAL

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

**MPV 748****00007** ETIQUETADATA  
18/10/2016**MEDIDA PROVISÓRIA Nº 748, de 2016**AUTOR  
MÁRIO HERINGER

Nº PRONTUÁRIO

TIPO  
1 ( ) SUPRESSIVA    2 ( ) SUBSTITUTIVA    3 (X) MODIFICATIVA    4 ( ) ADITIVA    5 ( ) SUBSTITUTIVO GLOBAL

PÁGINA

ARTIGO  
1º

PARÁGRAFO

INCISO

ALÍNEA

Dê-se ao art. 1º da Medida Provisória nº 748, de 2016, a seguinte redação:

“Art. 1º. ....

“Art. 22. ....

IV – dispor sobre itinerários, frequências e padrão de qualidade **e acessibilidade** dos serviços;

.....” (NR)

“Art. 24. ....

§ 3º O Plano de Mobilidade Urbana deverá ser integrado ao plano diretor municipal, existente ou em elaboração, no prazo máximo de sete anos, contado da data de vigência desta Lei.

§ 4º Os Municípios que não tenham elaborado o Plano de Mobilidade Urbana até a data de promulgação desta Lei terão o prazo máximo de sete anos, contado da data de sua entrada em vigor, para elaborá-lo.

§ 5º Encerrado o prazo a que se refere o § 4º, os Municípios ficam impedidos de receber recursos orçamentários federais destinados à mobilidade urbana até que atendam à exigência estabelecida nesta Lei.” (NR)”



**JUSTIFICATIVA**

Nossa emenda visa a incluir a questão da acessibilidade nas atribuições dos órgãos gestores dos entes federados.

Brasília, 18 de outubro de 2016.





CONGRESSO NACIONAL

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

**MPV 748****00008** ETIQUETADATA  
18/10/2016**MEDIDA PROVISÓRIA Nº 748, de 2016**AUTOR  
MÁRIO HERINGER

Nº PRONTUÁRIO

TIPO  
1 ( ) SUPRESSIVA 2 ( ) SUBSTITUTIVA 3 (X) MODIFICATIVA 4 ( ) ADITIVA 5 ( ) SUBSTITUTIVO GLOBAL

PÁGINA

ARTIGO  
1º

PARÁGRAFO

INCISO

ALÍNEA

Dê-se ao art. 1º da Medida Provisória nº 748, de 2016, a seguinte redação:

“Art. 1º. ....

“Art. 10. ....

I – fixação de metas de qualidade, **segurança, conforto, acessibilidade, higiene** e desempenho a serem atingidas e seus instrumentos de controle e avaliação;

.....”(NR)

“Art. 24. ....

.....

§ 3º O Plano de Mobilidade Urbana deverá ser integrado ao plano diretor municipal, existente ou em elaboração, no prazo máximo de sete anos, contado da data de vigência desta Lei.

§ 4º Os Municípios que não tenham elaborado o Plano de Mobilidade Urbana até a data de promulgação desta Lei terão o prazo máximo de sete anos, contado da data de sua entrada em vigor, para elaborá-lo.

§ 5º Encerrado o prazo a que se refere o § 4º, os Municípios ficam impedidos de receber recursos orçamentários federais destinados à mobilidade urbana até que atendam à exigência estabelecida nesta Lei.” (NR)”



**JUSTIFICATIVA**

Nossa emenda tem por escopo registrar em legislação federal a necessidade de consideração aos aspectos de segurança, conforto, acessibilidade e higiene na contratação dos serviços de transporte coletivo pelos governos municipais, de modo a evitar recusas das empresas contratadas nesse sentido, ainda que exigido nos editais de licitação. Em nossa opinião, é fundamental que esses aspectos sejam reconhecidos como essenciais à prestação dos serviços de transporte público coletivo em todo o território nacional, razão pela qual os mesmos devem constar do texto da Lei.

Brasília, 18 de outubro de 2016.



**MPV 748**  
**00009**

**COMISSÃO MISTA DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 748, DE 11 DE OUTUBRO  
DE 2016**

**MEDIDA PROVISÓRIA Nº 748, DE 11 DE OUTUBRO DE 2016**  
**(DO SR. GIUSEPPE VECCI)**

Altera a Lei Nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, que institui as Diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana.

**EMENDA N.º**

Dê-se ao art. 1º da Medida Provisória a seguinte redação:

*"Art. 1º A Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, passa a vigorar com as seguintes alterações:*

*‘Art. 22.....*

*III - implantar a política tarifária, visando à integração dos modos de transporte público;*

*.....’ (NR)*

*‘Art. 24. ....*

*V - a integração física, tarifária e operacional dos modos de transporte público e destes com os privados e os não motorizados;*

*§ 3º O Plano de Mobilidade Urbana deverá ser integrado ao plano diretor municipal, existente ou em elaboração, no prazo máximo de sete anos, contado da data de vigência desta Lei.*

*§ 4º Os Municípios que não tenham elaborado o Plano de Mobilidade Urbana até a data de promulgação desta Lei terão o prazo máximo de sete anos, contado da data de sua entrada em vigor, para elaborá-lo.*



*§ 5º Encerrado o prazo a que se refere o § 4º, os Municípios ficam impedidos de receber recursos orçamentários federais destinados à mobilidade urbana até que atendam à exigência estabelecida nesta Lei.’ (NR)”*

## JUSTIFICAÇÃO

A integração tarifária dos modos de transporte público é diretriz presente na Lei nº 12.587, de 2012, a “Lei de Mobilidade Urbana”. O legislador federal, atento à experiência internacional de se integrar as modalidades de transporte público nas cidades, de sorte a facilitar e baratear o deslocamento das pessoas, insculpiu no art. 8º o seguinte:

“Art. 8º A política tarifária do serviço de transporte público coletivo é orientada pelas seguintes diretrizes: (...)”

VII – **integração** física, **tarifária** e operacional dos diferentes modos e das redes de transporte público e privado nas cidades; (...)”

Malgrado a fixação dessa diretriz, pouco se avançou no sentido da integração tarifária. Mesmo grandes municípios continuam ignorando ou tendo muita dificuldade de levar a cabo tal experiência. É fato que existem problemas operacionais e jurídicos complexos, que precisam ser resolvidos para se colocar em marcha a integração tarifária. Contudo, parece-nos que a dificuldade para a implementação da medida não decorre tão somente desses obstáculos, mas da falta de um comando mais contundente no seio da própria lei, que obrigue o gestor, verdadeiramente, a trabalhar pela integração.

Nossa emenda tenta corrigir essa imperfeição. Considerando que o Plano de Mobilidade Urbana é instrumento essencial de planejamento e gestão, é importante que nele se cuide da sistemática de integração tarifária, de forma explícita. É o que se propõe aqui.

Além disso, sugerimos outra modificação na norma: ao tratar das atribuições mínimas dos órgãos gestores dos entes federativos incumbidos



respectivamente do planejamento e gestão do sistema de mobilidade urbana (art. 22), acreditamos que a Lei nº 12.587, de 2012, peca ao não evidenciar a necessidade de a política tarifária ser concebida de forma a concretizar aquela diretriz que determina a integração (art. 8º). Tentamos com a presente emenda, assim, deixar claro que a integração tarifária dos modos de transporte público não deve ser pensada à parte, mas na própria concepção da política tarifária.

Sala da Comissão, em        de        de 2016.

Deputado **GIUSEPPE VECCI**





**MPV 748  
00010**

SENADO FEDERAL  
Gabinete Senador PASTOR VALADARES

**EMENDA nº - CM  
(à MPV nº 748, de 2016)**

**Inclua-se na Medida Provisória nº 748, de 13 de outubro de 2016, um artigo com a seguinte redação:**

*Art. \_\_\_\_ - O artigo 22 da Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, passa a vigorar acrescido de um parágrafo único com a seguinte redação:*

**Art.22 - .....**

***Parágrafo único – no cumprimento do teor do inciso VII, o poder público poderá estabelecer sanções administrativas de retenção, apreensão, recolhimento e multas.***

## **JUSTIFICAÇÃO**

Neste ano de 2016, com o agravamento da crise financeira no Brasil, tem se constatado em alguns municípios brasileiros o reaparecimento do transporte ilegal de passageiros, mais conhecido como transporte clandestino.

Esse tipo de transporte é constituído por proprietários individuais que atuam com veículos não projetados para este fim em horários e linhas por eles estabelecidos, geralmente de maior fluxo de passageiros e rentabilidade. Em uma disputa predatória com o sistema de transporte público legalizado, colocando em risco de vida os usuários transportados.

Não podemos ignorar que esses transportadores clandestinos vendem a falsa ideia de um transporte seguro, confortável e rápido aos seus inocentes usuários, e camuflam a triste realidade de um número crescente de acidentes de trânsito e vítimas envolvendo esta modalidade, contribuindo diretamente para o aumento das estatísticas de mortos em acidentes de trânsito no Brasil.





SENADO FEDERAL

Gabinete Senador PASTOR VALADARES

Dessa forma, a presente proposta visa proporcionar sanções administrativas, as quais já são eficazes na legislação de trânsito e em alguns regulamentos de transporte público, visando uma fiscalização mais eficaz na repressão ao transporte clandestino de passageiros.

Assim, dentro das diretrizes e princípios que embasam a mobilidade urbana expressa na Lei nº 12.587, de 2012, a presente emenda proporcionará uma maior segurança para as pessoas que procuram locomover-se dentro dos municípios brasileiros.

Sala da Comissão,

Senador **PASTOR VALADARES**  
**(PDT-RO)**



**MPV 748**  
**00011**SENADO FEDERAL  
Gabinete Senador PASTOR VALADARES**EMENDA nº - CM**  
**(à MPV nº 748, de 2016)**

**Inclua-se na Medida Provisória nº 748, de 13 de outubro de 2016, um artigo com a seguinte redação:**

*Art. \_\_\_\_ - O artigo 13 da Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, passa a vigorar com a seguinte redação:*

***“ Art. 13 - Na prestação de serviços de transporte público coletivo, o poder público delegante deverá realizar atividades de fiscalização e controle dos serviços delegados, preferencialmente em parceria com os demais entes federativos, inclusive no cumprimento da atribuição expressa no inciso VII do artigo 22.”***

**JUSTIFICAÇÃO**

A Lei 12.587, de 2012, mais conhecida como a Lei de Mobilidade Urbana, tem proporcionado o acesso universal à cidade, estabelecendo as condições para os deslocamentos das pessoas e bens. Essas condições estão relacionadas ao desenvolvimento urbano e à melhoria do transporte público.

Apesar do alcance da lei, tem se observado com o agravamento da crise financeira no Brasil, o reaparecimento do transporte ilegal de passageiros, mais conhecido como transporte clandestino.

O transporte ilegal de passageiros é basicamente constituído por proprietários individuais que atuam com veículos não projetados para este fim em horários e linhas por eles estabelecidos, geralmente de maior fluxo de passageiros e rentabilidade. Em uma disputa predatória com o sistema de transporte público legalizado, estes transportadores colocam em risco de vida os usuários transportados.

A verdade é que os transportadores clandestinos vendem a falsa ideia de um transporte seguro, confortável e rápido aos seus inocentes usuários, e camuflam a triste realidade de um número crescente de acidentes de trânsito e vítimas envolvendo esta modalidade, contribuindo diretamente para o aumento das estatísticas de mortos em acidentes de trânsito no Brasil,





SENADO FEDERAL  
Gabinete Senador PASTOR VALADARES

Esses veículos clandestinos, além de transportarem passageiros em excesso e sem qualquer segurança, encontram-se, na sua grande maioria, em péssimo estado de conservação, e para agravar a situação, são conduzidos por pessoas sem a devida habilitação, o que certamente estão mais propensos a se envolverem em acidentes de trânsito.

Assim, a presente proposta visa tornar mais objetiva a fiscalização do poder público com relação a este tipo de ilegalidade prevista no artigo 22, principalmente com apoio da União e dos Estados, visando proporcionar uma maior segurança para as pessoas que procuram se locomover dentro dos municípios brasileiros.

Sala da Comissão,

Senador **PASTOR VALADARES**  
**(PDT-RO)**





**MPV 748**  
**00012**

SENADO FEDERAL  
Gabinete Senador PASTOR VALADARES

**EMENDA nº - CM**  
**(à MPV nº 748, de 2016)**

**Inclua-se na Medida Provisória nº 748, de 13 de outubro de 2016, um artigo com a seguinte redação:**

*Art. \_\_\_\_ - Os incisos VI, VII e VIII do artigo 4º da Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, passam a vigorar com as seguintes alterações:*

**“Art. 4º - Para fins desta lei, considera-se:**

.....

.....

**VI - transporte público coletivo urbano: serviço público de transporte coletivo de passageiros prestado nos limites geográficos do Município acessível a toda a população mediante pagamento individualizado, com itinerários e preços fixados pelo poder público;**

**VII – transporte privado coletivo: serviço de transporte de passageiros não aberto ao público para a realização de viagens com características operacionais exclusivas para cada linha e demanda previamente identificada para fins de controle e fiscalização.**

**VIII - transporte remunerado individual: serviço de utilidade pública de transporte remunerado de passageiros aberto ao público, ofertado por intermédio de veículos de aluguel, para a realização de viagens individualizadas;**

## JUSTIFICAÇÃO

A Lei 12.587, de 2012, mais conhecida como a Lei de Mobilidade Urbana, tem proporcionado o acesso universal à cidade, estabelecendo as condições para os deslocamentos das pessoas e bens. Essas condições estão relacionadas ao desenvolvimento urbano e à melhoria do transporte público.





SENADO FEDERAL

Gabinete Senador PASTOR VALADARES

É importante lembrar que os deslocamentos das pessoas são permeados por dois conceitos básicos, a mobilidade e a acessibilidade, os quais estão diretamente relacionados ao direito constitucional de ir e vir.

Em 2015, o Congresso Nacional promulgou a Emenda Constitucional 90, que incluiu no rol dos direitos sociais o transporte. Essa pequena alteração na Constituição Federal poderá contribuir para uma mudança significativa na mobilidade urbana de todo brasileiro, permitindo que o transporte público coletivo de passageiros realizados nas cidades seja, finalmente, objeto de uma política pública específica como ocorre para outros direitos sociais, como a educação e a saúde.

Diante da importância dessa legislação, identificamos a necessidade de revisar a definição de três conceitos estabelecidos na lei visando torná-los mais claros e objetivos.

O primeiro visa a inclusão da palavra “*urbano*” na conceituação expressa no inciso VI do artigo 4º, cujo objetivo é adequá-lo a definição desse tipo de transporte público coletivo, bem como explicar que esse transporte é ofertado dentro dos limites geográficos do município.

A segunda proposta visa incluir a conceituação “*demanda previamente identificada para fins de controle e fiscalização*”, cujo objetivo é exigir que o serviço de transporte privado coletivo, mais conhecido como “fretamento” disponha da lista de passageiros transportados, visando um controle mais apurado por parte das autoridades públicas, como isso dar maior segurança as pessoas que utilizam este meio de transporte.

A última proposta visa adequar o conceito do inciso VIII do artigo 4º a alteração introduzida nos artigos 12 e 12-A, promovidas pela Lei 12.865, de 2013, a qual classificou os táxis, como serviço de utilidade pública.

Assim a presente proposta visa melhorar a redação da Lei de Mobilidade Urbana, facilitando o seu cumprimento por toda a sociedade.

Sala da Comissão,

Senador **PASTOR VALADARES**  
(PDT-RO)



**MPV 748  
00013**

SENADO FEDERAL  
Gabinete Senador PASTOR VALADARES

**EMENDA nº - CM  
(à MPV nº 748, de 2016)**

**Inclua-se na Medida Provisória nº 748, de 13 de outubro de 2016, um artigo com a seguinte redação:**

*“Art. \_\_\_\_ - O artigo 7º da Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, passa a vigorar acrescido do inciso VI com a seguinte redação:*

***“VI – proporcionar o serviço de transporte público coletivo adequado aos usuários, mediante condições de universalidade, regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade, cortesia e modicidade das tarifas.***

## **JUSTIFICAÇÃO**

É importante lembrar que os serviços públicos são fundamentais para a qualidade de vida dos cidadãos, principalmente o transporte público coletivo, definido como “essencial” pela Constituição Federal (art. 30, inciso V), o qual tem a missão de garantir os deslocamentos de milhões de brasileiros, ou seja, o direito constitucional de ir e vir (art. 5º, inciso XV).

Apesar da sua importância destacada na Constituição Cidadã para mobilidade diária de todo brasileiro, este serviço público não foi priorizado nas últimas décadas o que resultou em um cenário negativo para todos nós nas cidades, que pudemos presenciar o aumento significativo da imobilidade gerado pela falta de investimentos no transporte público e pelos grandes congestionamentos de trânsito, decorrentes do aumento considerável da frota de automóveis e motocicletas, face aos incentivos para sua aquisição, como financiamentos com custo baixo e prazos extensos.

Esses fatos comprometeram diretamente a qualidade de vida dos cidadãos e, os seus deslocamentos diários. É importante lembrar que os deslocamentos das pessoas são permeados por dois conceitos básicos, a mobilidade e a acessibilidade. O primeiro refere-se a capacidade das pessoas de se deslocarem nas cidades visando a execução de suas atividades. Já a acessibilidade é a possibilidade de atingir os destinos desejados.





SENADO FEDERAL  
Gabinete Senador PASTOR VALADARES

Assim, é importante garantir que o Plano Nacional de Mobilidade Urbana tenha como um dos seus objetivos proporcionar um serviço adequado no transporte público coletivo à todos os usuários, mediante condicionantes básicas de todo serviço público, conforme previsto na Lei nº 8.987, de 1995, mais conhecida como a Lei das Concessões.

Dessa forma, entendemos que a presente proposta de emenda trará melhorias para milhões de brasileiros que dependem de transporte público nos seus deslocamentos diários.

Sala da Comissão,

Senador **PASTOR VALADARES**  
**(PDT-RO)**





**APRESENTAÇÃO DE EMENDAS**

DATA  
19 / 10 / 2016

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 748, DE 2016

**MPV 748****00014**

EMENDA Nº

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_

## TIPO

1 ☐ SUPRESSIVA 2 ☐ AGLUTINATIVA 3 ☐ SUBSTITUTIVA 4 ☐ MODIFICATIVA 5 ☒ ADITIVA

AUTOR  
DEPUTADA JÔ MORAES

PARTIDO

PCdoB

UF

MG

PÁGINA

01/01

**EMENDA ADITIVA**

Inclua-se no Art. 1º da Medida Provisória nº 748/2016 que altera a Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, a seguinte redação:

.....

“Art. 14º

.....

V – fica assegurada a reserva de espaços exclusivos para mulheres no transporte público coletivo urbano ou de caráter urbano sobre trilhos, de acordo com regulamentação do poder competente.”

**JUSTIFICATIVA**

Infelizmente, as mulheres brasileiras são vítimas de assédio e abusos no transporte coletivo urbano do País. Para minimizar este problema, propomos que sejam reservados vagões especiais para mulheres nos sistemas metroviários e ferroviários brasileiros.

19 / 10 / 2016  
DATA

\_\_\_\_\_  
ASSINATURA



**MPV 748  
00015**

CONGRESSO NACIONAL

ETIQUETA

**APRESENTAÇÃO DE EMENDAS**

<b>Data</b>	<b>Proposição</b> <b>Medida Provisória nº 748, de 2016.</b>
<b>Autor</b> <b>Dep. JOSÉ CARLOS ALELUIA – Democratas/BA</b>	<b>Nº do prontuário</b>

1 Supressiva	2. Substitutiva	3. Modificativa	4. Aditiva	5. Substitutiva global
--------------	-----------------	-----------------	------------	------------------------

<b>Página</b>	<b>Artigo</b>	<b>Parágrafo</b>	<b>Inciso</b>	<b>Alínea</b>
---------------	---------------	------------------	---------------	---------------

**TEXTO / JUSTIFICAÇÃO**

Inclua-se, onde couber, no Projeto de Lei de Conversão da Medida Provisória nº 748, de 11 de outubro de 2016, o seguinte dispositivo:

Art. \_\_\_\_ O art. 10 da Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 10 .....  
.....

§ 1º Qualquer subsídio tarifário ao custeio da operação do transporte público coletivo deverá ser definido em contrato, com base em critérios transparentes e objetivos de produtividade e eficiência, especificando, minimamente, o objetivo, a fonte, a periodicidade e o beneficiário, conforme o estabelecido nos arts. 8º e 9º desta Lei.

§ 2º Nos casos em que houver pagamento de subsídios tarifários na forma desta Lei, poderão ser utilizados os mecanismos de garantia de adimplemento previstos no art. 8º da Lei nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004.” (NR)

**JUSTIFICAÇÃO**

O regime jurídico dos serviços públicos predica a observância a alguns deveres específicos, quais sejam, universalização, continuidade e modicidade tarifária. Referidas obrigações dão uniformidade ao conceito de serviço público e suas modulações definem, inclusive, a feição do mercado no qual serão explorados os serviços.

É interessante notar, porém, que essas obrigações não são, de forma alguma, simples de serem alcançadas. Ao contrário, é possível observar até mesmo potenciais conflitos decorrentes da sua observância, como ocorre com a universalização e a modicidade tarifária, por exemplo. Afinal, para garantir a fruição dos serviços públicos pelo máximo de pessoas



possível, de um ponto de vista socioeconômico, é necessário manter tarifas a níveis mais baixos; por outro lado, a garantia de universalização de um ponto de vista geográfico-espacial implica maiores custos para a prestação de serviços e, à primeira vista, tarifas mais caras.

É notório ao afirmar que é imprescindível a definição de modelagens adequadas para tornar viáveis e sustentáveis os serviços públicos vis-à-vis a possibilidade de sua plena fruição por todos os cidadãos.

Especificamente com relação aos serviços públicos de transporte coletivo, a consequência natural dessa premissa é o reconhecimento da dificuldade de custeio dos serviços exclusivamente pelas tarifas advindas dos pagamentos feitos pelos usuários. A previsão de subsídios passa a ser, em parte significativa dos casos, relevante ao desenvolvimento das atividades concedidas.

Nesse sentido, importa mencionar que a Lei da Política Nacional de Mobilidade Urbana traz alguns dispositivos de grande importância ao desenvolvimento do setor, ao prever expressamente a possibilidade de adoção de subsídios tarifários. São os artigos 9º e 10, da referida lei, que derogam expressamente a lógica de contraprestação exclusiva dos usuários pelos serviços fruídos nas concessões comuns, conforme a generalidade dos contratos previstos na Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995 (“Lei das Concessões”).

Entretanto, a adoção de subsídios não é uma solução *per se*. Ao contrário, é medida que cria novo risco para os concessionários – o risco de pagamento da Administração – e, por isso, precisa vir acompanhada de mecanismos de garantia adequados. É o que se vê na Lei nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004 (“Lei das PPPs”). Ao mesmo tempo em que esta lei prevê expressamente modalidades de concessões que envolvem o pagamento de contraprestação pecuniária pela Administração, traz também um robusto sistema de garantias a serem prestadas pelo Poder Concedente, como forma de assegurar o adimplemento deste com suas obrigações.

Para as concessões comuns, porém, não há previsão de um sistema adequado de garantias. Os concessionários cujos contratos se submetem à lógica da Lei das Concessões, ainda que tenham subsídios instituídos para assegurar a viabilidade dos serviços, não possuem os meios necessários para assegurar a própria estabilidade dos contratos.

Como consequência, não raro são vistas concessões em curso com longas e custosas discussões – inclusive judiciais – sobre os pagamentos de subsídios. Cria-se um imbróglio praticamente insolúvel, que coloca o concessionário entre a impossibilidade de interromper o serviço por seu dever de continuidade e a própria subsistência de seu negócio.

Pelo exposto, considero salutar a inclusão na Lei da Política Nacional de Mobilidade Urbana de dispositivo que institua um sistema de garantias aplicável às contratações de serviços de transporte público coletivo de maneira mais ampla, ainda que não modelados como PPP, na forma da Lei nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004.

## PARLAMENTAR



**MPV 748**  
**00016**

**EMENDA nº - CM**

**(à MPV nº 748, de 2016)**

**Inclua-se na Medida Provisória nº 748, de 13 de outubro de 2016, um artigo com a seguinte redação:**

*Art. \_\_\_\_ - Os artigos 9º e 10 da Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, passam a vigorar com as seguintes alterações:*

*“Art. 9º - O regime econômico e financeiro da concessão, da permissão e da concessão patrocinada do serviço de transporte público coletivo serão estabelecidos no respectivo edital de licitação, sendo a tarifa de remuneração da prestação de serviço de transporte público coletivo resultante do processo licitatório da outorga do poder público.*

*.....*  
*Art. 10 - .....*

*III – repartição dos riscos entre as partes, inclusive os referentes a caso fortuito, força maior, fato príncipe e álea econômica extraordinária;*

*.....*  
*VI – caracterização da inadimplência do poder concedente, os modos e o prazo de regularização e, quando houver, a forma de acionamento da garantia.*

*§ 1º - Qualquer subsídio tarifário ao custeio da operação do transporte público coletivo deverá ser definido em contrato, com base em critérios transparentes e objetivos de produtividade e eficiência, especificando, minimamente, o objetivo, a fonte, a periodicidade e o beneficiário, conforme o estabelecido nos arts. 8º e 9º desta Lei.*

*§ 2º - Para instituição do subsídio tarifário conforme previsto no parágrafo anterior serão utilizadas as garantias expressas no artigo 8º da Lei nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004, pelo poder público responsável pela contratação visando assegurar a regularidade e a continuidade da subvenção pública estabelecida.”*

### **Justificativa**

A Lei 12.587, de 2012 é um marco na legislação brasileira, principalmente ao estabelecer princípios, diretrizes e normas visando a melhoria da mobilidade das pessoas nas cidades brasileiras, principalmente na utilização do transporte público coletivo.

A atual legislação admite que a delegação dos serviços de transporte público coletivo pelo poder público à iniciativa privada seja realizada mediante os instrumentos contratuais da concessão e permissão.



Com o crescimento e o desenvolvimento das cidades tem se observado a necessidade de melhorar o planejamento urbano, trazendo reflexos significativos nos serviços de transporte público coletivo.

Esses reflexos traduzem na otimização das redes de transporte do município, e por muitas vezes a ampliação da oferta ou a diferenciação do serviço disponibilizado à população, inclusive em níveis diferenciados, como é caso da adoção de sistemas de Bus Rapid Transit (BRT) em algumas capitais brasileiras.

As mudanças neste cenário do transporte público coletivo nas cidades, exige que a delegação do poder público aos concessionários seja realizada por instrumentos contratuais mais adequados, que sejam mais eficientes e disponham claramente os direitos e obrigações das partes envolvidas.

Assim há necessidade que atual legislação seja adequada a esta nova realidade que está ocorrendo no transporte público coletivo nas cidades, adotando o instrumento contratual da “concessão patrocinada”.

Este tipo de concessão permite uma contraprestação do parceiro público ao parceiro privado na composição da tarifa paga pelo usuário, conforme previsto na Lei nº 11.979, de 30 de dezembro de 2004.

Para que o poder público adote esta modalidade de contratação, é necessário que sejam observadas algumas diretrizes a respeito, as quais estão sendo propostas para inclusão no artigo 10.

Por fim, torna-se necessário estabelecer o cumprimento de garantias no caso de subsídio tarifário, visando manter a continuidade e regularidade do recurso financeiro alocado, evitando qualquer contra tempo que possa prejudicar os usuários do sistema de transporte público.

Sala da Comissão,

**Deputado Federal MAURO LOPES**  
**(PMDB-MG)**



**MPV 748**  
**00017**

**EMENDA nº - CM**

**(à MPV nº 748, de 2016)**

**Inclua-se na Medida Provisória nº 748, de 13 de outubro de 2016, um artigo com a seguinte redação:**

*Art. \_\_\_\_ - O parágrafo 2º do artigo 8º da Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, passa a vigorar com a seguinte redação:*

*“Art. 8º - .....*

*.....”*

**§ 2º - Os Municípios deverão divulgar, de forma sistemática e periódica, os impactos dos benefícios tarifários concedidos no valor das tarifas dos serviços de transporte público coletivo e melhorar o atendimento dos usuários idosos para o acesso ao benefício da gratuidade, na habilitação e identificação, conforme previsto no parágrafo 1º do artigo 39 da lei 10.741, de 1º de outubro de 2003.**

### **Justificativa**

A Lei 12.587, de 2012 é um marco na legislação brasileira, principalmente ao estabelecer princípios, diretrizes e normas visando a melhoria da mobilidade das pessoas nas cidades brasileiras, principalmente na utilização do transporte público coletivo, porém há necessidade de revisar a citada legislação visando adequá-la a realidade enfrentada pelos usuários.

O Estatuto do Idoso regulamentou o benefício da gratuidade no transporte público coletivo para os maiores de 65 anos, conforme previsto no artigo 230 da Constituição Federal.

Com passar dos anos, tem se observado interpretações dúbias na aplicabilidade o citado dispositivo legal, com relação a comprovação da condição de idoso para fazer jus ao benefício da gratuidade, conforme previsto no parágrafo 1º do artigo 39.

A atual redação do parágrafo 1º dispõe que o idoso apresente qualquer documento pessoal que faça prova de sua idade. Contudo, não disciplina a quem o beneficiário deverá comprovar a sua idade para utilização do seu direito.

Esta lacuna na lei tem gerado muitos conflitos desnecessários no exercício da gratuidade dos idosos nos sistemas de transporte público de algumas cidades, face prerrogativa do poder público local em regulamentar o serviço (Art. 30, inciso V da CF), estabelecendo todos os procedimentos para utilização deste serviço público, inclusive para o exercício da gratuidade.

Assim há necessidade de melhorar o atendimento dos idosos para o exercício da gratuidade nos serviços transporte público coletivo de passageiros dentro da legislação específica ao assunto, ou seja, na Lei nº 12.587, de 2012, e encerrar por vez qualquer questionamento sobre este direito justo e cristalino de milhões de cidadãos brasileiros.

Sala da Comissão,

**Deputado Federal MAURO LOPES**  
**(PMDB-MG)**





**MPV 748  
00018**

**EMENDA nº - CM**

**(à MPV nº 748, de 2016)**

**Inclua-se na Medida Provisória nº 748, de 13 de outubro de 2016, um artigo com a seguinte redação:**

*Art. \_\_\_\_ - O artigo 9º da Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, passa a vigorar acrescido do parágrafo 13, com a seguinte redação:*

*“Art. 9º - .....*

*.....”*

**§ 13 – O poder público incentivará o usuário na utilização de créditos eletrônicos tarifários nos serviços de transporte público coletivo como forma de modernizar o Sistema Nacional de Mobilidade Urbana e melhorar as condições de segurança dos usuários e dos empregados neste serviço público.”**

### **Justificativa**

A Lei 12.587, de 2012 é um marco na legislação brasileira, principalmente ao estabelecer princípios, diretrizes e normas visando a melhoria da mobilidade das pessoas nas cidades brasileiras, principalmente na utilização do transporte público coletivo.

Nos últimos anos, tem se presenciado a adoção de novas tecnologias nos sistema de transporte público coletivo das cidades, como o pagamento da tarifa por meio de créditos eletrônicos inseridos em cartões com “chips”.

Essa nova tecnologia proporciona maior segurança, transparência e controle do poder público responsável sobre o sistema de transporte público coletivo de passageiros.

Os ganhos com esta tecnologia são visíveis para todos, principalmente para os usuários do serviço que se beneficiam com as facilidades como a redução no tempo de embarque e maior segurança no pagamento da tarifa com o cartão, pois na ocorrência de roubo ou perda, o cartão eletrônico da tarifa é bloqueado.

A automação do pagamento da tarifa mediante créditos eletrônicos em cartões tem contribuído eficazmente na redução do número de assaltos no interior dos veículos, preservando a vida dos usuários e dos trabalhadores como o motorista e o cobrador.

Assim, cabe ao poder público local incentivar a população de usuários a utilização do cartão eletrônico para o pagamento da tarifa do transporte público coletivo da sua cidade.

Sala da Comissão,

**Deputado Federal MAURO LOPES  
(PMDB-MG)**



**MPV 748**  
**00019**

**EMENDA nº - CM**

**(à MPV nº 748, de 2016)**

**Inclua-se na Medida Provisória nº 748, de 13 de outubro de 2016, um artigo com a seguinte redação:**

*Art. \_\_\_\_ - O artigo 8º da Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, passa a vigorar acrescido do inciso X, e dos parágrafos 4º e 5º, com as seguintes redações:*

*“Art. 8º - .....*

*.....*

***X – financiamento de benefícios tarifários com recursos específicos extra tarifários.***

*.....*

***§ 4º - A concessão de novos benefícios tarifários a uma classe ou coletividade de usuários nos serviços de transporte público coletivo deverá ser custeada com recursos financeiros específicos previstos em lei, sendo vedado atribuir o referido custeio aos usuários do respectivo serviço público. (NR)***

***§ 5º - A União, Estados, Municípios e Distrito Federal promoverão até no máximo 31 de dezembro de 2022, a revisão dos atuais benefícios tarifários concedidos as classes de usuários nos serviços de transporte público coletivo e a definição da fonte de custeio de recursos orçamentários para esses benefícios, visando adequar a diretriz expressa no inciso X e o teor do § 4º.***

### **Justificativa**

A Lei 12.587, de 2012 é um marco na legislação brasileira, principalmente ao estabelecer princípios, diretrizes e normas visando a melhoria da mobilidade das pessoas nas cidades brasileiras, principalmente na utilização do transporte público coletivo.

Os serviços de transporte público coletivo nas cidades é um serviço essencial para os deslocamentos das pessoas, principalmente, para as classes menos favorecidas da sociedade, ou seja, milhões brasileiros o utilizam diariamente para suas necessidades e interesses.

Apesar disso, o ano de 2016 está sendo marcado por uma forte crise econômica no Brasil que tem prejudicado a capacidade financeira de toda a população e trazendo resultados graves, como o desemprego para 12 milhões de brasileiros.

Assim, devemos buscar uma solução para baratear o custo da tarifa paga pelo usuário, principalmente neste momento de crise econômica.



Um dos fatores que mais oneram o custo da tarifa são os benefícios tarifários, mais conhecido como gratuidades, concedidos a determinadas categorias de usuários dos serviços de transporte público coletivo urbano e de caráter urbano.

A equação da gratuidade é prejudicial ao usuário. O entendimento dessa conta é simples, a passagem do transporte público é o resultado do custo do serviço dividido pelo número de usuários pagantes. Assim quanto maior o número de usuários beneficiados pela gratuidade, menor será o número de pagantes e consequentemente, maior vai ser o valor da tarifa.

Para cada um real gasto com passagem de ônibus, 19 centavos, em média no Brasil, são destinados ao custeio dessas gratuidades. Existem casos, como Porto Alegre (RS), em que 26 centavos da tarifa pago pelo usuário é destinado a cobertura das gratuidades.

Na verdade estamos vivendo uma grande injustiça social onde pessoas menos favorecidas da sociedade e que utilizam o transporte público todos os dias são obrigadas a financiar uma política de assistência social.

Toda medida assistencial que vise amparar os mais necessitados da sociedade deve ser custeada por todos, mediante pagamento de tributos, ou com recursos do orçamento público, como prevê os artigos 194 e 195 da Constituição Federal, não podendo se imputado apenas à uma parcela da população, no caso, os demais usuários dos serviços de transporte público.

Se verificarmos mais uma vez a Constituição Federal, vamos observar que “*assistência social deve ser prestada para aquele que dela necessitar*” (Art. 203) e como faz parte da seguridade social, medidas de assistência social devem ser financiadas pelo orçamento público (Art. 195).

Assim a presente emenda visa estabelecer que a concessão de novos benefícios tarifários para determinadas classes de usuários sejam custeados com recursos financeiros previsto em lei, sendo vedado atribuir o referido custeio aos usuários do transporte público coletivo urbano.

Além disso, estabelece que os entes federativos, União, Estados, Municípios e Distrito Federal realizarão uma revisão das atuais gratuidades no prazo até o final de 2022.

Dessa forma, acreditamos que a presente proposta de emenda possa amenizar os efeitos da crise econômica que abateu milhões de brasileiros na utilização dos serviços de transporte público de suas cidades.

Sala da Comissão,

**Deputado Federal MAURO LOPES**  
**(PMDB-MG)**



**MPV 748  
00020****Congresso Nacional****MEDIDA PROVISÓRIA Nº. 748, DE 11 DE OUTUBRO DE 2016**

Altera a Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, que institui as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana.

**APRESENTAÇÃO DE EMENDA ADITIVA**

Inclua-se, onde couber, no artigo 1º. da Medida Provisória nº. 748, de 11 de outubro de 2016, o seguinte dispositivo:

**“CAPÍTULO I-A****DAS DIRETRIZES PARA A REGULAÇÃO DO TRANSPORTE CICLOVIÁRIO**

Art. 7º A O transporte cicloviário é uma modalidade de transporte regular individual, para a qual fica obrigada a previsão de uma rede de ciclovias ou ciclofaixas em projetos e obras de construção, ampliação ou adequação do sistema viário urbano, assim como a implementação da infraestrutura de apoio correspondente, na forma de bicicletários, paraciclos e sinalização.

Parágrafo único. Excetua-se da obrigação prevista no caput, desde que atestadas por estudo técnico:

I – áreas de cidades com relevo acidentado, impróprias ao uso de bicicleta;

II – vias e obras de arte, cuja localização, característica histórica, função na hierarquia viária e dimensões impeçam obras para seu compartilhamento com os demais veículos”





## Congresso Nacional

### JUSTIFICATIVA

O transporte ciclovitário vem assumindo postos cada vez mais relevantes na vida das pessoas e das cidades brasileiras. Uma recente pesquisa da Parceria Nacional pela Mobilidade por Bicicleta (2015) indicou os múltiplos motivos do uso da bicicleta - 88,1% dos ciclistas utilizam o veículo para ir ao trabalho; 30,5%, para ir à escola/faculdade; 59,2% utilizam a bicicleta para fazer compras; e 76%, para atividades de lazer.

Entretanto, o transporte ciclovitário ainda não tem a devida visibilidade na Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012. Com o intuito de corrigir esta distorção e adequar a Política Nacional de Mobilidade Urbana à realidade das cidades, a presente emenda inclui na legislação capítulo que institui diretrizes para a regulação do transporte ciclovitário.

A ideia é situar o transporte ciclovitário como modalidade de transporte regular individual e indicar a obrigatoriedade da previsão de rede de ciclovias ou ciclofaixas no sistema viário urbano, com sua respectiva infraestrutura de apoio – bicicletários, paraciclos e sinalização. A proposta considera a existência de cidades com relevo acidentado e as exclui desta obrigatoriedade. Também exclui da obrigatoriedade as vias e obras de arte que apresentem características que tornem impossível a realização de obras para viabilizar o uso compartilhado do espaço.

**Dep. João Paulo Papa**  
PSDB/SP



**MPV 748  
00021****Congresso Nacional****MEDIDA PROVISÓRIA Nº. 748, DE 11 DE OUTUBRO DE 2016**

Altera a Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, que institui as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana.

**APRESENTAÇÃO DE EMENDA ADITIVA**

Inclua-se, onde couber, no artigo 1º. da Medida Provisória nº. 748, de 11 de outubro de 2016, o seguinte dispositivo:

“Art. 4º. ....

VIII – transporte público individual: serviço remunerado de transporte de passageiros aberto ao público, por intermédio de veículos de aluguel, incluindo bicicletas públicas de uso compartilhado, para a realização de viagens individualizadas”.

**JUSTIFICATIVA**

O transporte ciclovitário vem assumindo postos cada vez mais relevantes na vida das pessoas e das cidades brasileiras. Uma recente pesquisa da Parceria Nacional pela Mobilidade por Bicicleta (2015) indicou os múltiplos motivos do uso da bicicleta - 88,1% dos ciclistas utilizam o veículo para ir ao trabalho; 30,5%, para ir à escola/faculdade; 59,2% utilizam a bicicleta para fazer compras; e 76%, para atividades de lazer.

Entretanto, o transporte ciclovitário ainda não tem a devida visibilidade na Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012. Com o intuito de corrigir esta distorção, aprimorar e modernizar a Política Nacional de Mobilidade Urbana, a presente emenda acrescenta as bicicletas públicas de uso compartilhado na definição de transporte público individual.

**Dep. João Paulo Papa**  
PSDB/SP





**MPV 748  
00022****Congresso Nacional****MEDIDA PROVISÓRIA Nº. 748, DE 11 DE OUTUBRO DE 2016**

Altera a Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, que institui as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana.

**APRESENTAÇÃO DE EMENDA ADITIVA**

Inclua-se, onde couber, no artigo 1º. da Medida Provisória nº 748, de 11 de outubro de 2016, o seguinte dispositivo:

“Art. 3º. ....

§ 3º. ....

I – vias e demais logradouros públicos, inclusive metroferrovias, hidrovias, ciclovias e ciclofaixas;

II – estacionamentos, incluindo bicicletários e paraciclos”.

**JUSTIFICATIVA**

O transporte cicloviário vem assumindo postos cada vez mais relevantes na vida das pessoas e das cidades brasileiras. Uma recente pesquisa da Parceria Nacional pela Mobilidade por Bicicleta (2015) indicou os múltiplos motivos do uso da bicicleta - 88,1% dos ciclistas utilizam o veículo para ir ao trabalho; 30,5%, para ir à escola/faculdade; 59,2% utilizam a bicicleta para fazer compras; e 76%, para atividades de lazer.

Entretanto, o transporte cicloviário ainda não tem a devida visibilidade na Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012. Com o intuito de corrigir esta distorção e aprimorar a Política Nacional de Mobilidade Urbana, a presente emenda inclui, no âmbito das infraestruturas de mobilidade urbana, as ciclofaixas, os bicicletários e os paraciclos.

**Dep. João Paulo Papa**  
PSDB/SP





CONGRESSO NACIONAL

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MPV 748  
00023

1. ETIQUETA
-------------

2. data
19.10.2016

3. proposição
MEDIDA PROVISÓRIA nº 748 de 2016

4. autor
DEPUTADO HUGO LEAL

5. n.º do prontuário
306

1. <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input checked="" type="checkbox"/> X aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
--	--	--	--	---

7. página	8. artigo	Parágrafo	Inciso	alínea
-----------	-----------	-----------	--------	--------

## TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

**Inclua-se na Medida Provisória nº 748, de 13 de outubro de 2016, um artigo com a seguinte redação:**

*“Art. \_\_\_\_ - Os incisos VI, VII e VIII do artigo 4º da Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, passam a vigorar com as seguintes alterações:*

*“Art. 4º - Para fins desta lei, considera-se:*

*.....*

**VI - transporte público coletivo urbano: serviço público de transporte coletivo de passageiros prestado nos limites geográficos do Município acessível a toda a população mediante pagamento individualizado, com itinerários e preços fixados pelo poder público;**

**VII – transporte privado coletivo: serviço de transporte de passageiros não aberto ao público para a realização de viagens com características operacionais exclusivas para cada linha e demanda previamente identificada para fins de controle e fiscalização pelo poder público.**

**VIII - transporte individual de utilidade pública: serviço de transporte remunerado de passageiros individual de utilidade pública aberto a população, ofertado por intermédio de veículos de aluguel, para a realização de viagens individualizadas, autorizado pelo poder público;**



### **Justificação**

A legislação atual trouxe uma série de benefícios para as cidades brasileiras, mediante princípios e diretrizes que estão sendo incorporados pelos municípios brasileiros visando a melhoria da mobilidade das pessoas.

Apesar disso, a citada legislação apresenta pontos em sua conceituação que necessitam de revisão visando proporcionar a aplicação clara e objetiva da norma e assim evitar a interpretação dúbia, que pode afastar o verdadeiro sentido do direito.

Em alguns conceitos elencados no artigo 4º da presente lei constata-se a imperfeição na definição, merecendo os devidos reparos.

Assim, propomos que o inciso VI seja mais objetivo ao definir o transporte público coletivo urbano.

Com relação ao inciso VII, há necessidade de trazer maior segurança aos serviços de fretamento, garantido ao poder público o devido controle e fiscalização do mesmo, principalmente face aos acidentes de trânsito ocorridos envolvendo essa modalidade.

No inciso VIII, há de observar que Lei nº 12.865, de 2013, que mudou a classificação dos táxis, que deixaram de ter o atributo de serviço público e passaram para serviço de utilidade pública, conforme disposto nos artigos 12 e 12-A.

Assim, contamos com apoio dos nobres pares para o acolhimento da presente emenda que facilitará a aplicação da norma aos casos concretos.

PARLAMENTAR



**MPV 748  
00024****CONGRESSO NACIONAL****COMISSÃO MISTA DESTINADA A APRECIAR A MEDIDA  
PROVISÓRIA Nº 748, DE 11 DE OUTUBRO DE 2016****MEDIDA PROVISÓRIA Nº 748, DE 11 DE OUTUBRO DE 2016**

Altera a Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, que institui as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana.

**EMENDA ADITIVA N.º**

Acrescente-se o inciso VIII ao Art. 22 da Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, alterada pela Medida Provisória nº 748, de 11 de outubro de 2016:

“Art. 22.....

VIII – Promover e estimular a participação popular através dos instrumentos previstos no Art. 15 desta Lei.”

**J U S T I F I C A Ç ã O**

Um dos maiores benefícios produzidos pela Política Nacional de Mobilidade Urbana, aprovada na forma da Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, é o reconhecimento da importância da gestão democrática na construção contínua e no aprimoramento da mobilidade urbana.

Nessa lógica, a presente emenda visa a fortalecer os dispositivos de participação popular previstos na Lei, ao estabelecer a obrigatoriedade da utilização desses instrumentos pelos órgãos gestores dos entes federados,



2

tornando essa uma de suas atribuições.

Sala da Comissão, em            de outubro de 2016.

**Deputada PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE  
DEMOCRATAS/TO**



**MPV 748  
00025****CONGRESSO NACIONAL****COMISSÃO MISTA DESTINADA A APRECIAR A MEDIDA  
PROVISÓRIA Nº 748, DE 11 DE OUTUBRO DE 2016****MEDIDA PROVISÓRIA Nº 748, DE 11 DE OUTUBRO DE 2016**

Altera a Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, que institui as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana.

**EMENDA ADITIVA N.º**

Acrescente-se o seguinte parágrafo único ao Art. 15 da Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, alterada pela Medida Provisória nº 748, de 11 de outubro de 2016:

“Art. 15.....

Parágrafo único. As audiências e consultas públicas e a avaliação da satisfação dos cidadãos e dos usuários previstas nos incisos III e IV deste artigo, respectivamente, deverão ser amplamente divulgadas nos veículos de comunicação local e por meio eletrônico, e serão promovidas pelos órgãos gestores dos entes federativos como condição obrigatória para finalização dos processos:

I - de elaboração e de revisão periódica do Plano de Mobilidade Urbana, nas condições do artigo 24 desta Lei;

II - de revisão das tarifas, previstos no artigo 9º desta Lei;





III - de prorrogação de concessão ou permissão dos serviços de transporte público coletivo, caso ocorram. ”

## JUSTIFICAÇÃO

Um dos maiores ganhos trazidos pela Política Nacional de Mobilidade Urbana, aprovada na forma da Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, é o reconhecimento da importância da gestão democrática na construção contínua e no aprimoramento da mobilidade urbana.

Nesse sentido, a presente emenda visa a fortalecer os dispositivos de participação popular previstos na Lei, ao estabelecer a obrigatoriedade da utilização desses instrumentos previamente às decisões de maior impacto na qualidade e no custo da mobilidade urbana.

Sala da Comissão, em        de outubro de 2016.

**Deputada PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE  
DEMOCRATAS/TO**





CONGRESSO NACIONAL

**MPV 748  
00026****EMENDA À MEDIDA PROVISÓRIA Nº 748, DE 2016**

<b>Autor</b> <b>Deputado Aureo</b>	<b>Partido</b> <b>Solidariedade - SD</b>
---------------------------------------	---

1. \_\_\_ Supressiva      2. \_\_\_ Substitutiva      3. \_\_\_ Modificativa      4. X Aditiva

**TEXTO / JUSTIFICAÇÃO****Emenda Nº**

Inclua-se o seguinte artigo à Medida Provisória nº. 748, de 2016:

Art. O art. 15 da Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012 passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 15. ....

I - .....

II - .....

III - audiências e consultas públicas; (NR)

IV - procedimentos sistemáticos de comunicação, de avaliação da satisfação dos cidadãos e dos usuários e de prestação de contas públicas; e (NR)

**V – reclamação coletiva, protocolizada com no mínimo 5% (cinco por cento) de assinaturas de usuários do sistema de transporte coletivo público de determinada localidade.**

**Parágrafo Único: No caso do inciso V do caput, o poder concedente fica obrigado a instaurar o processo administrativo contra o concessionário, nos termos do art. 38 da Lei 8.987, de 13 de fevereiro de 1995.**

**JUSTIFICAÇÃO**

A péssima qualidade do serviço de transporte público prestado pelos concessionários é o principal motivo de reclamação por parte da população usuária.

Essa precariedade na prestação dos serviços abre espaço para o transporte irregular de passageiros, que, em muitos casos, significa risco aos usuários do sistema.



A baixa qualidade dos serviços prestados estimula o aumento do número de veículos nas vias, causando congestionamento e transtornos no sistema viário.

A emenda em tela visa prover o usuário, principal interessado na qualidade do serviço de transporte coletivo urbano, de instrumentos para exigir do poder público a qualidade adequada dos serviços prestados. Tal procedimento, com instauração obrigatória, dará ao passageiro a oportunidade de cobrar e fiscalizar a prestação do serviço.

**ASSINATURA**

**Deputado Aureo  
Solidariedade/RJ**



**MPV 748**  
**00027**

**EMENDA Nº - CMMPV 748/2016**  
(à MPV nº 748, de 2016)

Inclua-se, na Medida Provisória nº 748, de 11 de outubro de 2016, o seguinte art. 2º, ficando o atual art. 2º renumerado como art. 3º:

**Art. 2º** O Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, passa a vigorar com as seguintes alterações:

**“Art. 4º** A desapropriação poderá abranger área contígua necessária ao desenvolvimento da obra ou destinada a reparcelamento do solo.

§ 1º Entende-se por reparcelamento do solo a reconfiguração do traçado de lotes e logradouros, para viabilizar o adequado aproveitamento do solo urbano.

§ 2º Os lotes resultantes de reparcelamento do solo e as unidades imobiliárias sobre eles eventualmente edificadas poderão ser incorporados ao patrimônio público na condição de bens dominicais ou alienados a terceiros.

§ 3º Na hipótese de reparcelamento do solo integrado a obra pública, a declaração de utilidade pública deverá delimitar as áreas indispensáveis à realização da obra e as que se destinam ao reparcelamento.

§ 4º A declaração de utilidade pública para reparcelamento do solo é condicionada à prévia aprovação pelo Município do respectivo projeto, observado o disposto no art. 9º da Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979.” (NR)

**“Art. 4º-A** Nas áreas declaradas de utilidade pública para fins de reparcelamento, a desapropriação judicial de imóvel é condicionada às etapas prévias de mediação e de arbitragem, voltadas para a obtenção de acordo sobre a forma de indenização.

§ 1º Na etapa de mediação, cuja duração poderá ser de até três anos, o Poder Público:

I – apresentará ao proprietário:

a) obrigatoriamente, proposta de indenização em dinheiro, de valor não inferior a 120% ou superior a 150% do valor venal adotado como base de cálculo do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU – no ano em que for declarada de utilidade pública; e



b) opcionalmente, proposta de substituição parcial ou integral do imóvel por unidade imobiliária a ser produzida no âmbito do empreendimento, unidade imobiliária de propriedade do ente federativo desapropriante ou por participação no capital de fundo de investimento imobiliário ou sociedade de propósito específico a que tenha sido delegada a execução do empreendimento;

II – adotará método de resolução de disputa neutro para a condução das negociações.

§ 2º O percentual do valor venal a que se refere a alínea “a” do inciso I do § 1º será fixado no mesmo ato que declarar a utilidade pública e será o mesmo para todos os imóveis necessários ao parcelamento.

§ 3º Caso não se tenha obtido acordo na etapa de mediação, passar-se-á à etapa de arbitragem, com duração de até sessenta dias, em que o Poder Público oferecerá ao proprietário proposta de compromisso arbitral, nos termos do art. 9º da Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996.

§ 4º O compromisso arbitral poderá adotar como critério de avaliação norma técnica estabelecida por instituição nacional ou internacional.”

## JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda visa garantir mecanismos de desapropriação para fins de se facilitar a gestão e implementação de políticas de transportes e mobilidade urbana. A presente emenda cria ferramentas para que o gestor público possa utilizar de alternativas para a desapropriação que possuem interesse social, sem a necessidade de dispor de recursos líquidos do caixa municipal, buscando a mediação dos conflitos e oferecendo a oportunidade de se transacionar outros bens em áreas menos estratégicas para o desenvolvimento do transporte e mobilidade urbana.

As principais cidades brasileiras enfrentam com grande dificuldade o problema da deterioração de suas áreas centrais. Dotadas de toda a infraestrutura urbana, essas regiões estão perdendo população e tornando-se um risco para a comunidade que por elas circula, uma vez que, em decorrência do abandono, tendem a atrair criminosos de toda espécie

O mercado imobiliário, por sua vez, tanto formal quanto informal, investe em empreendimentos distantes da malha urbana, em geral



sob o regime de condomínios fechados, e tendo o automóvel individual como modo principal de transporte.

A reversão desse quadro é uma diretriz do urbanismo atual, que defende a revitalização das áreas degradadas, o adensamento das áreas com infraestrutura subaproveitada e a priorização do transporte não motorizado e coletivo sobre o individual.

Os instrumentos de que dispõem os municípios, no entanto, são insuficientes para dar conta desse desafio. Alterações no zoneamento, promovidas pelos planos diretores, podem criar incentivos ao uso residencial nas áreas urbanas ou ampliar o potencial construtivo de lotes ocupados com casas térreas, mas esses incentivos e benefícios não são aproveitados pelos proprietários ou por empreendedores, mesmo após décadas de vigência.

A explicação para esse fato reside na excessiva fragmentação das propriedades afetadas diante da necessidade de produzir lotes grandes como condição para a construção de edificações multifamiliares. O remembramento de lotes depende da adesão de todos os proprietários, o que raramente ocorre, uma vez que cada um é levado a explorar o poder de veto de que dispõe sobre os empreendimentos de grande porte na negociação com possíveis empreendedores.

A solução para situações como essa é a desapropriação de conjuntos de lotes contíguos, com vistas ao parcelamento de amplas áreas, para posterior revenda dos novos lotes no mercado. O parcelamento pode ou não estar associado à reconfiguração dos logradouros existentes, mas sempre deve acompanhar as grandes obras de infraestrutura, como estações de metrô ou ampliações no sistema viário, pois ele viabilizará o pleno aproveitamento desses equipamentos e evitará que gerem incômodo para o entorno, como ocorre frequentemente.

Ao contrário do que ocorre com outras intervenções que requerem desapropriação, o parcelamento pode ser realizado, na maior parte dos casos, sem aporte de recursos orçamentários. Isso ocorre porque os lotes produzidos tendem a ser mais valiosos que os imóveis desapropriados, o que torna o empreendimento como um todo economicamente autossuficiente. Tendo em vista, ainda, que serão geradas receitas no âmbito do próprio projeto, sua execução por meio de concessão ou parceria público-privada torna-se uma alternativa atraente.



A emenda ora apresentada visa facilitar esse tipo de operação, mediante alterações no Decreto-Lei nº 3.365, de 1941, que dispõe sobre a desapropriação por utilidade pública. Propomos a substituição da atual desapropriação “por zona” pela desapropriação “para reparcelamento do solo”. Enquanto aquela visa a recuperar para o Poder Público a valorização imobiliária gerada por uma obra pública, mediante desapropriação e revenda dos imóveis contíguos, esta objetiva renovar o parcelamento existente para viabilizar o adequado aproveitamento do solo urbano, diretriz constante do § 4º do art. 182 da Constituição Federal.

Consideramos que a desapropriação de um imóvel para imediata revenda, como atualmente admitido, é inconstitucional, pois a valorização imobiliária gerada por obra pública pode ser recuperada por outros meios menos onerosos para o cidadão, como a contribuição de melhoria. Já a desapropriação para reparcelamento, também chamada de “desapropriação urbanística”, é não apenas constitucional, mas necessária para promover a função social da propriedade, instituto consagrado no art. 182, § 2º, da Constituição. Nesse caso, não há, propriamente, “revenda” do imóvel desapropriado, porém alienação de outro imóvel, resultante de novo parcelamento do solo, mais consentâneo com o planejamento urbanístico. Essa alienação poderá resultar na recuperação para o Poder Público da valorização gerada por suas obras, mas este será um subproduto da operação e não seu objetivo exclusivo.

Na regulamentação ora proposta, introduzimos dispositivos destinados a assegurar a vinculação da desapropriação ao planejamento urbano e a permitir que o empreendimento seja vantajoso para ambas as partes, evitando, assim, a intervenção do Poder Judiciário.

Quando à primeira diretriz, condicionamos a declaração de utilidade pública à prévia aprovação pelas autoridades competentes de projeto de parcelamento do solo, conforme disciplinado na Lei nº 6.766, de 1979, que dispõe sobre a matéria. Esse diploma legal estabelece o conteúdo mínimo desse projeto e fixa requisitos urbanísticos para os loteamentos, vinculando-os ao plano diretor.

Quanto à segunda, condicionamos a desapropriação judicial às etapas prévias de mediação e de arbitragem, que são obrigatórias para o Poder Público e facultativas para os proprietários.

Na etapa de mediação, deverão ser oferecidas ao proprietário, obrigatoriamente, uma proposta de indenização correspondente a, no





mínimo, 120% e, no máximo, 150% do valor venal do imóvel. Além desta proposta, também se poderá oferecer a substituição do imóvel por outro, a ser produzido ou unidade imobiliária de propriedade do ente federativo desapropriante, ou por participação em fundo de investimento imobiliário ou no capital de entidade de propósito específico que tenha recebido delegação do poder público para executar o empreendimento.

A proposta obrigatória permitirá ao Poder Público obter acordos independentemente de uma avaliação individualizada de cada imóvel, economizando custos significativos. Far-se-á uso da planta genérica de valores existente, multiplicando-se os valores venais dela constantes por um percentual suficiente para corrigir eventual defasagem com relação ao mercado e de tornar o acordo uma opção melhor para o proprietário que a desapropriação judicial. Do ponto de vista do proprietário, se lhe assegura uma indenização não inferior a 120% do valor venal do imóvel, o que representa uma proteção adicional com relação ao regime atual.

As propostas opcionais visam abrir a possibilidade de aquisição dos terrenos sem o desembolso de recursos financeiros, o que pode ser muito importante para a modelagem financeira do empreendimento.

A substituição do imóvel original por outro a ser produzido já é praticada no âmbito das incorporações imobiliárias. Trata-se de técnica muito comum em outros países, como Japão e Alemanha, em operações genericamente denominadas de “*land readjustment*”, ou “reajuste de terras”. Para que se tenha uma idéia do potencial desse instrumento, basta dizer que aproximadamente 30% do tecido urbano do Japão foi produzido por meio de operações desse tipo.

A participação no capital de sociedade de propósito específico ou fundo de investimento imobiliário mediante transferência do imóvel é disciplinada pela legislação societária e do mercado de capitais e permite ao proprietário interessado compartilhar com o empreendedor os riscos e benefícios do parcelamento, se este for seu interesse.

Caso a etapa de mediação resulte infrutífera, oferecer-se-á ao proprietário a opção de aceitar uma avaliação do valor do imóvel por profissionais a serem selecionados segundo o disposto na Lei nº 9.397, de 1996, que disciplina a arbitragem, técnica que tem sido adotada com grande sucesso no setor privado e mais recentemente passou a ser incorporada ao setor público. Para aumentar a segurança jurídica desse procedimento,



6

institui-se como critério de avaliação a norma técnica da ABNT sobre o assunto que já é o padrão adotado pelos profissionais do setor.

Cremos que, com as cautelas adotadas, a renovação urbana passará a ser reivindicada pelos proprietários de imóveis deteriorados e não combatida, como atualmente. Facultando-se ao Poder Público oferecer-lhes propostas atraentes, economizar-se-ão recursos de ambas as partes que seriam gastos na disputa judicial e agilizar-se-á a execução do projeto, restando a desapropriação judicial apenas como último recurso.

O mecanismo de desapropriação proposto possibilitará à administração pública promover uma ocupação mais equilibrada da cidade. Disso resultará redução na demanda por ampliação das infraestruturas urbanas e ampliando a eficiência da prestação de serviços coletivos, especialmente de transporte.

Ademais, cria alternativas ao ressarcimento em espécie para o proprietário do terreno desapropriado. Isso possibilita ao público dispor de áreas para execução de projetos de infraestrutura sem que tenha que dispor de recursos orçamentários para adquiri-las.

Sala da Comissão,

Senador WILDER MORAIS



**MPV 748**  
**00028**

## **EMENDA Nº - CMMPV 748/2016**

(à MPV nº 748, de 2016)

Dê-se ao art. 24 da Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, nos termos do art. 1º da Medida Provisória nº 748, de 11 de outubro de 2016, a seguinte redação:

“**Art. 24.**.....

.....

§ 3º O Plano de Mobilidade Urbana deverá ser integrado ao plano diretor municipal, existente ou em elaboração, no prazo máximo de sete anos, contado da data de vigência desta Lei.

§ 4º Os Municípios que não tenham elaborado o Plano de Mobilidade Urbana até a data de promulgação desta Lei terão o prazo máximo de sete anos, contado da data de sua entrada em vigor, para elaborá-lo.

§ 5º As regiões metropolitanas e as aglomerações urbanas deverão contar com Plano de Mobilidade Urbana próprio, aprovado por lei estadual.

§ 6º O Plano de Mobilidade Urbana de regiões metropolitanas e de aglomerações urbanas deverá ser integrado ao plano de desenvolvimento urbano integrado de que trata o art. 10 da Lei nº 13.089, de 12 de janeiro de 2015, no prazo máximo de sete anos, contado da data de vigência desta lei.

§ 6º As regiões metropolitanas e as aglomerações urbanas que não tenham elaborado seu Plano de Mobilidade Urbana até a data de promulgação desta Lei terão o prazo máximo de sete anos, contado da data de sua entrada em vigor, para elaborá-lo.

§ 7º Encerrado o prazo a que se referem os §§ 4º e 6º, os Municípios, regiões metropolitanas e aglomerações urbanas ficam impedidos de receber recursos orçamentários federais destinados à mobilidade urbana até que atendam à exigência estabelecida nesta Lei.” (NR)

## **JUSTIFICAÇÃO**

A publicação do IPEA intitulada Território Metropolitano, Políticas Municipais, no capítulo dedicado à temática dos transportes, traz a informação de que, embora compartilhem cotidianamente os fluxos de



mercadorias e pessoas do aglomerado metropolitano, via de regra, os municípios integrantes de uma Região Metropolitana não atuam devidamente de forma colaborativa e compartilhada no tema. As soluções para as questões regulatórias e financeiras das políticas de investimento, de planejamento e gerenciamento são desenvolvidas, em grande parte das regiões metropolitanas, exclusivamente pelos titulares do serviço – neste caso, os municípios –, não se utilizando, portanto, dos instrumentos existentes, como os consórcios públicos.

A despeito do planejamento integrado das ações dos municípios integrantes de regiões metropolitanas e aglomerações urbanas, a Lei nº 13.089, de 12 de janeiro de 2015, que institui o Estatuto da Metrópole, prevê que incorre em improbidade administrativa: 1) o governador ou agente público que atue na estrutura de governança interfederativa que deixar de tomar as providências necessárias, no prazo de três anos da instituição da região metropolitana ou da aglomeração urbana, mediante lei complementar estadual, para elaboração do plano de desenvolvimento urbano integrado, aprovado mediante lei estadual; e 2) o prefeito que deixar de tomar as providências necessárias, no prazo de três anos da aprovação do plano de desenvolvimento integrado, para compatibilizar o plano diretor municipal com o plano de desenvolvimento urbano integrado da unidade territorial urbana.

Por seu turno, a Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, que institui as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana, delimita prazo a fim de que os municípios elaborem seus Planos de Mobilidade Urbana o os integre ao plano diretor municipal.

De acordo com o citado estudo do IPEA, a demanda por transporte urbano em um determinado município pertencente a um aglomerado urbano pode ser afetada de maneira significativa por mudanças na dinâmica urbana de municípios vizinhos. Alterações no uso de solo de outro município da região, como a construção de um polo gerador de viagens – hospital, expansão de um *campus* universitário, conjunto habitacional, centros comerciais –, podem afetar de maneira substancial a quantidade e o perfil das viagens que passam por uma cidade vizinha. Na prática, isto significa que mudanças na legislação de zoneamento de um município de uma RM exercem influência indireta sobre a demanda de transporte, que ultrapassa os limites puramente administrativos dos municípios.

A lei que instituiu a Política Nacional de Mobilidade Urbana definiu as atribuições de cada ente federado no contexto da mobilidade urbana, na tentativa de dirimir os conflitos de atribuições existentes e orientar uma possível coordenação metropolitana do serviço de transporte público.



Entretanto, para essas regiões metropolitanas e aglomerados urbanos, onde os desafios se ampliam em razão da complexidade inerente às institucionalidades existentes, não há a obrigatoriedade de elaboração de um Plano de Mobilidade Urbana que abarque todos os municípios pertencentes ao aglomerado.

No caso de Goiânia, por exemplo, há um conglomerado de 20 cidades em torno da capital e tendência de crescimento dessa conglomeração. As cidades que participam desse conglomerado são: Goiânia, Abadia de Goiás, Aparecida de Goiânia, Aragoiânia, Bela Vista de Goiás, Bonfinópolis, Brazabrantes, Caldazinha, Caturai, Goianópolis, Goianira, Guapó, Hidrolândia, Inhumas, Nerópolis, Nova Veneza, Santo Antônio de Goiás, Senador Canedo, Terezópolis de Goiás e Trindade.

Logo, há a necessidade de se pensar o adensamento urbano integradamente, planejando no presente para garantir, ainda mais, o desenvolvimento no futuro. Existem dependências, interações e ciclos econômicos e sociais que demandam um planejamento coordenado, analisando o perfil de cargas e pessoas que transitam na região. Dessa forma, pretendemos unificar a política de mobilidade urbana e transportes, preparando a região metropolitana para receber e aplicar recursos de maneira eficiente e preparar a mesma para as rápidas constantes transformações que o mundo moderno nos reserva. A presente Medida Provisória trata do planejamento municipal isolado, no entanto, alertamos sobre as diferenças que existem entre cidades que dependem, estão e participam de um centro metropolitano e cidades que não possuem essa característica geográfica, cito o recente estudo<sup>1</sup> da Dra. Profa. Érika Cristine Kneib e Dra. Ana Stéfany da Silva Gonzaga da Universidade Federal de Goiás para embasar a necessidade científica e de política pública para a diferenciação proposta por nós.

Dessa forma, a presente emenda visa preencher essa lacuna e contribuir para que o planejamento de transporte abarque toda a área metropolitana e seja compatível com as diretrizes do plano de desenvolvimento urbano integrado.

Sala da Comissão,

Senador WILDER MORAIS

---

<sup>1</sup> Título: Transformações Metropolitanas e Mobilidade Urbana: Os desafios da Integração entre planos municipais e metropolitanos. XXIX Congresso Nacional de Pesquisa de Transporte da ANPET.



**MPV 748  
00029****MEDIDA PROVISÓRIA Nº 748, DE 11 DE OUTUBRO DE 2016.**

Altera a Lei nº12.587, de 3 de janeiro de 2012, que institui as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana.

**EMENDA ADITIVA**

Inclua-se no Art. 1º da Medida Provisória nº 748/2016 que altera a Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, a seguinte alteração na redação:

.....

“Art. 8º A política tarifária do serviço de transporte público coletivo é orientada pelas seguintes diretrizes:

.....

X – Implantação do passe livre para estudantes, de acordo com regulamentação do poder público competente; ”

**JUSTIFICATIVA**

No Brasil, em cidades como Brasília, São Paulo (Capital), Porto Alegre e região metropolitana, Campinas, Cuiabá, Rio de Janeiro, dentre outras cidades, vigora atualmente o passe livre para estudantes no período do ano letivo. Ainda, em cidades como Maricá e Porto Real no (RJ), em Agudos e Potirendaba, no interior de São Paulo, e em Ivaporã, no Paraná, o Transporte público é totalmente gratuito.

No mundo, podemos citar alguns exemplos de cidades como, Hasselt (Bélgica), Sydney (Austrália), Changning (China), Corvallis (EUA) que também adotam o passe livre para todos os seus cidadãos.

Estas cidades demonstram a possibilidade de implementação de um benefício muito importante para nossos estudantes. Benefício fundamental para garantir que todo aluno tenha condições de mobilidade para o acesso à educação em nosso país.

Sala da Comissão, 19 de outubro de 2016

Deputado CHICO LOPES





CONGRESSO NACIONAL

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

**MPV 748****00039** ETIQUETADATA  
18/10/2016**MEDIDA PROVISÓRIA Nº 748, de 2016**AUTOR  
Weverton Rocha

Nº PRONTUÁRIO

TIPO  
1 ( ) SUPRESSIVA 2 ( ) SUBSTITUTIVA 3 (x) MODIFICATIVA 4 ( ) ADITIVA 5 ( ) SUBSTITUTIVO  
GLOBAL

PÁGINA

ARTIGO  
1º

PARÁGRAFO

INCISO

ALÍNEA

Acrescenta-se § 3º ao art. 16 a Lei 12.587 de 03 de janeiro de 2012, modificada pela Medida Provisória nº 748, de 2016:

“Art. 16 (...).

§ 1º (...).

§ 2º (...).

§ 3º No âmbito dos consórcios públicos ou convênios de cooperação constituídos para delegação aos Estados, Distrito Federal ou Municípios à organização e a prestação dos serviços de transportes público coletivo interestadual de caráter urbano, ficará a critério da legislação local dispor sobre as condições para exercícios de gratuidades aos estudantes nestes serviços.

**JUSTIFICATIVA**

Atualmente, no âmbito dos consórcios públicos ou convênios públicos constituídos para delegação aos Estados, Distrito Federal ou Municípios à organização e a prestação dos serviços de transportes público coletivo interestadual de caráter urbano ficam sob responsabilidade da União, o que prejudica a organização local para concessão de descontos para estudantes. Essa emenda pretende resolver esta questão deixando a cargo dos municípios tal responsabilidade.

Brasília, 18 de outubro de 2016.





**MPV 748  
00031**

## EMENDA ADITIVA A MP 748/2016

(Do Deputado OSMAR SERRAGLIO)

Acrescente-se, onde couber, os seguintes dispositivos:

Art. 1º. A Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 4º .....

VIII - transporte público individual: serviço remunerado de transporte de passageiros aberto ao público, inclusive por meio de cadastramento prévio de usuários em plataformas digitais, executado por intermédio de veículos de aluguel com capacidade de até 7 (sete) passageiros para a realização de viagens individualizadas.

X - transporte motorizado privado: meio motorizado de transporte de passageiros utilizado para a realização de viagens individualizadas por intermédio de veículos particulares, sem qualquer exploração de atividade econômica, prestação de serviços, remuneração ou vantagem econômica direta ou indireta;

Art. 12. O serviço de utilidade pública de transporte individual remunerado de passageiros em veículos com capacidade de até 7 (sete) passageiros, inclusive quando intermediados por plataformas digitais, deverá ser organizado, disciplinado e fiscalizado pelo poder público municipal, com base nos requisitos mínimos de segurança, de conforto, de higiene, de qualidade dos serviços e de fixação prévia dos valores mínimos e máximos das tarifas a serem cobradas por meio de taxímetro físico aferido pelo órgão metrológico competente, nos termos da lei federal, e a utilização de caixa luminosa externa no veículo, com a palavra "Táxi".

Art. 12-C – O transporte individual remunerado de passageiros em veículos com capacidade de até 7 (sete) passageiros somente poderá ser realizado por veículos de aluguel conduzidos por profissionais taxistas, ficando expressamente vedada a utilização de veículos particulares para viagens individuais municipais, intermunicipais ou interestaduais, inclusive por meio de plataformas digitais quando houver qualquer proveito econômico direto ou indireto das partes envolvidas no transporte.

§ 1º - Na hipótese de descumprimento do disposto no caput, ao condutor e ao proprietário do veículo serão aplicadas a infração, a penalidade e a medida administrativa previstas na Lei 9503, de 23 de setembro de 1997, sem prejuízo das penalidades estabelecidas pelo poder público local.



§ 2º - Além das penalidades impostas ao condutor e ao proprietário do veículo, as pessoas físicas ou jurídicas que concorrerem para a prática vedada por este artigo por meio de qualquer meio digital que viabilize o contato entre o motorista e o passageiro, estarão sujeitas à pena de proibição de exercício das atividades que envolvam os atos previstos neste artigo.

Art. 2º - O art. 1º da Lei 13.103, de 02 de março de 2015, passa a vigorar com as seguintes alterações:

Art. 1º. É livre o exercício da profissão de motorista profissional, atendidas as condições e qualificações profissionais estabelecidas nesta Lei.

§ 1º. Integram a categoria profissional de que trata esta Lei os motoristas de veículos automotores cuja condução exija formação profissional e que exerçam a profissão nas seguintes atividades ou categorias econômicas:

I - de transporte rodoviário de passageiros;

II - de transporte rodoviário de cargas.

§ 2º. A exploração do transporte remunerado individual de passageiros aberto ao público é atividade privativa do Profissional Taxista, inclusive quando a conexão entre usuários e motoristas ocorrer por meio de plataformas digitais com ou sem prévio cadastro dos usuários, através de telefonia móvel ou fixa ou transmissão de dados por qualquer instrumento.

### JUSTIFICAÇÃO

Em 15 de junho de 2016, foi protocolado o Projeto de Lei 5587, de autoria do Deputado Carlos Zarattini - PT/SP em conjunto com os Deputados Federais, Luiz Carlos Ramos - PTN/RJ, Renata Abreu - PTN/SP, Laudiovio Carvalho - SD/MG, Rôney Nemer - PP/DF, Osmar Serraglio - PMDB/PR, versando sobre a alteração da Lei Nacional da Mobilidade Urbana e a Lei do Motorista. A Proposição foi apensada ao PL-2632/2015 e aguarda apreciação do requerimento de desapensamento.

No entanto, assim como o PL-5587/2016, a Medida Provisória 748/2016 tem por objeto da alteração da Lei 12.587, de 03 de janeiro de 2012, e a Lei 13.103, de 02 de março de 2015 dispõe sobre o exercício da profissão de motorista, esta Emenda satisfaz o requisito da pertinência temática, havendo ainda relevância e urgência que acompanham a matéria diante dos fatos notórios que têm sido amplamente veiculados no que se refere ao segmento de transporte remunerado individual de passageiros no país.



Não se olvida que a República Federativa do Brasil é pautada pelos fundamentos dos valores sociais do trabalho e da livre iniciativa (art. 1º, IV, 5º, XIII da CF/88), os quais são repisados na Carta Republicana no capítulo relativo à ordem econômica, e enriquecidos pelo princípio da livre concorrência (art. 170, IV).

Por outro lado, nos mesmos dispositivos constitucionais, consta autorização ao legislador ordinário para a definição de regras de contenção ao livre exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão e à liberdade para exploração de qualquer atividade econômica, revelando que tais princípios constitucionais não são absolutos e irrestritos.

A Lei 12.468, de 26 de agosto de 2011 regulamenta a profissão de taxista e dispõe que é privativa deste profissional a atividade de transporte individual remunerado de passageiros em veículos de aluguel com capacidade de até 7 (sete) passageiros.

No âmbito do serviço de transporte individual de passageiros, nota-se que o artigo 4º da Lei 12.587, de 03 de janeiro de 2012, estabelece única e exclusivamente a modalidade de transporte público individual, sendo conceituado como serviço remunerado de transporte de passageiros aberto ao público, por intermédio de veículos de aluguel, para a realização de viagens individualizadas.

O inciso X da Lei Nacional de Mobilidade Urbana define o transporte motorizado privado como meio motorizado de transporte de passageiros utilizado para a realização de viagens individualizadas por intermédio de veículos particulares.

Portanto, nota-se claramente que o transporte privado individual não é definido como serviço, não está aberto ao público e não exige veículo de aluguel, ou seja, refere-se exclusivamente ao automóvel particular usado pelos cidadãos para as suas próprias viagens e sem a prestação de qualquer serviço remunerado.

Na mesma trilha, deve ser modificada a redação da Lei 13.103, de 02 de março de 2015, para aclarar o conceito de motorista profissional, definindo expressamente que seu espectro de atuação se restringe ao transporte estritamente privado e não aberto ao público sob qualquer forma, inclusive, mas não se limitando, por meio de recursos tecnológicos.

No entanto, diante da discussão social sobre diversas linhas de interpretação, é imperiosa correção do texto para sepultar as dúvidas e manter incólume a regulamentação dos serviços de transporte público individual de passageiros nos Municípios brasileiros, haja vista que o crescimento do transporte clandestino, inclusive por meios tecnológicos, está impactando negativamente na gestão pública, além de desconstruir o mercado de táxi, invadir o campo restrito ao profissional taxista e causar insegurança aos consumidores.



Por isso, através desta Emenda à Medida Provisória 748, pretende-se aclarar e modernizar os incisos VIII e X do artigo 4º, alterar o artigo 12 e acrescentar o artigo 12-C na Lei 12.587, de 03 de janeiro de 2012, e alterar o artigo 1º da Lei 13.103, de 02 de março de 2015, buscando compatibilizar as novas tecnologias vigorantes às atividades privativas empreendidas pelos taxistas.

Sala das Comissões, em        de        outubro de 2016

Deputado OSMAR SERRAGLIO



**MPV 748**  
**00032**

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

<b>Data: 18/10/2016</b>	<b>Proposição:</b>
	<b>Medida Provisória nº 748, de 2016</b>
<b>Autor</b>	<b>Partido/UF</b>
<b>Deputado JULIO LOPES</b>	<b>PP/RJ</b>

<input type="checkbox"/> Supressiva	<input type="checkbox"/> Substitutiva	<input type="checkbox"/> Modificativa	<input checked="" type="checkbox"/> Aditiva	<input type="checkbox"/> Substitutivo Global
<b>Página:</b>	<b>Artigo:</b>	<b>Parágrafo:</b>	<b>Inciso:</b>	<b>Alínea:</b>

## TEXTO

Art. 1º Acrescente-se, onde couber, seguintes dispositivos ao texto da Medida Provisória nº 748, 2016:

Art. 2º A Lei nº 12.587, de 2012, passa a vigorar com as seguintes alterações:

I – altera o art. 3º, mediante nova redação da alínea ‘c’ do inciso I do § 2º e do acréscimo do seguinte inciso VIII ao § 3º:

Art. 3º .....

§ 2º .....

I – .....

.....

c) misto, de carga e passageiros;

.....

§ 3º .....

.....

VIII – calçadas e passagens de pedestre. (NR)

II – acrescenta os seguintes incisos X e XI ao art. 5º:

Art. 5º .....



	.....
	X – concepção de mobilidade urbana sob a perspectiva da inter, multi e transdisciplinaridade;
	XI – cooperação interfederativa. (NR)
	III – acrescenta os seguintes incisos ao art. 6º:
	Art. 6º .....
	.....
	VIII – prioridade nos deslocamentos de pedestres e ciclistas;
	IX – integração e gestão compartilhadas entre as cidades inclusas em regiões metropolitanas e outras aglomerações urbanas;
	X – redução do número de deslocamentos nas cidades, por meio da aproximação entre os locais de moradia e os de emprego e serviços;
	XI – exigência de contrapartidas por ônus causados à mobilidade urbana;
	XII – adoção de instrumentos de compensação pela valorização imobiliária decorrente da implantação da infraestrutura de transportes. (NR)
	IV – acrescenta os seguintes §§ 4º e 5º ao art. 8º:
	Art. 8º .....
	.....
	§ 4º A concessão de novos benefícios tarifários a um conjunto de usuários nos serviços de transporte público coletivo deverá ser custeada com recursos financeiros específicos previstos em lei, sendo vedado atribuir o referido custeio aos usuários do respectivo serviço público.
	§ 5º Deverá ser realizada, pelo órgão competente, a revisão dos atuais benefícios tarifários concedidos a conjuntos de usuários nos serviços de transporte público coletivo, com a definição de fonte de custeio na forma de recursos orçamentários, para adequar a obrigação expressa no § 4º



deste artigo. (NR)

V – altera o art. 9º, mediante nova redação ao § 7º e o acréscimo do seguinte § 13:

Art. 9º .....

.....

§ 7º Competem ao poder público delegante a fixação, o reajuste e a revisão da tarifa de remuneração da prestação do serviço e da tarifa pública a ser cobrada do usuário, aos quais será dada publicidade, inclusive por meio da Internet.

.....

§ 13 O poder público incentivará a utilização de créditos tarifários eletrônicos nos serviços de transporte público coletivo, com vistas à modernização do Sistema Nacional de Mobilidade Urbana e melhoria das condições de segurança do serviço. (NR)

VI – o caput do art. 13 passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 13. Na prestação de serviços de transporte público coletivo, o poder público delegante deverá realizar atividades de fiscalização e controle dos serviços delegados, preferencialmente em parceria com os demais entes federativos, inclusive no cumprimento da atribuição expressa no inciso VII do art. 22. (NR)

VII – altera o art. 14, mediante o acréscimo do inciso V ao caput, a renumeração do atual parágrafo único para § 1º, com mudança de sua redação e a adição do inciso IV, e o acréscimo dos §§ 2º e 3º:

Art. 14. ....

.....

V – ser informado sobre as intervenções em mobilidade urbana realizadas ou planejadas pelos diferentes entes da federação.

§ 1º Os usuários dos serviços de transporte coletivo terão o direito de ser informados, em linguagem acessível e de fácil compreensão, inclusive pela Internet, sobre:





.....

IV – o cálculo das tarifas cobradas pelos serviços e respectivos ajustes e revisões, ordinárias ou extraordinárias, incluindo a remuneração do operador.

§ 2º Além do previsto no § 1º deste artigo, os usuários deverão ter acesso ao extrato do seu cartão de transporte, inclusive por meio de aplicativo desenvolvido para esse fim.

§ 3º Os pedestres e os ciclistas terão direito à infraestrutura adequada para locomoção segura, com vistas à garantia de acessibilidade. (NR)

VIII – altera o inciso I do art. 16:

Art. 16. ....

I – prestar assistência financeira e manter serviço permanente de assistência técnica em mobilidade urbana para Estados, Distrito Federal e Municípios;

..... (NR)

IX – altera o art. 17, por meio do acréscimo dos incisos IV e V e do § 2º, com a renumeração do parágrafo único vigente para § 1º:

Art. 17. ....

.....

IV – prestar assistência técnica e financeira aos Municípios;

V – observados os parâmetros estabelecidos pela legislação nacional, executar, diretamente ou por meio de serviços autorizados, a inspeção veicular, unificando os controles de segurança e de emissão de poluentes.

§ 1º .....

§ 2º Nas regiões metropolitanas e outras aglomerações urbanas delimitadas nos termos do § 1º do art. 25 da Constituição Federal, em que a mobilidade urbana for expressamente considerada como função pública de interesse comum, serão observadas as disposições sobre governança



interfederativa estabelecidas na Lei nº 13.089, de 12 de janeiro de 2015. (NR)

X – altera o art. 18, pela mudança de redação do inciso I e pelo acréscimo do inciso V e do parágrafo único:

Art. 18. ....

I – planejar, executar e avaliar a política de mobilidade urbana, que deve contemplar o transporte de pessoas e carga, em consonância com o plano diretor municipal referido no § 1º do art. 182 da Constituição federal e com outros instrumentos da política de desenvolvimento e de expansão urbana;

.....

V – disciplinar os serviços de transporte urbano, observadas as disposições desta Lei e demais normas gerais pertinentes.

Parágrafo único – Os Municípios com frota total igual ou superior a três milhões de veículos poderão, a seu critério, implantar programas próprios de inspeção veicular, conforme o inciso V do art. 17 desta Lei. (NR)

XI – altera o art. 24, pela mudança de redação do inciso VI e dos §§ 3º e 4º e pelo acréscimo do seguinte inciso VI:

Art. 24. ....

VI – a operação e o disciplinamento do transporte de carga na infraestrutura viária, mediante proposta de logística urbana elaborada pelo gestor público, ouvidos os agentes privados do setor;

.....

XII – o emprego de tecnologia de informação e comunicação para a melhoria da mobilidade urbana.

.....

§ 3º O Plano de Mobilidade urbana deverá ser integrado ao:

I – plano diretor municipal existente ou em elaboração;

II – plano de desenvolvimento urbano integrado existente



ou em elaboração, nas regiões metropolitanas e outras aglomerações urbanas delimitadas nos termos do § 1º do art. 25 da Constituição Federal.

§ 4º Os Municípios que não tenham elaborado o Plano de Mobilidade Urbana terão o prazo ampliado, para elaborá-lo.

Art. 3º Os preceitos dispostos no § 5º do art. 8º, nos §§ 3º e 4º do art. 24 e nos incisos I e II da Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, deverão ser aplicados em até cinco anos, contados da data de vigência desta Lei.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor após decorridos 90 (noventa) dias de sua publicação oficial.

## JUSTIFICAÇÃO

É extremamente oportuno e necessária a realização de ajustes e complementações relevantes na Lei nº 12.587/2012 (Lei de Mobilidade Urbana), razão pela qual, oportunamente, apresenta-se a presente emenda com intuito de aprimorar a medida.

Nesse sentido, inclui-se o conceito de transporte misto conforme previsto na alínea 'c' do inciso I do § 2º do art. 3º, que trata da classificação do transporte urbano quanto ao objeto, considerando a realidade peculiar deste país continental, no qual se verifica o deslocamento conjunto de pessoas e bens no mesmo veículo.

Pretende-se assim inserir a referência expressa a calçadas e passagens de pedestres, elementos importantes da infraestrutura urbana, os quais tendem a ser negligenciados nas ações governamentais.

Salienta-se ainda que pesquisa feita pela Associação Nacional de Transportes Públicos (ANTP) revelou que, de 25,1 bilhões de viagens feitas em 2012 em transporte não motorizado, cerca de 22,8 referiam-se ao deslocamento a pé, pelo que foram incorporadas ao inciso II do § 3º do art. 3º calçadas e passagens de pedestres no rol da infraestrutura urbana, em conjunto com os estacionamentos.

Para enfatizar a valorização do pedestrianismo, desvinculando-o do estacionamento, que está associado com o transporte motorizado, propõe-se transpor os tipos acrescidos a um dispositivo próprio, o inciso VIII.



A proposta visa ainda acrescentar aos princípios de mobilidade urbana a concepção a perspectiva da inter, multi e transdisciplinaridade, afastando o enfoque setorizado, que dificulta o avanço real da perspectiva do transporte urbano para o novo paradigma da mobilidade urbana.

Como as dificuldades e lacunas na mobilidade urbana apenas podem vir a ser solucionadas com a participação coordenada de União, Estados, Distrito Federal e Municípios, inclui-se nos princípios da Política de Mobilidade a cooperação federativa.

Propõe inserir a integração e gestão compartilhada entre as cidades inclusas em regiões metropolitanas e outras aglomerações urbanas, de maneira que torna coerente com a realidade brasileira, porquanto mais da metade da população reside em metrópoles.

Visa também reforçar a inter-relação da mobilidade com o planejamento do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano, bem como acrescentar a exigência de contrapartidas pelo ônus causado à mobilidade urbana e a adoção de instrumentos de compensação pela valorização imobiliária decorrente da implantação da infraestrutura de transportes.

Tem também por objetivo a execução, direta ou por meio de serviços autorizados, da inspeção veicular, unificando os controles de segurança e de emissão de poluentes e reforçando previsão constante na legislação nacional sobre trânsito e sobre controle da poluição por veículos automotores.

Sendo assim, pelas razões apontadas demonstra-se adequada o acatamento da presente emenda, pelo que se espera a aprovação desta pelos ilustre pares.

**ASSINATURA**

Brasília, de outubro de 2016.



**MPV 748**  
**00033**

**EMENDA Nº - CMMPV 748/2016**  
(à MPV nº 748, de 2016)

Acrescentem-se à redação proposta pelo art. 1º da Medida Provisória nº 748, de 11 de outubro de 2016, para o *caput* do art. 24 da Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, os seguintes parágrafos:

§ 6º Os municípios que cumprirem o disposto neste artigo até 31 de dezembro de 2017 terão ampliados em dez por cento a transferência de recursos federais para a mobilidade urbana.

§ 7º O adicional de que trata o § 6º poderá ser aplicado:

I – na antecipação da execução de obras e serviços já contratados;

II – no pagamento de contrapartida devida pelo município beneficiado, vedada a redução abaixo de cinco por cento do valor do convênio, ou metade da contrapartida original, o que for maior.

§ 8º Os valores adicionais previstos no § 6º serão previstos nas leis orçamentárias elaboradas no ano de 2018.

**JUSTIFICAÇÃO**

A Medida Provisória nº 748, de 11 de outubro de 2016, embora urgente e necessária, sinaliza aos municípios que o cumprimento das disposições da Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, deve ser relativizado, já que as penalidades previstas tiveram seu prazo de aplicação bastante dilatado. O que se cria é um incentivo perverso: quanto menos os Municípios se adaptarem às exigências legais – que eram sabidas desde 2012 e haviam sido discutidas por quase uma década neste Congresso Nacional –, maior a probabilidade de um novo adiamento, com os mesmos argumentos de que não se podem paralisar obras em execução.

Nesse sentido, apresentamos emenda no sentido de premiar, ainda que com valores que consideramos muito abaixo do desejável, os municípios cujos gestores agiram com atenção e responsabilidade em relação à norma estabelecida.

Certo da justeza deste pleito, peço aos nobres colegas a aprovação da emenda ora proposta.



2

Sala da Comissão,

Senador CIDINHO SANTOS

rv2016-08795



**MPV 748**  
**00034****EMENDA Nº - CM**  
(à MPV nº 748, de 2016)

Acrescente-se o seguinte § 6º ao art. 1º da Medida Provisória nº 748, de 11 de outubro de 2016:

“**Art. 1º** A Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, passa a vigorar com as seguintes alterações:

‘**Art. 24** .....

.....  
§ 6º Os Planos de Mobilidade Urbana de até 5 (cinco) Municípios, incluindo a capital de cada Estado ou Distrito Federal, serão escolhidos como projetos-piloto e terão prioridade no recebimento de recursos destinados à mobilidade urbana, na forma do regulamento.”. (NR)

**JUSTIFICAÇÃO**

O principal instrumento da política de desenvolvimento urbano em vigor no país é a Política Nacional de Mobilidade Urbana – PNMU. A sua plena efetivação, todavia, depende da aprovação do Plano de Mobilidade Urbana – PMU – por parte dos Municípios com mais de 20.000 (vinte mil) habitantes.

O prazo para a elaboração do referido plano encerrou-se em abril de 2015, e mais de 70% das capitais ainda não conseguiram finalizá-lo. Desta feita, esta Medida Provisória deve lograr êxito já que ela fixa um prazo para que os Municípios adotem, em seus planos diretores, a preocupação com a mobilidade urbana, além de estabelecer uma punição para aqueles que não cumprirem tal determinação no prazo estipulado.

Entendemos que o sucesso na elaboração e implementação do Plano de Mobilidade Urbana – PMU – depende de tratamento prioritário por parte do Congresso Nacional, de forma que haja a disseminação das melhores práticas além de previsão de soluções àqueles Municípios que não têm recursos suficientes à sua elaboração e total implementação.





2

A maioria das políticas públicas do País carecem da avaliação ao longo de sua execução quanto à sua capacidade de alcançar os objetivos propostos. As avaliações empreendidas pelo Senado Federal – por meio de suas Comissões Permanentes – procuram contribuir para preencher essa lacuna.

A China, país onde a população e os desafios são superlativos, utiliza um mecanismo interessante para implementar suas políticas públicas: sempre que possível, o governo chinês escolhe algumas localidades para implementação de uma determinada política pública, de forma a estudar e corrigir os problemas de sua execução. Sendo assim, antes de colocá-la em prática no âmbito nacional, eles já testaram e a aprimoraram em muitos aspectos, maximizando seus benefícios e eliminando (ou ao menos minimizando) seus impactos negativos.

Dessa forma, sugerimos esta emenda para alterar a Lei de Mobilidade Urbana para que se possa incluir a escolha de projetos-piloto em cada Unidade da Federação para serem tratados com prioridade. Tais projetos serão avaliados e corrigidos para servirem de referência para os demais Municípios.

Sala da Comissão,

Senador CRISTOVAM BUARQUE

pe2016-06574



**MPV 748  
00035****CONGRESSO NACIONAL****MEDIDA PROVISÓRIA 748, DE 2016****EMENDA ADITIVA Nº**

Adiciona-se onde couber à Medida Provisória 748, de 11 de outubro de 2016, o seguinte artigo:

“Art.X ° Os municípios deverão garantir iluminação adequada aos pontos de embarque e desembarque de passageiros do transporte coletivo público que estejam inseridos em seu território.

Parágrafo Único – A energia elétrica utilizada para iluminar os espaços mencionados no **caput** deverá ser preferencialmente originária de fontes limpas e renováveis.

**JUSTIFICAÇÃO**

A presente emenda tem como objetivo garantir que as paradas de ônibus e outros veículos de transporte público coletivo tenham iluminação adequada, visando garantir a segurança e integridade da população usuária do transporte coletivo.

As paradas de ônibus, em muitos municípios, acabam tornando-se locais de risco, sobretudo no período noturno quando a iluminação é pouca, para aqueles que ali esperam sua condução. Não são raras notícias de crimes, roubos e violências que ocorrem nas paradas de ônibus, muitas vezes distantes de locais movimentados, isoladas e mal iluminadas.



Para as mulheres, principalmente, o medo de ficar sozinha em uma parada de ônibus durante a noite é sempre algo presente na espera do transporte público. Cabe ao poder público garantir as condições de segurança e bem-estar às usuárias do transporte coletivo público.

Por fim, a própria Lei da Política Nacional de Mobilidade Urbana em seu inciso IV do art. 14, referente aos Direitos do Usuário, confere ao usuário: “ter ambiente seguro e acessível para a utilização do Sistema Nacional de Mobilidade Urbana”. Dessa forma, com esta emenda busca-se complementar e regulamentar o disposto na lei já existente, garantindo segurança e qualidade de vida aos brasileiros e brasileiras que utilizam o transporte público coletivo.

Pelo exposto acima apresento a emenda em questão e peço apoio dos nobres pares e do relator para que seja aprovada e acatada.

Sala das Sessões, em 17 de outubro de 2016.

**Deputado Pedro Uczai**  
**PT/SC**



**MPV 748**  
**00036**

## **EMENDA Nº - CMMPV 748/2016**

(à MPV nº 748, de 2016)

Inclua-se, na Medida Provisória nº 748, de 11 de outubro de 2016, o seguinte art. 2º, ficando o atual art. 2º renumerado como art. 3º:

**Art. 2º** O art. 42 da Lei nº 10.257, de 10 de julho 2001, passa a vigorar acrescido dos seguintes incisos IV e V:

“**Art. 42**.....

.....  
IV – a delimitação das áreas verdes urbanas, previstas no art. 3º, inciso XX, da Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012;

V – a delimitação das áreas urbanas a serem reflorestadas.” (NR)

## **JUSTIFICAÇÃO**

A política urbana tem como uma de suas diretrizes que o planejamento do desenvolvimento das cidades, da distribuição espacial da população e das atividades econômicas do Município e do território sob sua área de influência, ocorra de modo a evitar e corrigir as distorções do crescimento urbano e seus efeitos negativos sobre o meio ambiente.

Embora o Estatuto da Cidade tenha trazido essa diretriz, ele não menciona o planejamento de áreas verdes urbanas e áreas urbanas a serem reflorestadas.

A fim de garantir uma cidade mais sustentável, seja pela melhor distribuição das atividades, seja por uma melhor rede de transportes e outros serviços públicos, também devemos considerar a qualidade do meio ambiente na cidade.

Diversos fenômenos, devido ao adensamento urbano, têm ocorrido no Mundo a fora, entre eles, podemos citar o chamado fenômeno da formação de “ilhas de calor” e da baixa umidade relativa do ar. Dessa



2

forma, o desenvolvimento da mobilidade urbana e dos meios de transporte devem ocorrer gerando externalidades positivas para a população e facilitando o transporte de qualidade.

No entanto, no contexto atual, há também a necessidade de se delimitar as áreas verdes perante os grandes adensamentos urbanos, de modo que haja uma absorção dos impactos da poluição, do calor, da falta de umidade e diversos outros efeitos que a metropolização gera na vida e saúde das pessoas. Assim sendo, apesar de estarmos falando de transportes e mobilidade urbana apenas, não devemos descontextualizar os efeitos negativos gerados, mas sim, buscar elaborar uma política que gere efeitos positivos e absorva os efeitos negativos, podendo ser elaborada sistemas sustentáveis de mobilidade, como ciclovias arborizadas, como já é feito em outros países, como feito recentemente na capital francesa. Por fim, buscamos atender os objetivos da presente emenda: pensar em soluções no todo e nos diversos fatores envolvidos.

Destarte, consideramos de maior relevância que seja incluído no rol de conteúdo mínimo do plano diretor a responsabilidade do ente federativo municipal de delimitar essas áreas, bem como as áreas passíveis de reflorestamento, dada a importância da arborização urbana e do planejamento de recuperação de áreas desmatadas para a melhoria da qualidade ambiental, qualidade de vida e paisagística de nossas cidades.

Sala da Comissão,

Senador WILDER MORAIS

hr2016-08782



**MPV 748  
00037**

CONGRESSO NACIONAL

ETIQUETA

**APRESENTAÇÃO DE EMENDAS**

data 19/10/2016	Proposição <b>Medida Provisória nº 748/2016</b>
--------------------	--

autor <b>Deputado ORLANDO SILVA</b>	nº do prontuário
--	------------------

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> Substitutiva	3. <input type="checkbox"/> Modificativa	4. <input checked="" type="checkbox"/> Aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	--	---

Página	Artigos: 1º	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	-------------	-----------	--------	--------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

**EMENDA ADITIVA**

Inclua-se no Art. 1º da Medida Provisória nº 748/2016 que altera a Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, a seguinte redação:

.....  
 “Art. 8º A política tarifária do serviço de transporte público coletivo é orientada pelas seguintes diretrizes:

.....  
 X – Implantação do passe livre para estudantes, de acordo com regulamentação do poder público competente;”

**JUSTIFICATIVA**

No Brasil, em cidades como Brasília, São Paulo (Capital), Porto Alegre e região metropolitana, Campinas, Cuiabá, Rio de Janeiro, dentre outras cidades, vigora atualmente o passe livre para estudantes no período do ano letivo. Ainda, em cidades como Maricá e Porto Real no (RJ), em Agudos e Potirendaba, no interior de São Paulo, e em Ivaporã, no Paraná, o Transporte público é totalmente gratuito.

No mundo, podemos citar alguns exemplos de cidades como, Hasselt (Bélgica), Sydney (Austrália), Changning (China), Corvallis (EUA) que também adotam o passe livre para todos os seus cidadãos.

Estas cidades demonstram a possibilidade de implementação de um benefício muito importante para nossos estudantes. Benefício fundamental para garantir que todo aluno tenha condições de mobilidade para o acesso à educação em nosso país.

PARLAMENTAR





# CONGRESSO NACIONAL

## EMENDAS

Apresentadas perante a Comissão Mista destinada a apreciar a **Medida Provisória Nº 749**, de 2016, que *"Dispõe sobre a prestação de auxílio financeiro, pela União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, relativo ao exercício de 2016, com o objetivo de fomentar as exportações do País."*

PARLAMENTARES	EMENDAS Nº S
Deputado NELSON MARQUEZELLI	001;
Deputado JOVAIR ARANTES	002; 003;
Deputado LUIZ CARLOS HAULY	004; 005; 006;
Deputado PEDRO FERNANDES	007;
Deputado HILDO ROCHA	008; 009;
Senador ARMANDO MONTEIRO	010;
Deputado EDINHO BEZ	011;

**TOTAL DE EMENDAS: 11**



**CÂMARA DOS DEPUTADOS****MPV 749  
00001****MEDIDA PROVISÓRIA Nº 749, DE 2016.**  
(Do Poder Executivo)

Dispõe sobre a prestação de auxílio financeiro, pela União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, relativo ao exercício de 2016, com o objetivo de fomentar as exportações do País.

**EMENDA MODIFICATIVA**

Dê-se ao artigo 2º da Medida Provisória nº 749, de 13 de outubro de 2016, a seguinte redação:

“Art. 2º As parcelas pertencentes a cada Estado, incluídas as parcelas de seus Municípios, e ao Distrito Federal serão proporcionais **à população de cada ente da Federação.**”  
(NR)

**JUSTIFICAÇÃO**

A emenda que apresento tem por objetivo garantir uma melhor distribuição do auxílio financeiro prestado aos Estados, Distrito Federal e Municípios, sejam compensados por conta da desoneração de ICMS incidente sobre as exportações.

O Estado de São Paulo teve perdas substanciais na arrecadação do ICMS com a implantação da Lei Kandir, e que os repasses federais para compensação destas perdas, não estão em sintonia com o crescimento das







## **CÂMARA DOS DEPUTADOS**

exportações do Estado. Os mecanismos definidos para a realização destes repasses merecem um novo estudo, dentre os quais, a necessidade de vincular estes repasses pelo número da população de cada unidade da federação.

Ante o exposto, espero contar com o apoio dos nobres pares para a aprovação desta emenda.

Sala da Comissão, 18 de outubro de 2016.

**Deputado Nelson Marquezelli**  
**PTB/SP**



**CÂMARA DOS DEPUTADOS****MPV 749  
00002****MEDIDA PROVISÓRIA Nº 749, DE 2016.**  
(Do Poder Executivo)

Dispõe sobre a prestação de auxílio financeiro, pela União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, relativo ao exercício de 2016, com o objetivo de fomentar as exportações do País.

**EMENDA MODIFICATIVA**

O Art. 1º da Medida Provisória nº 749, de 13 de outubro de 2016, passa a ter a seguinte redação:

“Art. 1º A União entregará aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios o montante de R\$ 2.158.065.000,00 (dois bilhão e cento e cinquenta e oito milhões e sessenta e cinco mil reais), com o objetivo de fomentar as exportações do País, de acordo com os critérios, prazos e condições previstos nesta Medida Provisória.

.....

§ 3º O valor a que se refere o *caput* será corrigido, anualmente, pela variação do IPCA. ” (NR)

**JUSTIFICAÇÃO**

A Medida Provisória nº 749/16, visa prestar auxílio financeiro pela União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, com o objetivo de





## CÂMARA DOS DEPUTADOS

fomentar as exportações do País.

A presente emenda tem por objetivo atualizar o montante de R\$ 1.950.000.000,00 desta MP, com base na variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), do IBGE, referente aos 12 meses do ano de 2015, que acumulou o percentual de 10,67%.

Propõe que o valor máximo da referida prestação de auxílio financeiro seja corrigido, **anualmente**, pelo índice de variação do IPCA, com a finalidade de preservar o valor real desse montante.

Ante o exposto, espero contar com o apoio dos nobres pares para a aprovação da emenda modificativa.

Sala da Comissão, 17 de outubro de 2016.

**Deputado Jovair Arantes**  
**Líder do PTB**



**CÂMARA DOS DEPUTADOS****MPV 749  
00003****MEDIDA PROVISÓRIA Nº 749, DE 2016.**  
(Do Poder Executivo)

Dispõe sobre a prestação de auxílio financeiro, pela União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, relativo ao exercício de 2016, com o objetivo de fomentar as exportações do País.

**EMENDA ADITIVA**

O Art. 1º da Medida Provisória nº 749, de 13 de outubro de 2016, passa a vigorar acrescida do parágrafo 3º com a seguinte redação:

“Art. 1º .....

.....

§ 3º O valor a que se refere o caput será corrigido, anualmente, pela variação do PIB real, acrescido da variação do IPCA. ” **(NR)**

**JUSTIFICAÇÃO**

A Medida Provisória nº 749/16, visa prestar auxílio financeiro pela União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, com o objetivo de fomentar as exportações do País.

A presente emenda propõe que o máximo da referida prestação de auxílio financeiro seja corrigido, anualmente, pelo índice de variação do PIB real, acrescido do IPCA, com a finalidade de preservar o valor real desse montante.



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Ante o exposto, espero contar com o apoio dos nobres pares para a aprovação da emenda aditiva.

Sala da Comissão, 17 de outubro de 2016.

**Deputado Jovair Arantes**  
**Líder do PTB**





CONGRESSO NACIONAL

**MPV 749**  
**00004**

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

1	ETIQUETA
---	----------

2	DATA
18-10-16	

3	PROPOSIÇÃO
Medida Provisória n.º 749, de 18 de outubro de 2016	

4	AUTOR
Dep. Luiz Carlos Hauly – PSDB/PR	

5	N. PRONTUÁRIO
454	

6									
1-	<input type="checkbox"/> SUPRESIVA	2-	<input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA	3-	<input type="checkbox"/> MODIFICATIVA	4-	<input checked="" type="checkbox"/> ADITIVA	9-	<input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVO GLOBAL

0	ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO	ALÍNEA
---	--------	-----------	--------	--------

## TEXTO

**EMENDA ADITIVA**

Propõe-se a inclusão dos seguintes artigos na MP 749, de 2016:

Art. A União entregará aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios o montante de R\$ 190.011.000,00 (cento e noventa bilhões e onze milhões de reais), decorrente do valor total da desoneração do Imposto sobre Produtos Industrializados- IPI e ao Imposto sobre Renda e Proventos de qualquer Natureza- IRPF, ocorridas entre 2008 a 2012, do percentual encontrado na diferença apurada entre a arrecadação bruta e a arrecadação líquida utilizada pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) no cálculo da distribuição dos recursos ao Fundo de Participação dos Municípios (FPM), ao Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal (FPE), IPI- Exportação, ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), aos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, Nordeste e Centro-Oeste (FNO FNE e FCO fomentar as exportações do País, de acordo com os critérios e condições previstos nesta Lei.

Art. As parcelas pertencentes ao Distrito Federal e a cada Estado, incluídas as parcelas de seus Municípios, serão proporcionais aos



coeficientes individuais de participação fixados pelo Tribunal de Contas da União, previsto no inciso I do art. 159 da Constituição Federal.

Art. Para a entrega dos recursos serão deduzidos, até o montante total apurado no respectivo período, os valores das dívidas vencidas e não pagas da unidade federada, na seguinte ordem:

I - primeiro, as contraídas junto à União, inclusive junto ao FGTS e INSS; depois, as contraídas com garantia da União, inclusive dívida externa; depois, as contraídas junto a entidades da administração federal indireta; e

II - primeiro, as contraídas pela administração direta da unidade federada; depois, as contraídas pela administração indireta da unidade federada.

§ 1º. Observada a ordem prevista nos incisos I e II do **caput**, ato do Poder Executivo Federal poderá autorizar:

I - quitação de parcelas vincendas, conforme acordo com a unidade federada; e

II - suspensão temporária da dedução quanto às dívidas junto a entidades da administração federal indireta, quando não estiverem disponíveis, no prazo devido, as necessárias informações.

§ 2º. Os valores serão entregues aos Estados, ao Distrito Federal e Municípios nos anos de 2016, 2017, 2018 e 2019, em relação aos valores que deixaram de ser repassados em relação aos anos de 2008, 2009, 2010, 2011 e 2012, respectivamente.

Art. Os recursos a serem entregues à unidade federada, equivalentes à diferença positiva entre o valor total que lhe cabe e o valor das dívidas apurados serão satisfeitos pela União por meio de crédito, em moeda corrente, à conta bancária.

Art. Caberá ao Poder Executivo editar as normas para remanejamento de recursos para atender o disposto na presente Lei.

O Imposto de Renda e o Imposto sobre Produtos Industrializados são impostos compartilhados entre a União, estados,



Distrito Federal e municípios, uma vez que a União entrega parte da arrecadação dos referidos impostos aos entes federados, conforme preceitua o art. 159 da Constituição Federal.

Segundo estudos do Tribunal de Contas da União, fruto da decisão proferida no Acórdão nº 713, de 2014, a União Federal deixou de repassar R\$190,11 bilhões, aos Estados, o Distrito Federal e os Municípios, fruto da desoneração tributária, entre os anos de 2008 a 2012.

Deste modo, urge a devolução destes valores aos Estados, Distrito Federal e Municípios para honrar o Pacto Federativo previsto constitucionalmente

ASSINA

Dep. LUIZ CARLOS HAULY – PSDB/PR







CONGRESSO NACIONAL

APRESENTAÇÃO DE  
EMENDAS

MPV 749

00005  
ETIQUETAData  
18/10/2016Proposição  
Medida Provisória nº 749, de 2016Autor  
LUIZ CARLOS HAULY – PSDB/PRNº do prontuário  
4541. ☐ Supressiva 2. ☐ Substitutiva 3. ☒ MODIFICATIVA 4. ☐ Aditiva 5. ☐ Substitutivo globalPágina  
01Artigo  
1º caputParágrafo  
1º e 3º

Inciso

Alínea

## TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Altera o inciso II, do parágrafo único, do art. 4º da Medida Provisória nº 749, de 13 de outubro de 2016, que passará a vigorar com a seguinte modificação:

Art. 4º.....  
.....

Parágrafo único.....  
I -..... e,

*II - a suspensão temporária da dedução, quanto às dívidas contraídas com entidades da administração federal indireta, quando:*

*a) – ficar comprovado a redução de valores ao Fundo de Participação dos Estados e Fundo de Participação dos Municípios; (NR)*

*b) - as informações necessárias não estiverem disponíveis no prazo devido.*

## JUSTIFICATIVA

O art. 4º da MPV nº 749/2016 prevê a dedução do montante total apurado dos valores do FEX, para quitar as dívidas vencidas e não pagas do Ente Federativo contraídas com a União. Ressalva o texto da MPV que a suspensão da dedução poderá ocorrer nos casos de *quitação de parcelas vincendas, mediante acordo com o ente federativo e quando as informações necessárias não estiverem disponíveis no prazo devido.*

O que propomos através da presente emenda é incluir no inciso II do parágrafo único do art. 4º, outra condição para que a suspensão da dedução do montante ocorra, qual seja a de ficar comprovada a diminuição dos valores repassados aos Estados e Municípios, via Fundo de Participação dos Estados e Fundo de Participação dos Municípios.



Todos conhecem as dificuldades financeiras pelas quais passa a União que propôs ao Congresso Nacional instrumento de alteração constitucional para regularizar um ajuste fiscal das finanças públicas. Mas, se a situação da União não é boa, a dos estados e municípios é trágica, pré-falimentar, diria. A União, diante da forte queda de arrecadação, pelo menos tem maior acesso ao crédito e maior capacidade de buscar recursos. Em contraposição, a margem de manobra de estados e municípios é bem mais limitada, com grandes dificuldades para manter o equilíbrio financeiro das suas administrações.

Lembramos a situação de calamidade financeira dos Estados do Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo, dentre outros, que possuem um elevado grau de endividamento que comprometem a sua capacidade de investimentos. A redução dos percentuais de repasse dos recursos do Fundo de Participação dos Estados e tanto quanto a do FPM dos municípios. Naturalmente, com a entrada do Brasil em recessão, a arrecadação tributária do governo federal tende a declinar ainda mais, e os repasses para o FPE e o FPM tendem a acompanharam a mesma tendência.

Os atuais gestores públicos estão em final de mandato e terão que, obrigatoriamente fechar as suas contas com o orçamento equilibrado por atenção à legislação fiscal brasileira (lei de Responsabilidade Fiscal), sob pena de serem punidos. Entretanto, a maioria dos municípios brasileiros depende dos repasses do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) para alcançar o equilíbrio orçamentário. Registre-se que a maior fonte de recursos de 60% das prefeituras depende do Fundo de Participação dos Municípios que tem uma queda nominal estimada de 4,21% este ano, reduzindo-se a R\$ 80,8 bilhões.

Recente estudo divulgado pela Confederação Nacional de Municípios mostra que de 1.697 cidades pesquisadas, pelo menos 30% está com o total de gastos com pessoal acima do limite permitido pela LRF. Pela legislação vigente, os Entes locais não podem gastar mais do que 54% da Receita Corrente Líquida (RCL) com o pagamento da folha.

Em função do que foi apresentado acima, pode-se concluir que os Municípios, assim como os Estados, enfrentam uma crise financeira de grandes proporções que tem várias causas, dentre as quais a diminuição considerável nos repasses federais, a crise econômica e, no âmbito da administração municipal, a descentralização das políticas públicas, transferindo atribuições da União para os Municípios.

Assim, qualquer redução de recursos, mesmo para acerto entre débitos dos municípios com créditos da União são inoportunos e agravam a já difícil situação financeira de Estados, DF e Municípios.

Sala das Sessões,

PARLAMENTAR

**Dep. LUIZ CARLOS HAULY**





CONGRESSO NACIONAL

MPV 749

00006  
ETIQUETAAPRESENTAÇÃO DE  
EMENDASData  
17/10/2016Proposição  
Medida Provisória nº 749, de 2016Autor  
LUIZ CARLOS HAULY – PSDB/PRNº do prontuário  
4541. ☐ Supressiva 2. ☐ Substitutiva 3. ☒ MODIFICATIVA 4. ☒ ADITIVA 5. ☐ Substitutivo globalPágina  
01Artigo  
1º caputParágrafo  
1º e 3º

Inciso

Alínea

## TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Altera o art. 1º, **caput**, o § 1º, e acrescenta o § 3º, na Medida Provisória nº 749, de 13 de outubro de 2016, que passará a vigorar com a seguinte redação:

*Art. 1º A União entregará **anualmente** aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios o montante de R\$ 1.950.000,00 ((um bilhão e novecentos e cinquenta milhões de reais), com o objetivo de fomentar as exportações do País, de acordo com os critérios, prazos e condições previstos nesta Medida Provisória.*

*§ 1º O montante referido no **caput** será entregue aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios em parcela única a ser paga até o primeiro **decêndio do mês de dezembro de 2016**.*

*§ 2º .....*

*§ 3º A partir de 2017, montante referido no **caput** será entregue aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, até o décimo dia útil de cada mês, em parcelas iguais, tantas quantos forem os meses entre a data de publicação desta Medida Provisória e o final do exercício. (NR)*

## JUSTIFICATIVA

O objetivo desta emenda é disciplinar o pagamento referente ao auxílio financeiro aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios para o Fomento das Exportações (FEX). Como se sabe, as exportações gozam de imunidade tributária. Essa imunidade tem o aspecto positivo de tornar nossas exportações mais competitivas, ampliando a demanda pela produção nacional.

Constata-se que não há regularidade por parte da União referente a esse auxílio financeiro. Em 2004, através da MPV nº 193, de 2004, o governo iniciou a utilização do instrumento Medida Provisória para o repasse do FEX para os Entes Federados. Desde então, foram editadas dez outras medidas provisórias, e um projeto de lei aprovado com esse



propósito (Lei 13.166/2015).

No entanto, essa transferência deixou de ser regular. Em 2013, o Governo Federal só propôs a MPV nº 629 na segunda quinzena de dezembro, para pagamento trinta dias após sua publicação. Assim, em 2013, simplesmente não houve depósito do FEX. Já em 2014, o pagamento foi normatizado pela Lei nº 13.166, de 1º de outubro de 2015, ou seja, a lei somente foi publicada quase no final do ano seguinte em que deveria ter sido concedido o auxílio financeiro. Para 2015, diante das pressões da Confederação Nacional de Municípios, em 29 de março de 2016 o governo editou a Medida Provisória nº 720, de 2016, disciplinando a distribuição de recursos do FEX para o ano anterior, isto é, 2015. Agora, procura usar da mesma estratégia ao enviar ao Congresso Nacional a MPV nº 749/2016 com idêntica proposta.

Em função disso, propomos uma emenda ao texto do art. 1º na MPV nº 749 para garantir perenidade anual no pagamento pela União do FEX aos Entes Federados em parcela única no mês de dezembro de 2016, no primeiro decêndio. E ainda, acrescenta ao texto um novo parágrafo ao art. 1º, que estabelece que a partir de 2017 o montante a ser entregue pela União seja feito em parcelas iguais, até o décimo dia útil de cada mês, atendido o que dispõe o art. 5º desta Medida Provisória.

Todos conhecem as dificuldades financeiras pelas quais passa a União que propõe ao Congresso Nacional um instrumento constitucional para regularizar as finanças públicas. Mas, se a situação da União é ruim, a dos estados e municípios é trágica. A União, diante da forte queda de arrecadação, pelo menos tem maior acesso ao crédito e maior capacidade de buscar recursos. Em contraposição, a margem de manobra de estados e municípios é bem mais limitada. Nesse contexto, ainda que as transferências no âmbito do FEX tenham caído em termos reais, elas não deixam de ser extremamente importantes, na atual conjuntura econômica, para manter o equilíbrio financeiro dos entes subnacionais.

Sala das Sessões, de outubro de 2016

PARLAMENTAR

**Dep. LUIZ CARLOS HAULY**



**CÂMARA DOS DEPUTADOS****MPV 749  
00007****MEDIDA PROVISÓRIA Nº 749, DE 2016.**  
(Do Poder Executivo)

Dispõe sobre a prestação de auxílio financeiro, pela União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, relativo ao exercício de 2016, com o objetivo de fomentar as exportações do País.

**EMENDA SUPRESSIVA**

Suprima-se o art. 4º da Medida Provisória nº 749, de 2016.

**JUSTIFICAÇÃO**

O Art. 4º da Medida Provisória nº 749/16, prevê que para a entrega dos recursos tratados nessa medida, cujo objetivo é o de fomentar as exportações do país, por meio da prestação de auxílio financeiro prestado pela União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios no exercício de 2016. No entanto, do montante total apurado para a entrega dos recursos no respectivo período serão deduzidos os valores das dívidas vencidas e não pagas da unidade federada. Diante disso, considera-se contraditório o referido dispositivo frente ao objetivo da MP.

Ante o exposto, espero contar com o apoio dos nobres pares para a aprovação da emenda supressiva.

Sala da Comissão, 19 de outubro de 2016.

**Deputado Pedro Fernandes  
PTB/MA**





CONGRESSO NACIONAL

MPV 749

00008  
ETIQUETAAPRESENTAÇÃO DE  
EMENDASData  
17/10/2016Proposição  
Medida Provisória nº 749, de 2016Autor  
??

Nº do prontuário

1. ☐ Supressiva 2. ☐ Substitutiva 3. ☒ MODIFICATIVA 4. ☐ Aditiva 5. ☐ Substitutivo globalPágina  
01Artigo  
1º caputParágrafo  
1º e 3º

Inciso

Alínea

## TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Altera o inciso II, do parágrafo único, do art. 4º da Medida Provisória nº 749, de 13 de outubro de 2016, que passará a vigorar com a seguinte modificação:

Art. 4º.....  
.....

Parágrafo único.....  
I -..... e,

*II - a suspensão temporária da dedução, quanto às dívidas contraídas com entidades da administração federal indireta, quando:*

*a) – ficar comprovado a redução de valores ao Fundo de Participação dos Estados e Fundo de Participação dos Municípios; (NR)*

*b) - as informações necessárias não estiverem disponíveis no prazo devido.*

## JUSTIFICATIVA

O art. 4º da MPV nº 749/2016 prevê a dedução do montante total apurado dos valores do FEX, para quitar as dívidas vencidas e não pagas do Ente Federativo contraídas com a União. Ressalva o texto da MPV que a suspensão da dedução poderá ocorrer nos casos de *quitação de parcelas vincendas, mediante acordo com o ente federativo e quando as informações necessárias não estiverem disponíveis no prazo devido.*

O que propomos através da presente emenda é incluir no inciso II do parágrafo único do art. 4º, outra condição para que a suspensão da dedução do montante ocorra, qual seja a de ficar comprovada a diminuição dos valores repassados aos Estados e Municípios, via Fundo de Participação dos Estados e Fundo de Participação dos Municípios.



Todos conhecem as dificuldades financeiras pelas quais passa a União que propôs ao Congresso Nacional instrumento de alteração constitucional para regularizar um ajuste fiscal das finanças públicas. Mas, se a situação da União não é boa, a dos estados e municípios é trágica, pré-falimentar, diria. A União, diante da forte queda de arrecadação, pelo menos tem maior acesso ao crédito e maior capacidade de buscar recursos. Em contraposição, a margem de manobra de estados e municípios é bem mais limitada, com grandes dificuldades para manter o equilíbrio financeiro das suas administrações.

Lembramos a situação de calamidade financeira dos Estados do Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo, dentre outros, que possuem um elevado grau de endividamento que comprometem a sua capacidade de investimentos. A redução dos percentuais de repasse dos recursos do Fundo de Participação dos Estados e tanto quanto a do FPM dos municípios. Naturalmente, com a entrada do Brasil em recessão, a arrecadação tributária do governo federal tende a declinar ainda mais, e os repasses para o FPE e o FPM tendem a acompanharam a mesma tendência.

Os atuais gestores públicos estão em final de mandato e terão que, obrigatoriamente fechar as suas contas com o orçamento equilibrado por atenção à legislação fiscal brasileira (lei de Responsabilidade Fiscal), sob pena de serem punidos. Entretanto, a maioria dos municípios brasileiros depende dos repasses do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) para alcançar o equilíbrio orçamentário. Registre-se que a maior fonte de recursos de 60% das prefeituras depende do Fundo de Participação dos Municípios que tem uma queda nominal estimada de 4,21% este ano, reduzindo-se a R\$ 80,8 bilhões.

Recente estudo divulgado pela Confederação Nacional de Municípios mostra que de 1.697 cidades pesquisadas, pelo menos 30% está com o total de gastos com pessoal acima do limite permitido pela LRF. Pela legislação vigente, os Entes locais não podem gastar mais do que 54% da Receita Corrente Líquida (RCL) com o pagamento da folha.

Em função do que foi apresentado acima, pode-se concluir que os Municípios, assim como os Estados, enfrentam uma crise financeira de grandes proporções que tem várias causas, dentre as quais a diminuição considerável nos repasses federais, a crise econômica e, no âmbito da administração municipal, a descentralização das políticas públicas, transferindo atribuições da União para os Municípios.

Assim, qualquer redução de recursos, mesmo para acerto entre débitos dos municípios com créditos da União são inoportunos e agravam a já difícil situação financeira de Estados, DF e Municípios.

Sala das Sessões, 19 de outubro de 2016.

PARLAMENTAR

.....





CONGRESSO NACIONAL

MPV 749

00009  
ETIQUETAAPRESENTAÇÃO DE  
EMENDASData  
17/10/2016Proposição  
Medida Provisória nº 749, de 2016Autor  
??

Nº do prontuário

1. ☐ Supressiva 2. ☐ Substitutiva 3. ☒ MODIFICATIVA 4. ☒ ADITIVA 5. ☐ Substitutivo globalPágina  
01Artigo  
1º caputParágrafo  
1º e 3º

Inciso

Alínea

## TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Altera o art. 1º, **caput**, o § 1º, e acrescenta o § 3º, na Medida Provisória nº 749, de 13 de outubro de 2016, que passará a vigorar com a seguinte redação:

*Art. 1º A União entregará **anualmente** aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios o montante de R\$ 1.950.000,00 ((um bilhão e novecentos e cinquenta milhões de reais), com o objetivo de fomentar as exportações do País, de acordo com os critérios, prazos e condições previstos nesta Medida Provisória.*

*§ 1º O montante referido no **caput** será entregue aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios em parcela única a ser paga até o primeiro **decêndio do mês de dezembro de 2016**.*

*§ 2º .....*

*§ 3º A partir de 2017, montante referido no **caput** será entregue aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, até o décimo dia útil de cada mês, em parcelas iguais, tantas quantos forem os meses entre a data de publicação desta Medida Provisória e o final do exercício. (NR)*

## JUSTIFICATIVA

O objetivo desta emenda é disciplinar o pagamento referente ao auxílio financeiro aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios para o Fomento das Exportações (FEX). Como se sabe, as exportações gozam de imunidade tributária. Essa imunidade tem o aspecto positivo de tornar nossas exportações mais competitivas, ampliando a demanda pela produção nacional.

Constata-se que não há regularidade por parte da União referente a esse auxílio financeiro. Em 2004, através da MPV nº 193, de 2004, o governo iniciou a utilização do instrumento Medida Provisória para o repasse do FEX para os Entes Federados. Desde então, foram editadas dez outras medidas provisórias, e um projeto de lei aprovado com esse





propósito (Lei 13.166/2015).

No entanto, essa transferência deixou de ser regular. Em 2013, o Governo Federal só propôs a MPV nº 629 na segunda quinzena de dezembro, para pagamento trinta dias após sua publicação. Assim, em 2013, simplesmente não houve depósito do FEX. Já em 2014, o pagamento foi normatizado pela Lei nº 13.166, de 1º de outubro de 2015, ou seja, a lei somente foi publicada quase no final do ano seguinte em que deveria ter sido concedido o auxílio financeiro. Para 2015, diante das pressões da Confederação Nacional de Municípios, em 29 de março de 2016 o governo editou a Medida Provisória nº 720, de 2016, disciplinando a distribuição de recursos do FEX para o ano anterior, isto é, 2015. Agora, procura usar da mesma estratégia ao enviar ao Congresso Nacional a MPV nº 749/2016 com idêntica proposta.

Em função disso, propomos uma emenda ao texto do art. 1º na MPV nº 749 para garantir perenidade anual no pagamento pela União do FEX aos Entes Federados em parcela única no mês de dezembro de 2016, no primeiro decêndio. E ainda, acrescenta ao texto um novo parágrafo ao art. 1º, que estabelece que a partir de 2017 o montante a ser entregue pela União seja feito em parcelas iguais, até o décimo dia útil de cada mês, atendido o que dispõe o art. 5º desta Medida Provisória.

Todos conhecem as dificuldades financeiras pelas quais passa a União que propõe ao Congresso Nacional um instrumento constitucional para regularizar as finanças públicas. Mas, se a situação da União é ruim, a dos estados e municípios é trágica. A União, diante da forte queda de arrecadação, pelo menos tem maior acesso ao crédito e maior capacidade de buscar recursos. Em contraposição, a margem de manobra de estados e municípios é bem mais limitada. Nesse contexto, ainda que as transferências no âmbito do FEX tenham caído em termos reais, elas não deixam de ser extremamente importantes, na atual conjuntura econômica, para manter o equilíbrio financeiro dos entes subnacionais.

Sala das Sessões, 19 de outubro de 2016.

PARLAMENTAR

.....



**MPV 749**  
**00010****SENADO FEDERAL**  
Senador Armando Monteiro**EMENDA Nº - CMMPV**  
(à Medida Provisória n. 749, de 2016)

Inclua-se, onde couber, o seguinte artigo à Medida Provisória n. 749, de 2016:

“Art. XX O art. 14 da Lei nº 10.893, de 13 de julho de 2004, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art.14.....  
.....

VIII – destinadas a empreendimentos que se implantarem, modernizarem, ampliarem ou diversificarem no Nordeste e na Amazônia e que sejam considerados de interesse para o desenvolvimento destas regiões, segundo avaliações técnicas específicas das respectivas Superintendências de Desenvolvimento.

.....  
§ 2º No caso do inciso VIII, o disposto no caput deste artigo aplica-se no período de 1º de janeiro de 2017 a 31 de dezembro de 2021.” (NR) ””

**JUSTIFICAÇÃO**

A prorrogação do prazo de isenção do Adicional de Frete de Marinha Mercante (AFRMM), por um período de cinco anos, é uma medida de vital importância para manter e ampliar a atratividade de empreendimentos no Nordeste e na Amazônia.

O AFRMM é calculado sobre o valor do frete do transporte aquaviário, aplicando-se as seguintes alíquotas:

- I - 25% (vinte e cinco por cento) na navegação de longo curso;
- II - 10% (dez por cento) na navegação de cabotagem; e





**SENADO FEDERAL**  
Senador Armando Monteiro

III - 40% (quarenta por cento) na navegação fluvial e lacustre, quando do transporte de graneis líquidos nas regiões Norte e Nordeste.

No caso da navegação de longo curso, a isenção do AFRMM cria a possibilidade de atração de rotas marítimas internacionais para os portos regionais, e assim viabilizar exportações das indústrias localizadas no Norte e Nordeste. Além disso, um dos fatores determinantes da competitividade é a importação de insumos, que transformados podem tornar exequível a produção e a exportação dos produtos regionais a preços menores.

Nos demais casos, a isenção do AFRMM compensa parcialmente custos sistêmicos regionais e incentiva uma maior utilização do modal aquaviário, o que permite percorrer longas distâncias a custos operacionais mais baixos ao transportar grande volume de carga.

Além disso, a navegação de cabotagem é um fator de integração nacional – reduzindo distâncias inter-regionais e tornando mais competitiva a produção do Norte e Nordeste, que pode atender inclusive os mercados consumidores do Sul e Sudeste, por meio da nossa vasta área costeira.

Ressalto que a proposta é compatível com o período de forte restrição fiscal enfrentado em 2016, ao propor que a isenção ocorra a partir de 2017.

Portanto, a prorrogação do AFRMM, ao reduzir custos logísticos, atende aos preceitos constitucionais de promoção da desigualdade regional, conforme art. 3º, inciso III da Constituição Federal e está em consonância como uma das estratégias propostas na Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) - instituída pelo Decreto 6.047, de 22 de fevereiro de 2007 - que é o estímulo das potencialidades de desenvolvimento das regiões brasileiras, por meio do uso de instrumentos que fomentem a formação de capital fixo e social em regiões menos





**SENADO FEDERAL**  
Senador Armando Monteiro

favorecidas, e que impliquem na geração de emprego e renda. Para isso, solicitamos apoio dos nossos Pares.

Sala das Reuniões,

Senador **ARMANDO MONTEIRO**





CONGRESSO NACIONAL

MPV 749  
00011

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

<b>Data:</b> 19/10/2016		<b>Proposição:</b> MP 749/2016		
<b>Autor:</b> Deputado EDINHO BEZ – PMDB/SC				<b>Nº Prontuário:</b>
1. <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> Substitutiva	3. <input type="checkbox"/> Modificativa	4. <input checked="" type="checkbox"/> Aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutiva Global
<b>Página:</b>	<b>Artigo:</b>	<b>Parágrafo:</b>	<b>Inciso:</b>	<b>Alínea:</b>

## TEXTO

Modifique-se o art. 11 da Lei nº 11.482, de 31 de maio de 2007, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 11. O prazo previsto no [art. 17 da Lei nº 9.432, de 8 de janeiro de 1997](#), fica prorrogado até 8 de janeiro de 2022, nas navegações de cabotagem, interior fluvial e lacustre.”

## JUSTIFICAÇÃO

A MPV 749/2016 tem como objetivo fomentar as exportações do País, objetivo semelhante ao da Emenda ora proposta que visa manter e incentivar o desenvolvimento das regiões Norte e Nordeste do País, pois prorroga o benefício da não incidência do AFRMM para as mercadorias movimentadas nas navegações de cabotagem e interior fluvial e lacustre, inclusive as matérias primas industriais que viabilizam a implantação nestas regiões de indústrias voltadas à exportação."

O dispositivo que concedeu o benefício da não incidência do AFRMM, para mercadorias movimentadas através dos portos localizados nas regiões Norte ou Nordeste do País, data de 08 de janeiro de 1997, conforme o art. 17 da Lei nº 9.432/1997, que inicialmente vigoraria por 10 anos, tendo sido prorrogado por mais 5 anos pela MPV nº 340, de 29 de dezembro de 2006, convertida na Lei nº 11.482, de 31 de maio de 2007, para as cargas transportadas nas navegações de cabotagem, interior fluvial e lacustre.

A Lei nº 12.507, de 11 de outubro de 2011, alterou o art. 11 da Lei nº 11.482, de 31 de maio de 2007, para conceder nova prorrogação do benefício, a partir de 09 de janeiro de 2012 até 08 de janeiro de 2017,



limite de prazo que se aproxima rapidamente, merecendo especial atenção deste Congresso.

O Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante (AFRMM) é uma Contribuição sobre Intervenção no Domínio Econômico (CIDE), devida pelo consignatário da mercadoria transportada no modal marítimo, que incide sobre o frete aquaviário das cargas movimentadas através de portos brasileiros, tendo como fato gerador o início da operação de descarga da mercadoria no porto nacional, sendo a principal fonte de recursos para o Fundo de Marinha Mercante (FMM), que tem como finalidade atender aos encargos da intervenção da União no apoio ao desenvolvimento da marinha mercante e da indústria de construção e reparação naval brasileiras.

Conforme os incisos II e III do art. 6º da Lei nº 10.893/2004, as alíquotas do AFRMM calculado sobre os fretes é de 10% (dez por cento) na navegação de cabotagem e de 40% (quarenta por cento) na navegação fluvial e lacustre, quando do transporte de granéis líquidos nas regiões Norte e Nordeste.

O dispositivo estabelecido pelo art. 17 da Lei nº 9.432/1997 eliminou o encargo do AFRMM para a totalidade da carga transportada na navegação interior fluvial e lacustre e para mais de 90% das cargas movimentadas na navegação de cabotagem, já que os principais fluxos de carga marítima, entre portos brasileiros, incluem pelo menos uma das pontas em estados das regiões Norte e Nordeste. O benefício concedido às economias dessas regiões ocorre sem prejuízo às empresas brasileiras de navegação, pois está previsto o ressarcimento pelo Fundo de Marinha Mercante (FMM) dos valores que deixam de ser recolhidos em decorrência deste dispositivo.

São inegáveis as vantagens para todo o País decorrentes da aplicação do dispositivo da não incidência, pois mesmo as regiões Sul e Sudeste, que não recebem o benefício diretamente, como já informado, gozam da vantagem de ter preços mais competitivos nas exportações para as regiões Norte e Nordeste, bem como quando adquirem os produtos com origem naquelas regiões.

**Assinatura**

### **Término de prazo**

Encerrou-se em 24 de outubro do corrente, sem apresentação de projeto, o prazo estabelecido no § 2º do art. 11 da Resolução nº 1, de 2002-CN, e § 11 do art. 62 da Constituição Federal, para edição de decreto legislativo que disciplina as relações jurídicas decorrentes da Medida Provisória nº 722, de 2016, cujo prazo de vigência expirou em 25 de agosto de 2016. Ao arquivo.



**Veto**

# CONGRESSO NACIONAL

## VETO Nº 45, DE 2016

Veto Parcial aposto ao Projeto de Lei de Conversão nº 27, de 2016 (oriundo da Medida Provisória nº 734, de 2016), que "Dispõe sobre a prestação de apoio financeiro pela União ao Estado do Rio de Janeiro para auxiliar nas despesas com Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro decorrentes dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos - Rio 2016".

Mensagem nº 587 de 2016, na origem  
DOU de 26/10/2016

**Data da protocolização:** 26/10/2016  
**Prazo no Congresso:** 24/11/2016

**DOCUMENTOS:**

- [Mensagem](#)
- [Autógrafo da matéria vetada](#)

[Página da matéria](#)

# DISPOSITIVOS VETADOS

- art. 2º





Mensagem nº 587

Senhor Presidente do Senado Federal,

Comunico a Vossa Excelência que, nos termos do § 1º do art. 66 da Constituição, decidi vetar parcialmente, por inconstitucionalidade e contrariedade ao interesse público, o Projeto de Lei de Conversão nº 27, de 2016 (MP nº 734, de 2016), que “Dispõe sobre a prestação de apoio financeiro pela União ao Estado do Rio de Janeiro para auxiliar nas despesas com Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro decorrentes dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos - Rio 2016”.

Ouvidos, o Ministério da Justiça e Cidadania e a Advocacia-Geral da União manifestaram-se pelo veto ao seguinte dispositivo:

**Art. 2º**

“Art. 2º É vedada a transferência de pessoal dos órgãos de segurança pública lotado nas demais cidades do Estado do Rio de Janeiro para o Município do Rio de Janeiro durante a realização dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos - Rio 2016.”

**Razões do veto**

“O dispositivo representa violação aos artigos 18 e 25 da Constituição da República, ferindo a autonomia do Estado e a regência pela sua própria Constituição. Ademais, o mesmo extrapola o tema da medida provisória em conversão, configurando impertinência temática, vedada segundo decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal em julgamento de Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI STF 5127/DF). Além disso, compete à autoridade estadual determinar a melhor gestão da respectiva força policial.”

Essas, Senhor Presidente, as razões que me levaram a vetar o dispositivo acima mencionado do projeto em causa, as quais ora submeto à elevada apreciação dos Senhores Membros do Congresso Nacional.

Brasília, 25 de outubro de 2016.



Dispõe sobre a prestação de apoio financeiro pela União ao Estado do Rio de Janeiro para auxiliar nas despesas com Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro decorrentes dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos – Rio 2016.

**O Congresso Nacional decreta:**

**Art. 1º** Fica a União obrigada a prestar apoio financeiro, nos termos desta Lei, no exercício de 2016, na forma de parcela única, correspondente à importância de R\$ 2.900.000.000,00 (dois bilhões e novecentos milhões de reais), para auxiliar nas despesas com Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro decorrentes da realização dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos – Rio 2016.

Parágrafo único. O montante referido no **caput** será entregue ao Estado após a abertura do crédito orçamentário para a finalidade.

**Art. 2º** É vedada a transferência de pessoal dos órgãos de segurança pública lotado nas demais cidades do Estado do Rio de Janeiro para o Município do Rio de Janeiro durante a realização dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos – Rio 2016.

**Art. 3º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.



**ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL****ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO  
CONGRESSO NACIONAL Nº 55, DE 2016**

O **Presidente da Mesa do Congresso Nacional**, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a **Medida Provisória nº 744**, de 1º de setembro de 2016, publicada no Diário Oficial da União do dia 2 do mesmo mês e ano, que “Altera a Lei nº 11.652, de 7 de abril de 2008, que institui os princípios e objetivos dos serviços de radiodifusão pública explorados pelo Poder Executivo ou outorgados a entidades de sua administração indireta e autoriza o Poder Executivo a constituir a Empresa Brasil de Comunicação - EBC”, tem sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias.

Congresso Nacional, 25 de outubro de 2016.

Senador Renan Calheiros  
Presidente da Mesa do Congresso Nacional



## COMPOSIÇÃO

### COMISSÕES MISTAS

#### Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

(Resolução nº 1, de 2006-CN)

**Finalidade:** Apreciação das matérias orçamentárias e acompanhamento e fiscalização das respectivas execuções.

**Número de membros:** 10 Senadores e 31 Deputados

**PRESIDENTE:** Deputado Arthur Lira (PP-AL)

**1º VICE-PRESIDENTE:** Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)

**2ª VICE-PRESIDENTE:** Deputado Sergio Souza (PMDB-PR)

**3º VICE-PRESIDENTE:** Senador Telmário Mota (PDT-RR)

**Relator do Projeto de Lei Orçamentária Anual:** Senador Eduardo Braga (PMDB-AM)

**Relator da Receita:** Deputado Daniel Vilela (PMDB-GO)

**Designação:** 03/05/2016

**Instalação:** 05/05/2016

#### Senado Federal

TITULARES	SUPLENTE
<b>PMDB</b>	
Waldemir Moka - MS	1. Marta Suplicy - SP
Romero Jucá - RR (9)	2. Eunício Oliveira - CE (22)
Eduardo Braga - AM (22)	3. VAGO
<b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PDT, PT )</b>	
Regina Sousa - PT/PI (8,16,25)	1. Paulo Rocha - PT/PA (25)
Telmário Mota - PDT/RR	2. Fátima Bezerra - PT/RN
<b>Bloco Social Democrata ( PSDB, PV, DEM )</b>	
Flexa Ribeiro - PSDB/PA (4)	1. Dalirio Beber - PSDB/SC (12)
VAGO (7,23,27)	2. Garibaldi Alves Filho - PMDB/RN (26)
<b>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia ( PPS, PSB, PCdoB, REDE )</b>	
Fernando Bezerra Coelho - PSB/PE	1. Cristovam Buarque - PPS/DF
<b>Bloco Moderador ( PTB, PSC, PRB, PR, PTC )</b>	
Wellington Fagundes - PR/MT	1. Zeze Perrella - PTB/MG
<b>Bloco Parlamentar Democracia Progressista ( PP, PSD )</b>	
Otto Alencar - PSD/BA (13)	1. Sérgio Petecão - PSD/AC (13)



**Câmara dos Deputados**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTE</b>
<b>PR, PSD, PROS</b>	
Milton Monti - PR/SP	1. Lúcio Vale - PR/PA
Vicentinho Júnior - PR/TO	2. Luiz Cláudio - PR/RO
Ronaldo Fonseca - PROS/DF	3. George Hilton - PROS/MG
Júlio Cesar - PSD/PI	4. Danrlei de Deus Hinterholz - PSD/RS
Irajá Abreu - PSD/TO	5. Diego Andrade - PSD/MG (29)
<b>PP, PTB, PSC, PHS</b>	
Simão Sessim - PP/RJ (6)	1. Hiran Gonçalves - PP/RR (6)
Arthur Lira - PP/AL (6)	2. Covatti Filho - PP/RS (6)
Nelson Meurer - PP/PR (6)	3. Mário Negromonte Jr. - PP/BA (21)
Zeca Cavalcanti - PTB/PE (6,30,31)	4. Sérgio Moraes - PTB/RS (6,30,31)
Pr. Marco Feliciano - PSC/SP (19)	5. Alfredo Kaefer - PSL/PR (24)
<b>PMDB, PEN</b>	
José Priante - PMDB/PA	1. Celso Maldaner - PMDB/SC
Junior Marreca - PEN/MA	2. Daniel Vilela - PMDB/GO
Saraiva Felipe - PMDB/MG	3. Dulce Miranda - PMDB/TO
Sergio Souza - PMDB/PR	4. Marx Beltrão - PT/PI
<b>PT</b>	
Assis Carvalho - PI (3)	1. Adelmo Carneiro Leão - MG (3)
Beto Faro - PA (3)	2. Caetano - BA (3)
Enio Verri - PR (3,28)	3. Paulão - AL (3)
Waldenor Pereira - BA (3)	4. Valmir Assunção - BA (3)
<b>PSDB</b>	
Duarte Nogueira - SP (10)	1. João Gualberto - BA (17)
Geraldo Resende - MS	2. Nelson Marchezan Junior - RS (17)
Rodrigo de Castro - MG	3. Nilson Leitão - MT (20)
<b>PRB, PTN, PMN, PRP, PSDC, PTC, PSL, PTdoB</b>	
Cleber Verde - PRB/MA	1. Ronaldo Martins - PRB/CE
Ademir Camilo - PTN/MG (18)	2. Jozi Araújo - PTN/AP (18)
<b>PSB</b>	
Bebeto - BA	1. Tereza Cristina - MS
Luciano Ducci - PR	2. Rodrigo Martins - PI (5)
<b>DEM</b>	
Claudio Cajado - BA	1. Juscelino Filho - MA
Paulo Azi - BA	2. Marcos Rogério - RO (15)
<b>PDT</b>	
Dagoberto - MS (2)	1. André Figueiredo - CE (2,14)
<b>SD</b>	
Benjamin Maranhão - PB	1. Wladimir Costa - PA
<b>PCdoB</b>	
VAGO	1. Rubens Pereira Júnior - MA
<b>PPS (1)</b>	



TITULARES	SUPLENTE
Leandre - PV/PR	1. Alex Manente - SP (11)

**Notas:**

- Rodízio nos termos do art. 10-A do Regimento Comum.
- Designado, como membro titular, o Deputado Dagoberto, em vaga existente, e, como membro suplente, o Deputado Roberto Goês, em 4-5-2016 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 84, de 2016, da Liderança do PDT.
- Designados, como membros titulares, os Deputados Assis Carvalho, Beto Faro, Reginaldo Lopes e Waldenor Pereira e, como membros suplentes, os Deputados Adelmo Carneiro Leão, Caetano, Paulão e Valmir Assunção, em vagas existentes, em 4-5-2016 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 207, de 2016, da Liderança do PT.
- Designado, como membro titular, o Senador Flexa Ribeiro, em vaga existente, em 4-5-2016 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 21, de 2016, da Liderança do PSDB.
- Designado, como membro suplente, o Deputado Rodrigo Martins, em substituição ao Deputado Fabio Garcia, em 4-5-2016 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 77, de 2016, da Liderança do PSB.
- Designados, como membros titulares, os Deputados Simão Sessim, Arthur Lira, Nelson Meurer e Sérgio Moraes, e, como membros suplentes, os Deputados Hiran Gonçalves, Covatti Filho e Zeca Cavalcanti, em 5-5-2016 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 130, de 2016, da Liderança do Bloco PP/PTB/PSC.
- Vago em virtude da reassunção da titular, Senadora Maria do Carmo Alves, em 10-05-2016 (Senado Federal).
- Vago em virtude da reassunção da titular, Senadora Kátia Abreu, em 12.05.2016.
- Em 13.05.2016, o Senador Romero Jucá foi nomeado Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (DOU 13/05/2016, Seção 2, p. 3)
- Designado, como membro titular, o Deputado Duarte Nogueira, em substituição ao Deputado Bruno Araújo, em 16-5-2016 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 481, de 2016, da Liderança do PSDB.
- Designado o Deputado Alex Manente, como membro suplente, em substituição ao Deputado Raul Jungmann, na Sessão do Senado Federal de 17.05.2016, conforme Ofício nº 68, da Liderança do PPS.
- Designado, como membro titular, o Senador Dalirio Beber, em vaga existente, em 18-5-2016 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 13, de 2016, da Liderança do PSDB.
- Designado, como membro titular, o Senador Otto Alencar, em substituição ao Senador Gladson Cameli, e, como membro suplente, o Senador Sérgio Petecão, em substituição ao Senador Otto Alencar, em 18-5-2016 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 13, de 2016, da Liderança do Bloco Parlamentar Democracia Progressista.
- Designado, como membro suplente, o Deputado André Figueiredo, em substituição ao Deputado Roberto Góes, em 18-5-2016 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 112, de 2016, da Liderança do PDT.
- Designado, como membro suplente, o Deputado Marcos Rogério, em vaga existente, em 19-5-2016 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 155, de 2016, da Liderança do DEM.
- Designado, como membro titular, o Senador Paulo Paim, em vaga existente, em 23-5-2016 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 35, de 2016, da Liderança do LPT Bloco de Apoio do Governo.
- Designado, como membro suplente, o Deputado João Gualberto, em substituição ao Deputado Nelson Markezan Junior, em 23-5-2016 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 509, de 2016, da Liderança do PSDB.
- Designado, como membro titular, o Deputado Ademir Camilo, em vaga existente, e, como membro suplente, a Deputada Jozi Araújo, em vaga existente, em 23-5-2016 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº S nº, de 2016, da Liderança do Bloco PTN PTdoB PSL.
- Designado, como membro titular, o Deputado Pr. Marco Feliciano, em vaga existente, em 24-5-2016 (Sessão do Congresso Nacional), conforme Ofício nº 177, de 2016, da Liderança do PP/PTB/PSC.
- Designado, como membro titular, Nilson Leitão, em vaga existente, em 24-5-2016 (Sessão do Congresso Nacional), conforme Ofício nº 512, de 2016, da Liderança do PSDB.
- Designado, como membro titular, o Deputado Mário Negromonte Jr., em vaga existente, em 27-5-2016 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 179, de 2016, da Liderança do PP/PTB/PSC.
- Designado, como membro titular, o Senador Eduardo Braga, em substituição ao Senador Eunício Oliveira, e, como membro suplente, o Senador Eunício Oliveira, em vaga existente, em 2-6-2016 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 100, de 2016, da Liderança do PMDB E Bloco da Maioria.
- Designado, como membro titular, o Senador Ricardo Franco, em vaga existente, em 5-7-2016 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 43, de 2016, do Líder do Democratas.
- Designado, como membro titular, o Deputado Alfredo Kaefer, em vaga existente, em 7-7-2016 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 294, de 2016, da Liderança do PP/PTB/PSC.
- Designado, como membro titular, o Senador Regina Sousa, em substituição ao Senador Paulo Paim, e, como membro suplente, o Senador Paulo Rocha, em vaga existente, em 13-7-2016 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 87, de 2016, da Liderança do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática.
- Designado, como membro suplente, o Senador Garibaldi Alves Filho, em vaga existente, em 13-7-2016 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 44, de 2016, da Liderança do Democratas.
- Vago em virtude da reassunção da titular, Senadora Maria do Carmo Alves, em 22-08-2016 (Senado Federal).
- Designado, como membro titular, o Deputado Enio Verri, em substituição ao Deputado Reginaldo Lopes, em 23-8-2016 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 385, de 2016, da Liderança do PT.
- Designado, como membro suplente, a Deputado Diego Andrade, em vaga existente, em 12-9-2016 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 357, de 2016, da Liderança do PSD.
- Designado, como membro titular, o Deputado Zeca Cavalcanti, em substituição ao Deputado Sérgio Moraes, e, como membro suplente, o Deputado Sérgio Moraes, em substituição ao Deputado Zeca Cavalcanti, em 19-10-2016, conforme Ofício nº 409, de 2016, da Liderança do PTB.
- Designado, como membro titular, o Deputado Zeca Cavalcanti, em substituição ao Deputado Sérgio Moraes, e, como membro suplente, o Deputado Sérgio Moraes, em substituição ao Deputado Zeca Cavalcanti, em 19-10-2016, conforme Ofício nº 409, de 2016, da Liderança do PTB.



**Secretário:** Robson Luiz Fialho Coutinho



## Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

### RELATORES SETORIAIS DO PROJETO DE LEI ORÇAMENTÁRIA - CMO

ÁREA TEMÁTICA	RELATOR SETORIAL
<b>I. Transporte</b>	Deputado Milton Monti (PR-SP)
<b>II. Saúde</b>	Deputado Lúcio Vale (PR-PA)
<b>III. Educação e Cultura</b>	Deputado Sergio Souza (PMDB-PR)
<b>IV. Integração Nacional</b>	Senador Waldemir Moka (PMDB-MS)
<b>V. Agricultura, Pesca e Desenvolvimento Agrário</b>	Deputado Adelmo Carneiro Leão (PT-MG)
<b>VI. Desenvolvimento Urbano</b>	Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)
<b>VII. Turismo</b>	Deputado Paulão (PT-AL)
<b>VIII. Ciência e Tecnologia e Comunicações</b>	Deputado Rodrigo de Castro (PSDB-MG)
<b>IX. Minas e Energia</b>	Deputado Bebeto (PSB-BA)
<b>X. Esporte</b>	Senador Zeze Perrella (PTB-MG)
<b>XI. Meio Ambiente</b>	Deputado Júlio Cesar (PSD-PI)
<b>XII. Fazenda e Planejamento</b>	Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)
<b>XIII. Indústria, Comércio e Micro e Pequenas Empresas</b>	Deputado Cleber Verde (PRB-MA)
<b>XIV. Trabalho, Previdência e Assistência Social</b>	Deputado Paulo Azi (DEM-BA)
<b>XV. Defesa e Justiça</b>	Senador Otto Alencar (PSD-BA)
<b>XVI. Presidência, Poder Legislativo, Poder Judiciário, MPU, DPU e Relações Exteriores</b>	Deputado Mário Negromonte Jr. (PP-BA)

#### IV - Comitê de Admissibilidade de Emendas - CAEM

#### III - Comitê de Avaliação das Inform. sobre Obras e Serviços com Indícios de Irregularidades Graves - COI

#### II - Comitê de Avaliação da Receita - CAR

#### I - Comitê de Avaliação , Fiscalização e Controle da Execução Orçamentária - CFIS





## Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas

(Criada pela Resolução nº 4/2008-CN)

**Finalidade:** Acompanhar, monitorar e fiscalizar, de modo contínuo, as ações referentes às mudanças climáticas no Brasil

**Número de membros:** 11 Senadores e 11 Deputados

**PRESIDENTE:** Deputado Daniel Vilela (PMDB-GO) ( 19,20)

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) ( 19,20)

**RELATOR:** Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE) ( 19,20)

**Designação:** 19/03/2015

**Instalação:** 25/03/2015

### Senado Federal

TITULARES	SUPLENTE
<b>Maioria (PMDB)</b>	
Hélio José - PMDB/DF (4,16,21)	1. VAGO
VAGO (21,22,30)	2. VAGO
Marta Suplicy - PMDB/SP (9,21)	3. VAGO
<b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PDT, PT )</b>	
Jorge Viana - PT/AC (2)	1. VAGO
Regina Sousa - PT/PI (2,25,28,29)	2. VAGO
Cristovam Buarque - PPS/DF (2)	3. Ivo Cassol - PP/RO (2)
Gladson Cameli - PP/AC (2)	4. VAGO
<b>Bloco Social Democrata ( PSDB, PV, DEM )</b>	
Flexa Ribeiro - PSDB/PA	1. Aloysio Nunes Ferreira - PSDB/SP
Maria do Carmo Alves (5)	2. Ronaldo Caiado - DEM/GO (5)
<b>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia ( PPS, PSB, PCdoB, REDE )</b>	
Fernando Bezerra Coelho - PSB/PE	1. Vanessa Grazziotin - PCdoB/AM
<b>Bloco Moderador ( PTB, PSC, PRB, PR, PTC )</b>	
Zeze Perrella - PTB/MG (23)	1. Pedro Chaves - PSC/MS (23,24,26)



**Câmara dos Deputados**

TITULARES	SUPLENTE
<b>PMDB, PEN</b>	
Eros Biondini - PROS/MG	1. Carlos Henrique Gaguim - PTN/TO
Daniel Vilela - PMDB/GO (12,15)	2. Luiz Carlos Busato - PTB/RS
Roberto Balestra - PP/GO	3. Valdir Colatto - PMDB/SC (6)
Sergio Souza - PMDB/PR	4. Julio Lopes - PP/RJ (12,14,18)
Jony Marcos - PRB/SE (8)	5. Rômulo Gouveia - PSD/PB (13)
<b>PT, PSD, PR, PROS, PCdoB</b>	
Angelim - PT/AC	1. Alessandro Molon - REDE/RJ
Leônidas Cristino - PDT/CE	2. Átila Lins - PSD/AM (3)
Jaime Martins - PSD/MG (3)	3. Ivan Valente - PSOL/SP (11)
Leonardo Monteiro - PT/MG (10)	4. João Paulo Papa - PSDB/SP (17)
<b>PSDB, PSB</b>	
Ricardo Tripoli - PSDB/SP	1. Antonio Carlos Mendes Thame - PV/SP
Arnaldo Jordy - PPS/PA (27)	2. Janete Capiberibe - PSB/AP
<b>PDT (1)</b>	
Giovani Cherini - PR/RS	1. Daniel Coelho - PSDB/PE (7)

**Notas:**

1. Rodízio nos termos no art. 10-A do Regimento Comum.
2. Designados, como membros titulares, os Senadores Jorge Viana, Donizeti Nogueira, Cristovam Buarque, em vagas existentes, e o Senador Gladson Cameli, em substituição ao Senador Ivo Cassol; e, como membro suplente, o Senador Ivo Cassol, em substituição ao Senador Gladson Cameli, em 24-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 41, de 2015, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.
3. Designado, como membro titular, o Deputado Jaime Martins, em vaga existente, e, como membro suplente, o Deputado Átila Lins, em vaga existente, em 25-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 181, de 2015, da Liderança do PSD.
4. O Senador Waldemir Moka declinou da indicação para compor a comissão, em 25/03/2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 93, de 2015, da Liderança do Bloco de Maioria.
5. Designada, como membro titular, a Senadora Maria do Carmo, em vaga existente, e, como membro suplente, o Senador Ronaldo Caiado, em vaga existente, em 25-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 22, de 2015, da Liderança do DEM.
6. Designado, como membro suplente, o Deputado Valdir Colatto, em vaga existente, em 08-04-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 567, de 2015, da Liderança do Bloco PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN.
7. Designado, como membro suplente, o Deputado Daniel Coelho, em vaga existente, em 9-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 127, de 2015, da Liderança do Bloco de Maioria.
8. Designado, como membro titular, o Deputado Jony Marcos, em vaga existente, em 20-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 111, de 2015, da Liderança do Bloco PRB/PTN/PMN/PRP/PSDC/PTC/PRTB/PSL e PTdoB.
9. Designado, como membro titular, em vaga cedida, o Senador Roberto Rocha, conforme Ofício nº 52, de 2015, da Liderança do Bloco Socialismo e Democracia (Sessão do Senado Federal, de 29/04/2015).
10. Designado, como membro titular, o Deputado Leonardo Monteiro (PT/MG), em vaga existente, em 11-6-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 249, de 2015, da Liderança do PR.
11. Designado, como membro suplente, o Deputado Ivan Valente (PSOL/SP, em vaga existente, em 11-6-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 153, de 2015, da Liderança do PROS.
12. Designado, como membro suplente, o Deputado Marcus Vicente, em vaga existente, em 1-7-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 318, de 2015, da Liderança do PP.
13. Designado, como membro suplente, o Deputado Rômulo Gouveia (PTB/PB), em vaga existente, em 2-7-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 257, de 2015, da Liderança do Democratas.
14. Ofício nº 335/2015, da Liderança do PP, comunicando o desligamento do Deputado Marcus Vicente da Comissão Mista Permanente de Mudanças Climáticas - CMMC.
15. Designado, como membro titular, o Deputado Daniel Vilela, em vaga existente, em 15-7-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 1029, de 2015, da Liderança do Bloco PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN.
16. Designado, como membro titular, o Senador Otto Alencar, em vaga existente, em 18-8-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 217, de 2015, da Liderança do Bloco da Maioria.
17. Designado, como membro suplente, o Deputado João Paulo Papa, em vaga existente, em 10-9-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 394, de 2015, da Liderança do PR.
18. Designado, como membro suplente, o Deputado Julio Lopes, em vaga existente, em 16-9-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 435, de 2015, da Liderança do PP.
19. Encerrado mandato de Presidente, Vice-Presidente e Relator do ano de 2015, em 25/02/2016, conforme art. 6º da Resolução nº 4/20018-CN.
20. Mesa eleita em 16-03-2016.



21. Designados, como membros titulares, Hélio José, Dário Berger, Marta Suplicy em substituição, respectivamente, Otto Alencar, Sandra Braga, Roberto Rocha, em 13-4-2016 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 48, de 2016, da Liderança do PMDB.
22. Deixa de compor a Comissão nos termos do Ofício nº 103/2016, lido na sessão do Senado Federal de 09/06/2016 (DSF 10/06/2016), da Liderança do PMDB no Senado Federal.
23. Designado, como membro titular, o Senador Zeze Perrella, em substituição ao Senador Douglas Cintra, e, como membro suplente, o Senador Douglas Cintra, em vaga existente, em 4-5-2016 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 16, de 2016, da Liderança do Bloco Moderador.
24. Vago em virtude da reassunção do titular, Senador Armando Monteiro, em 09-05-2016 (Senado Federal).
25. Vago em virtude da reassunção da titular, Senadora Kátia Abreu, em 12/05/2016.
26. Designado, como membro suplente, a Senador Pedro Chaves, em vaga existente, em 23-5-2016 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 26, de 2016, da Liderança do Bloco Moderador.
27. Designado, como membro titular, o Deputado Arnaldo Jordy, em substituição ao Deputado Sarney Filho, em 1-6-2016 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 105, de 2016, das Lideranças do PSB, PV e PPS.
28. Designada, como membro titular, a Senadora Regina Sousa, em vaga existente, em 2-6-2016 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 37, de 2016, da Liderança do PT.
29. Designada, como membro titular, a Senadora Regina Sousa, em vaga existente, em 2-6-2016 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 37, de 2016, da Liderança do PT.
30. O Senador Dário Berger declinou de sua indicação em 10/06/2016 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 103/2016.

**Secretário:** Tiago Torres de Lima Brum

**Telefone(s):** (61) 3303-3534

**E-mail:** cocm@senado.gov.br



## Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência

(Resolução nº 2, de 2013-CN - Art. 6º da Lei nº 9.883/1999)

**Finalidade:** A fiscalização e o controle externos das atividades de inteligência e contrainteligência e de outras a elas relacionadas, no Brasil ou no exterior.

**Número de membros:** 6 Senadores e 6 Deputados

**PRESIDENTE:** Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)

**VICE-PRESIDENTE:** Deputado Pedro Vilela (PSDB-AL)

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<b>Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional</b> Deputado Pedro Vilela (PSDB/AL)	<b>Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional</b> Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP)
<b>Líder da Maioria</b> Deputada Soraya Santos (PMDB/RJ) (6)	<b>Líder do Bloco Parlamentar da Maioria</b> Senador Eunício Oliveira (PMDB/CE)
<b>Líder da Minoria</b> Deputada Jandira Feghali (PCdoB/RJ) (10)	<b>Líder do Bloco Parlamentar Minoria</b> Senador Lindbergh Farias (PT/RJ) (8,9,11)
<b>Deputado indicado pela Liderança da Maioria</b> Deputado Benito Gama (PTB/BA) (2)	<b>Senador indicado pela Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria</b> Senador Cristovam Buarque (PPS/DF) (7)
<b>Deputado indicado pela Liderança da Minoria</b> Deputado Luiz Carlos Hauly (PSDB/PR) (1,12)	<b>Senador indicado pela Liderança do Bloco Parlamentar Minoria</b> Senador Cássio Cunha Lima (4)
<b>Deputado indicado pela Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional</b> Deputado Heráclito Fortes (PSB/PI) (3)	<b>Senador indicado pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional</b> Senadora Marta Suplicy (PMDB/SP) (5)

### Notas:

- Designado, em razão da indicação da Liderança da Minoria, o Deputado Luiz Carlos Jorge Hauly para compor a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência - CCAI, conforme Ofício nº 65/2015/GABMIN, despachado na sessão do Senado Federal de 05/03/2015.
- Designado, em razão da indicação da Liderança da Maioria, o Deputado Benito Gama para compor a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência - CCAI, conforme Ofício nº 452/2015/Líder do Bloco da Maioria, despachado na sessão do Senado Federal de 25/03/2015.
- Designado, em razão da indicação da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, o Deputado Heráclito Fortes para compor a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência - CCAI, conforme Ofício nº 17/2015/CREDN, despachado na sessão do Senado Federal de 30/03/2015.
- Designado, em razão da indicação da Liderança da Minoria no Senado Federal, o Senador Cássio Cunha Lima, para compor a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência - CCAI, conforme Ofício nº 88/2015, da Liderança do Bloco da Oposição, despachado na sessão do Senado Federal de 31/03/2015.
- Designada, em razão da indicação da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, a Senadora Marta Suplicy para compor a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência - CCAI, conforme Ofício nº 10/2015/CREDN, despachado na sessão do Senado Federal de 08/04/2015.
- Designada, como membro titular, a Deputada Soraya Santos, em substituição ao Deputado Leonardo Picciani, em 11-8-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 1128, de 2015, da Liderança do BLOCO PMDB, PP, PTB, PSC, PHS, PEN.
- Designado, como membro titular, o Senador Cristovam Buarque, em vaga existente, em 8-9-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 201, de 2015, da Liderança do Bloco da Maioria.
- O Senador Álvaro Dias deixou de exercer a função de Líder da Minoria em 07.01.2016.
- O Senador José Agripino passou a exercer a função de Líder do Bloco Parlamentar da Oposição a partir de 16.02.2016.
- A Deputada Jandira Feghali passou a exercer a função de Líder da Minoria a partir de 20.06.2016.
- Designado o Senador Lindbergh Farias como líder da Minoria no Senado Federal (Of. 13/2016-GLDPT).
- Designado, como membro titular, o Deputado Carlos Zarattini, em substituição ao Deputado Luiz Carlos Hauly, em 12-7-2016 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 34, de 2016, da Liderança do Minoria.

Secretaria Legislativa do Congresso Nacional (55 61 3303-4050)  
<http://www.senado.leg.br/ordiacn>



**Secretário:** Thiago Nascimento C. Silva  
**Telefone(s):** 61 3303-3502  
**E-mail:** cocm@senado.leg.br



## Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher

(Resolução nº 1, de 2014-CN)

**Finalidade:** Diagnosticar as lacunas existentes nas ações e serviços da Seguridade Social e na prestação de segurança pública e jurídica às mulheres vítimas de violência; e apresentar propostas para a consolidação da Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres.

**Número de membros:** 10 Senadores e 27 Deputados

**PRESIDENTE:** Senadora Simone Tebet (PMDB-MS)

**VICE-PRESIDENTE:** Deputada Keiko Ota (PSB-SP)

**RELATOR:** Deputada Luizianne Lins (PT-CE)

**Designação:** 05/03/2015

**Instalação:** 10/03/2015

### Senado Federal

TITULARES	SUPLENTE
<b>Maioria (PMDB)</b>	
Simone Tebet - PMDB/MS	1. Kátia Abreu - PMDB/TO (27)
Rose de Freitas - PMDB/ES	2. VAGO
Marta Suplicy - PMDB/SP (24,27)	3. VAGO
<b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PDT, PT )</b>	
Angela Portela - PT/RR	1. Fátima Bezerra - PT/RN
Regina Sousa - PT/PI (26)	2. Gleisi Hoffmann - PT/PR (26)
<b>Bloco Social Democrata ( PSDB, PV, DEM )</b>	
Lúcia Vânia - PSB/GO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
<b>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia ( PPS, PSB, PCdoB, REDE )</b>	
Vanessa Grazziotin - PCdoB/AM	1. Lídice da Mata - PSB/BA
<b>Bloco Moderador ( PTB, PSC, PRB, PR, PTC )</b>	
Wellington Fagundes - PR/MT (19)	1. Eduardo Amorim - PSC/SE (14)
<b>PP</b>	
Ana Amélia - RS	1. VAGO



**Câmara dos Deputados**

TITULARES	SUPLENTE
<b>PMDB, PEN</b>	
Conceição Sampaio - PP/AM	1. VAGO (25)
Dulce Miranda - PMDB/TO	2. Josi Nunes - PMDB/TO
Elcione Barbalho - PMDB/PA	3. Raquel Muniz - PSD/MG
Laura Carneiro - PMDB/RJ (17,21)	4. Rosangela Gomes - PRB/RJ
Jozi Araújo - PTN/AP	5. Simone Morgado - PMDB/PA
Júlia Marinho - PSC/PA	6. Soraya Santos - PMDB/RJ
Darcísio Perondi - PMDB/RS (22)	7. Delegado Edson Moreira - PR/MG (7)
Tia Eron - PRB/BA (11)	8. Dâmina Pereira - PSL/MG (16)
Ezequiel Teixeira - PTN/RJ (2)	9. VAGO
Professora Dorinha Seabra Rezende - DEM/TO (3)	10. VAGO
Christiane de Souza Yared - PR/PR (7)	11. VAGO
Iracema Portella - PP/PI (8)	12. VAGO
<b>PT, PSD, PR, PROS, PCdoB</b>	
VAGO	1. José Rocha - PR/BA
Ana Perugini - PT/SP (12,28)	2. VAGO (12)
VAGO (4,23)	3. Benedita da Silva - PT/RJ (15)
Luizianne Lins - PT/CE (4)	4. Margarida Salomão - PT/MG (15)
Moema Gramacho - PT/BA (4)	5. Maria do Rosário - PT/RS (15)
Rogério Rosso - PSD/DF (5)	6. Beto Salame - PP/PA
Alice Portugal - PCdoB/BA (6)	7. VAGO
Givaldo Carimbão - PHS/AL	8. VAGO
<b>PSDB, PSB</b>	
Bruna Furlan - PSDB/SP	1. Eliziane Gama - PPS/MA (18)
Carmen Zanotto - PPS/SC	2. VAGO
Janete Capiberibe - PSB/AP	3. VAGO
Keiko Ota - PSB/SP	4. VAGO
VAGO (13)	5. VAGO
Mariana Carvalho - PSDB/RO (10)	6. VAGO
<b>PDT</b>	
Flávia Moraes - GO (9)	1. Rosângela Curado - PSOL/RJ (20)
<b>PSOL (1)</b>	
Jean Wyllys - RJ	1. VAGO

**Notas:**

1. Rodízio nos termos no art. 10-A do Regimento Comum.
2. Designado, como membro titular, o Deputado Ezequiel Teixeira, em vaga existente, em 9-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 56, de 2015, da Liderança do SD.
3. Designada, como membro titular, a Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende, em vaga existente, em 10-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 21, de 2015, da Liderança do DEM.
4. Designadas, como membros titulares, as Deputadas Erika Kokay, Luzianne Lins e Moema Gramacho, em vagas existentes, em 10-03-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 21, de 2015, da Liderança do PT.
5. Designado, como membro titular, o Deputado Rogério Rosso, em vaga existente, em 10-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 70, de 2015, da Liderança do PSD.
6. Designada, como membro titular, a Deputada Alice Portugal, em vaga existente, em 10-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 75, de 2015, da Liderança do PSD.
7. Designada, como membro titular, a Deputada Christiane de Souza Yared, em vaga existente, e, como membro suplente, o Delegado Edson Moreira, em vaga existente, em 10-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 45, de 2015, da Liderança do PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN.





8. Designada, como membro titular, a Deputada Iracema Portella, em vaga existente, em 11-3-2015 (Sessão do Congresso Nacional), conforme Ofício nº 250, de 2015, da Liderança do PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN.
9. Designada, como membro titular, a Deputada Flávia Morais, em vaga existente, em 19-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 17, de 2015, da Liderança do PDT.
10. Designada, como membro titular, a Deputada Mariana Carvalho, em vaga existente, em 19-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 277, de 2015, da Liderança do PSDB.
11. A Deputada Marinha Raupp deixou de integrar a comissão, em 26/03/2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 481, de 2015, da Liderança do Bloco de PMDB, PP, PTB, PSC, PHS, PEN.
12. Os Deputados Dr. Jorge Silva e Ronaldo Fonceca deixaram de integrar a comissão, em 01/04/2015 (Sessão do Senado Federal), nos termos do Ofício nº 87, de 2015, da Liderança do PROS.
13. A Deputada Shéridan deixou de fazer parte da comissão em razão de seu desligamento, conforme Ofício nº 648, de 2015, da Liderança do PSDB.
14. Designado, como membro suplente, o Senador Eduardo Amorim, em vaga existente, em 1º-7-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 45, de 2015, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força.
15. Designadas, como membros suplentes, as Deputadas Benedita da Silva, Margarida Salomão e Maria do Rosário, em vaga existente, em 10-7-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 445, de 2015, da Liderança do PT.
16. Designada, como membro suplente, a Deputada Dâmina Pereira, em vaga existente, em 16-7-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 1043, de 2015, da Liderança do Bloco PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN.
17. A deputada deixou de integrar a Comissão nos termos do Ofício 1072, de 2015, da liderança do Bloco PMDB, PP, PTB, PSC, PHS, PEN, em 05 de agosto de 2015 (Sessão do Senado Federal).
18. Designada, como membro suplente, a Deputada Eliziane Gama, em substituição ao Deputado Arnaldo Jordy, em 20-8-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 209, de 2015, da Liderança do PPS.
19. Designado, como membro titular, o Senador Wellington Fagundes, em substituição ao Senador Magno Malta, em 26-8-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 61, de 2015, da Liderança do Bloco União e Força.
20. Designada, como membro suplente, a Deputada Rosângela Curado, em vaga existente, em 10-9-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 332, de 2015, da Liderança do PDT.
21. Designada, como membro titular, a Deputada Laura Carneiro, em vaga existente, em 29-10-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 1472, de 2015, da Liderança do PMDB/PEN.
22. Designado, como membro titular, o Deputado Darcísio Perondi, em vaga existente, em 1-3-2016 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 111, de 2016, da Liderança do PMDB/PEN.
23. A Deputada Érika Kokay deixa de integrar a Comissão nos termos do Ofício 74, de 2016, da Liderança do PT, em 4 de março de 2016 (Sessão do Senado Federal).
24. Vago em virtude da reassunção do titular, Senador Eduardo Braga, em 22-04-2016 (Senado Federal).
25. A Deputada Cristiane Brasil deixa de ser membro suplente em 10/05/2016, conforme Ofício nº 132, de 2016, da Liderança do PRB.
26. Designada, como membro titular, a Senadora Regina Sousa, em substituição à Senadora Marta Suplicy, e, como membro suplente, o Senador Gleisi Hoffmann, em substituição à Senadora Regina Sousa, em 7-6-2016 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 41, de 2016, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.
27. Designada, como membro titular, a Senadora Marta Suplicy, em vaga existente, e, como membro suplente, a Senadora Kátia Abreu, em vaga existente, em 9-6-2016 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 104, de 2016, da Liderança do PMDB.
28. Designada, como membro titular, a Deputada Ana Perugini, em vaga existente, em 19-7-2016 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 340, de 2016, da Liderança do PT.

**Secretário:** Gigliola Ansiliero  
**Telefone(s):** 61 3303-3504  
**E-mail:** cocom@senado.leg.br





**CMCVM - Comissão Permanente Mista  
de Combate à Violência contra a Mulher**

**Subcomissão Permanente de Combate ao Estupro - SCPCE**



## COMISSÕES MISTAS ESPECIAIS

### ATN nº 1, de 2015 - Consolidação da Legislação Federal

**Finalidade:** Comissão mista destinada à consolidação da legislação federal, à regulamentação dos dispositivos da Constituição Federal, a modernização e o fortalecimento econômico e social do País.

**Número de membros:** 7 Senadores e 7 Deputados

**PRESIDENTE:** Deputado Luiz Sérgio (PT-RJ)

**VICE-PRESIDENTE:** Deputado Sergio Souza (PMDB-PR)

**RELATOR:** Senador Romero Jucá (PMDB-RR)

**Designação:** 02/06/2015

**Prazo final prorrogado:** 01/11/2016

<b>CÂMARA DOS DEPUTADOS</b>
Deputado Luiz Sérgio (PT/RJ)
Deputado Sergio Souza (PMDB/PR)
Deputado Sergio Zveiter (PMDB/RJ)
Deputado Miro Teixeira (REDE/RJ)
Deputado Sandro Alex (PSD/PR)
Deputado Bruno Araújo (PSDB/PE)
VAGO

<b>SENADO FEDERAL</b>
Senador Romero Jucá (PMDB/RR)
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP)
Senadora Lídice da Mata (PSB/BA)
Senador Jorge Viana (PT/AC)
Senador Walter Pinheiro
Senador Blairo Maggi
VAGO



## CONSELHOS E ÓRGÃOS

### Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul

#### COMPOSIÇÃO

**Número de membros:** 10 Senadores e 27 Deputados

**PRESIDENTE:** Senador Roberto Requião (PMDB-PR)

**1º VICE-PRESIDENTE:** Deputado Edio Lopes (PR-RR)

**2ª VICE-PRESIDENTE:** Senador Paulo Bauer (PSDB-SC)

**Designação:** 07/04/2015

#### SENADO FEDERAL

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática</b>	
Humberto Costa - PT/PE	1. Acir Gurgacz - PT/RN (2)
Fátima Bezerra - PT/RN	2. Gleisi Hoffmann - PT/PR (24)
Lindbergh Farias - PT/RJ (2)	3. Gladson Cameli - PP/AC
<b>Maioria (PMDB)</b>	
VAGO (8)	1. Waldemir Moka - PMDB/MS
Roberto Requião - PMDB/PR	2. Dário Berger - PMDB/SC
Valdir Raupp - PMDB/RO	3. VAGO
<b>Bloco Social Democrata</b>	
Paulo Bauer - PSDB/SC	1. VAGO
Davi Alcolumbre - DEM/AP (7)	2. VAGO
<b>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia</b>	
Antonio Carlos Valadares - PSB/SE	1. Lídice da Mata - PSB/BA
<b>Bloco Moderador</b>	
Cidinho Santos - PR/MT (21)	1. Eduardo Amorim - PSC/SE



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTE</b>
<b>PMDB, PEN</b>	
Arthur Oliveira Maia - PPS/BA	1. Afonso Hamm - PP/RS
Carlos Henrique Gaguim - PTN/TO	2. Carlos Andrade - PHS/RR
Celso Russomanno - PRB/SP	3. Carlos Gomes - PRB/RS
Dilceu Sperafico - PP/PR	4. Professor Victório Galli - PR/RR (19)
Edio Lopes - PR/RR	5. Maia Filho - PP/PI (14)
José Fogaça - PMDB/RS	6. Fernando Monteiro - PP/PE
Paes Landim - PTB/PI (15)	7. Osmar Serraglio - PMDB/PR
Marcelo Aro - PHS/MG	8. Benito Gama - PTB/BA (15,16)
Renato Molling - PP/RS	9. Ronaldo Benedet - PMDB/SC (4)
Takayama - PSC/PR	10. Wilson Filho - PTB/PB (10)
Mandetta - DEM/MS (5)	11. Rosângela Gomes - PRB/RJ (26)
<b>PSD</b>	
Arlindo Chinaglia - PT/SP	1. Givaldo Vieira - PT/ES
Benedita da Silva - PT/RJ (25,30,31)	2. Pepe Vargas - PT/RS (3,13)
Danrlei de Deus Hinterholz - RS	3. Hugo Leal - PSB/RJ
George Hilton - PROS/MG (27)	4. Jorginho Mello - PR/SC
Ságuas Moraes - PT/MT (11)	5. Zeca do Pt - PT/MS (30,31)
Rômulo Gouveia - PB (6)	6. Jaime Martins - MG (6)
Luiz Cláudio - PR/RO	7. VAGO (11)
Remídio Monai - PR/RR (22)	8. VAGO (9,25)
<b>PSDB, PSB</b>	
Eduardo Barbosa - PSDB/MG	1. Sandro Alex - PSD/PR (18)
Elizeu Dionizio - PSDB/MS (28)	2. Heitor Schuch - PSB/RS (1,12)
Roberto Freire - PPS/SP	3. Vicentinho Júnior - PR/TO (1)
Rocha - PSDB/AC	4. Capitão Augusto - PR/SP (17,29)
Jose Stédile - PSB/RS (1)	5. Paulo Abi-Ackel - PSDB/MG (20)
Heráclito Fortes - PSB/PI (1)	6. VAGO
<b>PDT</b>	
Damião Feliciano - PB	1. Weverton Rocha - MA
<b>PSOL</b>	
Jean Wyllys - RJ	1. Angela Albino - PCdoB/SC (23)

**Notas:**

- Designados, como membros titulares, os Deputados José Stédile e Heráclito Fortes, e, como membros suplentes, os Deputados Vicentinho Júnior e Tereza Cristina, conforme Ofício nº 87, da Liderança do PSB (Sessão do Senado Federal de 08/04/2015).
- Designado, como membro titular, o Senador Lindbergh Farias, em substituição ao Senador Acir Gurgacz, e, como membro suplente, o Senador Acir Gurgacz, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann, em 9-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 56, de 2015, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.
- O Deputado Herculano Passos declinou da indicação para compor a comissão, em 25/03/2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 212, de 2015, da Liderança do PSD.
- Designado, como membro suplente, o Deputado Ronaldo Benedet, em vaga existente, em 15-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 592, de 2015, da Liderança do Bloco PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN.
- Designado, como membro titular, o Deputado Mandetta, em vaga existente, em 20-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 154, de 2015, da Liderança do Democratas.
- Designado, como membro titular, o Deputado Rômulo Gouveia, em substituição ao Deputado Jaime Martins, e, como membro suplente, o Deputado Jaime Martins, em substituição ao Deputado Rômulo Gouveia, em 28-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 261, de 2015, da Liderança do PSD.



7. Designado, como membro titular, o Senador Davi Alcolumbre, em vaga existente, em 29-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 29, de 2015, da Liderança do DEM.
8. Vago em razão do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10 de maio de 2015.
9. Designado, como membro suplente, o Deputado Zeca do PT, em vaga existente, em 12-5-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 340, de 2015, da Liderança do PT.
10. Designado, como membro suplente, o Deputado Wilson Filho, em vaga existente, em 20-5-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 164, de 2015, da Liderança do DEM, com aquiescência da Liderança do PTB.
11. Designado, como membro titular, o Deputado Ságuas Moraes, em substituição ao Deputado Fernando Marroni, em 8-10-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 668, de 2015, da Liderança do PT.
12. Designado, como membro suplente, o Deputado Heitor Schuch, em substituição à Deputada Tereza Cristina, em 15-10-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 238, de 2015, da Liderança do PSB.
13. Designado, como membro suplente, o Deputado Pepe Vargas, em vaga existente, em 20-10-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 697, de 2015, da Liderança do PT.
14. Designado, como membro suplente, o Deputado Mainha, em substituição ao Deputado Elizeu Dionizio, em 24-11-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 343, de 2015, da Liderança do Solidariedade.
15. Designado, como membro titular, o Deputado Paes Landim, que deixa de ser suplente, em substituição ao Deputado Luis Carlos Busato, em 4-2-2016 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 19, de 2016, da Liderança do PTB.
16. Designado, como membro suplente, o Deputado Benito Gama, em vaga existente, em 17-2-2016 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 27, de 2016, da Liderança do PTB.
17. Designado, como membro suplente, o Deputado Elizeu Dionizio, em vaga existente, em 9-7-2016 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 135, de 2016, da Liderança do PSDB.
18. Designado, como membro suplente, o Deputado Sandro Alex, em substituição ao Deputado Moses Rodrigues, em 16-3-2016 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 34, de 2016, da Liderança do PPS.
19. Designado, como membro suplente, o Deputado Professor Victório Galli, em substituição ao Deputado Edmar Arruda, em 13-4-2016 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 43, de 2016, da Liderança do PSC.
20. Designado, como membro suplente, o Deputado Paulo Abi-Ackel, em vaga existente, em 13-5-2016 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 465, de 2016, da Liderança do PSDB.
21. Designado, como membro titular, o Senador Cidinho Santos, em substituição ao Senador Blairo Maggi, em 17-5-2016 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 22, de 2016, da Liderança do Bloco PTB/PR/PSC/PRB/PTC.
22. Designado, como membro titular, o Deputado Remídio Monai, em substituição ao Deputado Maurício Quintella Lessa, em 23-5-2016 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 176, de 2016, da Liderança do PR.
23. Designada, como membro suplente, a Deputada Angela Albino, em vaga existente, em 6-6-2016 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 45, de 2016, da Liderança do PSOL.
24. Designada, como membro suplente, a Senadora Gleisi Hoffmann, em substituição à Senadora Angela Portela, em 8-6-2016 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 42, de 2016, da Liderança do PT.
25. Designado, como membro titular, o Deputado Zeca do PT, em substituição à Deputada Benedita da Silva, e, como membro suplente, a Deputada Benedita da Silva, em vaga existente, em 15-6-2016 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 291, de 2016, da Liderança do PT.
26. Designada, como membro suplente, a Deputada Rosângela Gomes, em vaga existente, em 12-7-2016 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 131, de 2016, da Liderança do PRB.
27. Designado, como membro titular, o Deputado George Hilton, em substituição ao Deputado Domingos Neto, em 19-7-2016 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 100, de 2016, da Liderança do Bloco PT/PSD/PR/PROS/PCdoB.
28. Designado, como membro titular, o Deputado Elizeu Dionizio, em substituição a Geovânia de Sá, em 10-8-2016 conforme Ofício nº 699, de 2016, da Liderança do PSDB.
29. Designado, como membro suplente, o Deputado Capitão Augusto, em vaga existente, em 15-8-2016 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 292, de 2016, da Liderança do PR.
30. Designada, como membro titular, a Deputada Benedita da Silva, em substituição ao Deputado Zeca do PT, e, como membro suplente, o Deputado Zeca do PT, em vaga existente, em 27-9-2016, conforme Ofício nº 424, de 2016, da Liderança do PT.
31. Designada, como membro titular, a Deputada Benedita da Silva, em substituição ao Deputado Zeca do PT, e, como membro suplente, o Deputado Zeca do PT, em vaga existente, em 27-9-2016, conforme Ofício nº 424, de 2016, da Liderança do PT.



## Conselho da Ordem do Congresso Nacional

Decreto Legislativo nº 70, de 1972, regulamentado pelo Ato nº 1, de 1973-CN

### COMPOSIÇÃO

**Grão-Mestre:** Presidente do Senado Federal  
**Chanceler:** Presidente da Câmara dos Deputados

Eleição Geral: 04/02/2015

<b>MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS</b>
<b>Presidente</b> Deputado Rodrigo Maia (DEM/RJ)
<b>1º Vice-Presidente</b> Deputado Waldir Maranhão (PP/MA)
<b>2º Vice-Presidente</b> Deputado Giacobbo (PR/PR)
<b>1º Secretário</b> Deputado Beto Mansur (PRB/SP)
<b>2º Secretário</b> Deputado Felipe Bornier (PROS/RJ)
<b>3º Secretário</b> Deputada Mara Gabrilli (PSDB/SP)
<b>4º Secretário</b> Deputado Alex Canziani (PTB/PR)
<b>Líder da Maioria</b> VAGO
<b>Líder da Minoria</b> Deputada Jandira Feghali (PCdoB/RJ)
<b>Presidente da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania</b> Deputado Osmar Serraglio (PMDB/PR)
<b>Presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional</b> Deputado Pedro Vilela (PSDB/AL)

<b>MESA DO SENADO FEDERAL</b>
<b>Presidente</b> Senador Renan Calheiros (PMDB/AL)
<b>1º Vice-Presidente</b> Senador Jorge Viana (PT/AC)
<b>2º Vice-Presidente</b> Senador Romero Jucá (PMDB/RR)
<b>1º Secretário</b> Senador Vicentinho Alves (PR/TO)
<b>2º Secretário</b> Senador Zeze Perrella (PTB/MG)
<b>3º Secretário</b> Senador Gladson Cameli (PP/AC)
<b>4º Secretário</b> Senadora Angela Portela (PT/RR)
<b>Líder do Bloco Parlamentar da Maioria</b> VAGO
<b>Líder do Bloco Parlamentar Minoria</b> Senador Lindbergh Farias (PT/RJ) <sup>(1)</sup>
<b>Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania</b> Senador José Maranhão (PMDB/PB)
<b>Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional</b> Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP)

Atualização: 08/04/2015

#### Notas:

1. Em 22.06.2016, o Senador Lindbergh Farias foi designado Líder da Minoria (Of 13/2016 - GLDPT)

SECRETARIA-GERAL DA MESA  
 Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)  
 Telefone(s): 3303-5255/ 3303-5256  
 Fax: 3303-5260  
 saop@senado.leg.br

Secretaria Legislativa do Congresso Nacional (55 61 3303-4050)  
<http://www.senado.leg.br/ordiacn>



## Conselho de Comunicação Social

**Lei nº 8.389, de 1991,  
Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2013**

### COMPOSIÇÃO

**Número de membros:** 13 titulares e 13 suplentes.

**PRESIDENTE:** Miguel Ângelo Cançado <sup>(2)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Ronaldo Lemos <sup>(2)</sup>

**Eleição Geral:** 05/06/2002

**Eleição Geral:** 22/12/2004

**Eleição Geral:** 17/07/2012

**Eleição Geral:** 08/07/2015

<b>LEI Nº 8.389/91, ART. 4º</b>	<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTE</b>
<b>Representante das empresas de rádio (inciso I)</b>	Walter Vieira Ceneviva	Paulo Machado de Carvalho Neto
<b>Representante das empresas de televisão (inciso II)</b>	José Francisco de Araújo Lima	Márcio Novaes
<b>Representante das empresas de imprensa escrita (inciso III)</b>	VAGO <sup>(8)</sup>	Maria Célia Furtado <sup>(3,5)</sup>
<b>Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social (inciso IV)</b>	Roberto Dias Lima Franco	Liliana Nakonechnyj
<b>Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)</b>	Celso Augusto Schröder	Maria José Braga
<b>Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)</b>	José Catarino do Nascimento	Antônio Maria Thaumaturgo Cortizo
<b>Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)</b>	Sydney Sanches	Jorge Coutinho
<b>Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)</b>	Pedro Pablo Lazzarini	Luiz Antonio Gerace da Rocha e Silva
<b>Representante da sociedade civil (inciso IX)</b>	Ronaldo Lemos	Patrícia Blanco
<b>Representante da sociedade civil (inciso IX)</b>	Miguel Ângelo Cançado	Ismar de Oliveira Soares
<b>Representante da sociedade civil (inciso IX)</b>	Marcelo Antônio Cordeiro de Oliveira	Murillo de Aragão <sup>(6)</sup>



LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTE
Representante da sociedade civil (inciso IX)	VAGO (4)	VAGO (7)
Representante da sociedade civil (inciso IX)	VAGO (1)	Davi Emerich

Atualização: 10/10/2016

**Notas:**

1. O Conselheiro Fernando César Mesquita renunciou ao cargo de membro titular do Conselho de Comunicação Social, nos termos do documento datado de 27.06.2016, lido na 10ª Reunião do Conselho, realizada em 04.07.2016.
2. Eleitos na 1ª reunião do CCS, realizada em 15.07.2015
3. O Conselheiro Lourival Santos renunciou à vaga de suplente, representante de empresas da imprensa escrita, conforme Ofício nº 051/2015-CCS, da Presidência do Conselho de Comunicação Social do Congresso Nacional, em 04/08/2015 (Sessão do Senado Federal).
4. O Conselheiro Henrique Eduardo Alves renunciou à vaga de membro titular, representante da sociedade civil, nos termos da Carta s/n - HELA, datada de 1º.12.2015, lida na 7ª Reunião do Conselho, realizada em 07.12.2015.
5. A Conselheira Maria Célia Furtado foi eleita em Sessão do Congresso Nacional de 18.11.2015 e empossada na 7ª Reunião do Conselho, realizada em 07.12.2015.
6. O Conselheiro Murillo de Aragão foi eleito em Sessão do Congresso Nacional de 18.11.2015 e empossado na 7ª Reunião do Conselho, realizada em 07.12.2015.
7. O Conselheiro Aldo Rebelo renunciou ao cargo de membro suplente do Conselho de Comunicação Social, nos termos do documento datado de 27.07.2016, lido na 12ª Reunião do Conselho, realizada em 08.08.2016.
8. O Conselheiro Marcelo Rech renunciou ao cargo de membro do Conselho de Comunicação Social, nos termos do documento datado de 21.09.2016, lido na 14ª Reunião do Conselho, realizada em 10.10.2016.

SECRETARIA-GERAL DA MESA  
 Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)  
 Telefone(s): 3303-5255  
 Fax: 3303-5260  
 CCSCN@senado.leg.br





## COMPOSIÇÃO DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL

**Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)**  
PRESIDENTE

**Deputado Waldir Maranhão (PP-MA)**  
1º VICE-PRESIDENTE

**Senador Romero Jucá (PMDB-RR)**  
2º VICE-PRESIDENTE

**Deputado Beto Mansur (PRB-SP)**  
1º SECRETÁRIO

**Senador Zeze Perrella (PTB-MG)**  
2º SECRETÁRIO

**Deputada Mara Gabrilli (PSDB-SP)**  
3ª SECRETÁRIA

**Senadora Angela Portela (PT-RR)**  
4ª SECRETÁRIA

COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL	COMPOSIÇÃO DA MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS
<p><b>Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)</b> PRESIDENTE</p> <p><b>Senador Jorge Viana (PT-AC)</b> 1º VICE-PRESIDENTE</p> <p><b>Senador Romero Jucá (PMDB-RR)</b> 2º VICE-PRESIDENTE</p> <p><b>Senador Vicentinho Alves (PR-TO)</b> 1º SECRETÁRIO</p> <p><b>Senador Zeze Perrella (PTB-MG)</b> 2º SECRETÁRIO</p> <p><b>Senador Gladson Cameli (PP-AC)</b> 3º SECRETÁRIO</p> <p><b>Senadora Angela Portela (PT-RR)</b> 4ª SECRETÁRIA</p> <p><b>SUPLENTE DE SECRETÁRIO</b></p> <p>1º - Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)</p> <p>2º - Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)</p> <p>3º - Senador Elmano Férrer (PTB-PI)</p> <p>4º - VAGO</p>	<p><b>Deputado(a) Rodrigo Maia (DEM -RJ)</b> PRESIDENTE</p> <p><b>Deputado(a) Waldir Maranhão (PP -MA)</b> 1º VICE-PRESIDENTE</p> <p><b>Deputado(a) Giacombo (PR -PR)</b> 2º VICE-PRESIDENTE</p> <p><b>Deputado(a) Beto Mansur (PRB -SP)</b> 1º SECRETÁRIO</p> <p><b>Deputado(a) Felipe Bornier (PROS -RJ)</b> 2º SECRETÁRIO</p> <p><b>Deputado(a) Mara Gabrilli (PSDB -SP)</b> 3º SECRETÁRIO</p> <p><b>Deputado(a) Alex Canziani (PTB -PR)</b> 4º SECRETÁRIO</p> <p><b>SUPLENTE DE SECRETÁRIO</b></p> <p>1º - Deputado(a) Mandetta (DEM -MS)</p> <p>2º - Deputado(a) Gilberto Nascimento (PSC -SP)</p> <p>3º - Deputado(a) Luiza Erundina (PSOL -SP)</p> <p>4º - Deputado(a) Ricardo Izar (PP -SP)</p>



**LIDERANÇAS E VICE-LIDERANÇAS NO CONGRESSO NACIONAL****Líder do Governo**

Senadora Rose de Freitas - PMDB / ES

**Vice-Líderes**

Deputado Jucelino Filho - DEM / MA

Deputada Carmen Zanotto - PPS / SC

Deputado José Rocha - PR / BA

Deputado Benito Gama - PTB / BA

Deputado Leonardo Quintão - PMDB / MG

**Líder da Minoria**

Deputado Afonso Florence - PT / BA

**Vice-Líderes**

Senador Paulo Rocha - PT / PA

Deputado Paulo Teixeira - PT / SP

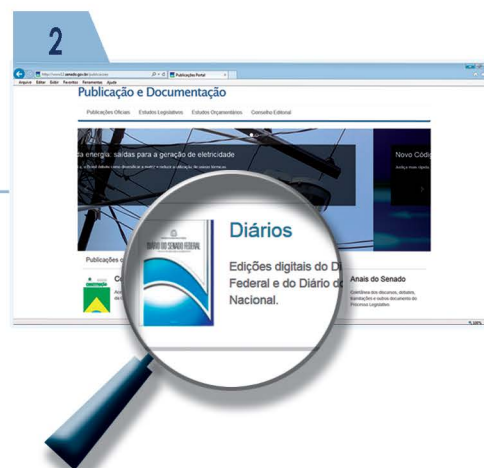


# Já sabe pesquisar o diário na Internet?

## Siga o passo a passo!



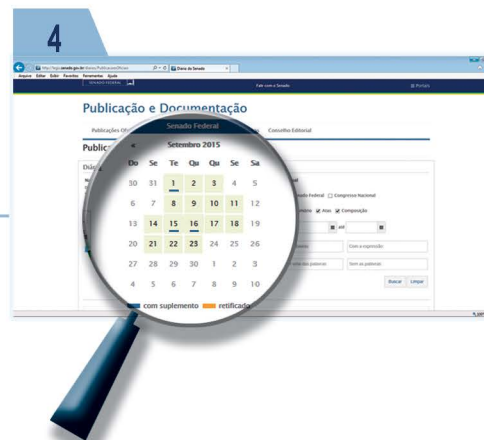
Na página inicial do Senado Federal, selecione **Publicações** no menu superior.



Em **Publicações Oficiais**, clique em **Diários**.



Escolha entre **Diário do Senado Federal** e **Diário do Congresso Nacional**. Há também um link para os diários da **Câmara dos Deputados**.



Selecione a **data da sessão** publicada no diário.





Você tem a opção de fazer **pesquisas textuais** pelo inteiro teor de documentos e notas taquigráficas.

Acesse: [www.senado.leg.br](http://www.senado.leg.br)



Fale com o Senado  
0800 61 2211

 /senadofederal  
 @senadofederal

Secretaria-Geral da Mesa  
Secretaria de Atas e Diários

SENADO  
FEDERAL

